

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

O VETOR ASIÁTICO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA: O CASO CHINÊS

(2014-2022)

Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Autor: Bernardo Henrique Sousa Leitão Penucho

Orientadora: Professora Doutora Sónia Isabel Leandro Sénica

Número do candidato: 30002787

Novembro de 2025

Lisboa

Não se pode com a mente a Rússia alcançar,
nem dela com régua uma ideia fazer:
Porque não tem no mundo par -
Na Rússia apenas se pode crer.
-Fyodor Ivánovitch Tiútchev

Agradecimentos

Esta dissertação foi certamente desafiante, porém não representa apenas um esforço individual, uma vez que se não fossem os que estão aqui mencionados não teria sido concretizada. Nesse sentido, este trabalho também resulta do apoio, incentivo e motivação que me acompanharam ao longo deste percurso, deixando-me uma enorme dívida de gratidão. Assim, quero agradecer a todas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, prestaram um contributo para o meu trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos docentes da Universidade Autónoma de Lisboa, pelas longas horas de ensino durante o meu percurso e por terem enriquecido o meu rigor académico. Cada elemento do departamento de Relações Internacionais, foi uma grande fonte de inspiração, cuja influência, impactou o desenvolvimento desta dissertação.

À minha orientadora, Professora Doutora Sónia Sénica, pelo valor incalculável da sua orientação e pelos seus inestimáveis conselhos para que esta dissertação ganhasse mais corpo do que alguma vez teria imaginado. Agradeço pelo seu tempo dedicado na orientação, reconhecendo de forma especial a sua disponibilidade e esforço para conciliar uma agenda desafiante.

À minha querida amiga, Maria, e o meu irmão de coração, Rafael, com quem partilho vários anos de amizade, deixo um profundo agradecimento. Estiveram sempre presentes ao longo desta jornada, concedendo-me frequentemente um espaço de conforto, risadas e momentos marcantes.

Por último, gostaria de agradecer à Maria, namorada e melhor amiga. Se não fosse a representação que faço de ti em mim, não saberia o que é o significado de família, de um espaço seguro e de um lar, onde pudesse exprimir as incertezas que surgiram durante esta jornada. Por isso, espero que este agradecimento seja um reflexo, ainda que modestamente, do teu contributo, mesmo reconhecendo que merece mais do que as palavras aqui expressadas.

Resumo

Entre 2014 e 2022, a cooperação russo-chinesa registou um aprofundamento estratégico num cenário de deterioração das relações de Moscovo com o ocidente. As sanções ocidentais, após a anexação da Crimeia, atuaram como um fator catalisador para a intensificação da política asiática russa, selecionando a China como o parceiro preferencial, nos domínios político-diplomático, económico e multilateral. Desta forma, o presente estudo tem como principal objetivo, analisar o vetor asiático da política externa russa, considerando como estudo de caso, as relações bilaterais com a China. Metodologicamente, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, articulando a análise de documentos oficiais, declarações conjuntas e narrativas, seguido de um recurso secundário a dados quantitativos em respeito à cooperação económica. Em adição, embora a parceria seja principalmente pragmática, o estudo parte de um enquadramento teórico construtivista, analisando como fatores ideacionais, neste caso, identidades, perceções e narrativas, moldam o processo de tomada de decisão da política externa russa. Por um lado, a análise empírica evidenciou que na dimensão económica, o comércio bilateral atingiu valores recorde, como resultado do crescente interesse estratégico russo no mercado chinês. Quanto ao alinhamento estratégico em organizações multilaterais, refletiu-se que ambos Estados adotaram cada vez mais, posições de defesa de interesses mútuos, recorrendo frequentemente ao direito de veto conjunto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por último, na dimensão político-diplomática, o desenvolvimento do eixo russo-chinês até 2022, evidencia um alinhamento cada vez mais pragmático, marcado por perceções de “ameaças” e interesses comuns.

Palavras-chave: Federação Russa; Política Externa; Vetor Asiático; China

Abstract

Between 2014 and 2022, Russian-Chinese cooperation underwent a strategic deepening against a backdrop of deteriorating relations between Moscow and the West. Western sanctions following the annexation of Crimea acted as a catalyst for the intensification of Russian Asian policy, selecting China as the preferred partner in the political-diplomatic, economic, and multilateral domains. Thus, the main objective of this study is to analyze the Asian vector of Russian foreign policy, considering bilateral relations with China as a case study. Methodologically, a qualitative approach was used, combining the analysis of official documents, joint statements and narratives, followed by secondary use of quantitative data on economic cooperation. In addition, although the partnership is mainly pragmatic, the study is based on a constructivist theoretical framework, analysing how ideational factors, in this case identities, perceptions and narratives, shape the Russian foreign policy decision-making process. On the one hand, empirical analysis showed that, in economic terms, bilateral trade reached record levels as a result of Russia's growing interests in the Chinese market. As for strategic alignment in multilateral organizations, it was noted that both states increasingly adopted positions defending mutual interests, often resorting to their joint veto power in the United Nations Security Council. Finally, in the political-diplomatic dimension, the development of the Russian-Chinese axis until 2022, shows an increasingly pragmatic alignment, marked by the perceptions of "threats" and common interests.

Keywords: Russian Federation; Foreign Policy; Asian Vector; China

Índice

Introdução.....	10
1. Enquadramento Teórico e Conceptual	14
1.1 Análise de Política Externa.....	14
1.1.1 Fatores a Nível Externo	16
1.1.2 Fatores a Nível Interno.....	17
1.2 A Análise Construtivista.....	19
1.3 Articulação entre o Construtivismo e a Análise de Política Externa.....	24
2. A Evolução da Política Externa Russa: Do Período Pós-Soviético à Era Putin	26
2.1 A Rússia Pós-Soviética e a Abordagem Pró-Occidental.....	27
2.2 A Era Putin: Pragmatismo e Multivetorialismo	34
2.3 A Relação Rússia-NATO: Cooperação e Competição após 11 de Setembro.....	36
2.4 A Reafirmação da Assertividade Russa.....	39
2.4.1 A Narrativa e os Conceitos da Política Externa Russa de 2008 a 2013.....	40
2.4.2 A Anexação da Crimeia: Consequências a Nível Interno e Externo	47
3. O Vetor Asiático da Política Externa Russa	52
3.1 Os Ciclos Asiáticos: o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016	53
3.2 Fatores Determinantes da Política Asiática Russa	58
3.2.1 O sistema Internacional: Ascensão da Ásia-Pacífico.....	59
3.2.2 Desenvolvimento Económico Interno: o Extremo Oriente Russo	64
3.2.3 A Dimensão Eurasiática Russa	68
3.2.4 A Construção da Narrativa Oficial	73
4. Alinhamento Russo-Chinês	76
4.1 Cooperação Político-diplomática	77
4.2 Cooperação Económica	84
4.2.1 O Comércio Bilateral e a Estratégia de Desdolarização	84
4.2.2 O Setor Energético no Quadro da Cooperação Económica	90
4.2.3 O Setor Agrícola no Quadro da Cooperação Económica	95
4.3 Cooperação Multilateral	100
4.3.1 O Eixo Russo-Chinês no Quadro da ONU	100
4.3.2 O Eixo Russo-Chinês no Quadro dos BRICS.....	104
4.3.3 O Eixo Russo-Chinês no Quadro da OCS.....	108
Conclusão.....	115
Referências Bibliográficas	121

Índice de Ilustrações

Gráfico 1 Crescimento do PIB: Rússia e o Mundo 2010-2018	49
Tabela 1 Balanço de Exportações e Importações da Federação Russa 2011-2018.....	50
Gráfico 2 Volume de Trocas de Bens e Serviços entre a Rússia e a China	85
Figura 1 Participações na Balança Comercial Rússia-China	86
Gráfico 3 Participação do Dólar nas Exportações Russas por Grupos de Estados	88
Gráfico 4 Volume de Trocas Comerciais Sino-Russas em Yuans (2021-2023)	90
Gráfico 5 Volume de Exportações Russas de Combustíveis Fósseis para a China por Tipologia	92
Gráfico 6 Volume de Trocas Comerciais Agrícolas entre a Rússia e a China	98
Gráfico 7 Vetos Individuais e Vetos conjuntos de Membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1991-2024).....	103
Tabela 2 Estados-membros dos BRICS em Resoluções das Nações Unidas: o Caso Ucrâniano	107
Tabela 3 Convergência e Divergência de Interesses na OCX.....	112

Lista de Siglas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASEZ - Zonas Económicas de Desenvolvimento Avançado (ASEZ

BM – Banco Mundial

BRI – Iniciativa Cinturão e Rota

BRICS – Grupo informal constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CGA – Centro de Gravidade Autoritário

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EU- União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FMI – Fundo Monetário Internacional

G20 – Grupo dos vinte

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCX – Organização de Cooperação de Xangai

ONU – Organização das Nações Unidas

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PIB – Produto Interno Bruto

UEEA – União Económica Eurasiática

Introdução

Durante as últimas décadas, a literatura tem mudado o paradigma relativamente à política externa russa, e a sua constante adaptação às alterações estruturais do sistema internacional. Se por um lado, a década de 90 marcou um período positivista quanto ao modelo de desenvolvimento económico ocidental, nos dias correntes, a literatura tem evidenciado cada vez mais o contributo do denominado vetor asiático, como eixo estratégico face a desafios internos e oportunidades externas. Nesse sentido, o trajeto da política externa russa, resulta de um processo histórico de redefinição estratégica, uma vez que existiu a necessidade de encontrar um “lugar” no sistema internacional, em reconhecimento do desafio em conciliar uma herança de superpotência global (Zonova & Reinhardt, 2014; Tsygankov, 2019).

A diversidade de eixos estratégicos, foi consolidada logo após a publicação do *Conceito de Política Externa da Federação Russa* (2000), tornando o multivetorialismo numa característica central do pragmatismo russo, definido pelo reconhecimento da coexistência de diferentes vetores estratégicos (Gvosdev & Marsh, 2014). Entre estes vetores, Lewis (2019), sugere que a política externa russa tem oscilado principalmente entre uma orientação ocidental e uma orientação asiática, sendo que a segunda é reforçada em períodos de crise das relações com o ocidente. Com a presidência de Vladimir Putin, o vetor asiático foi gradualmente reforçado, e motivado por um valor estratégico acrescentado como efeito do crescimento económico da região Ásia-Pacífico e pela necessidade de corresponder às exigências internas que não eram conseguidas na abordagem ocidental.

Todavia, este processo intensificou-se, nomeadamente a partir de 2014, período em que a anexação da Crimeia impactou negativamente as relações russo-ocidentais, seguida da imposição de sanções. Este cenário veio a acrescentar a necessidade de reduzir a dependência russa aos mercados ocidentais, levando Moscovo a intensificar eixos alternativos. Dessa forma, a Ásia-Pacífico, pela sua crescente relevância geopolítica e geoeconómica, tornou-se o destino prioritário da reorientação da política externa russa. Efetivamente, o *Conceito de Política Externa da Federação Russa* (2016), reforça a mesma ideia, reiterando o estatuto da Rússia como potência de grande dimensão e definindo o espaço asiático como um novo epicentro do desenvolvimento internacional, em detrimento do ocidente em relativo declínio.

Igualmente, a identidade é identificada como um fator que influenciou a aproximação da Rússia à Ásia, embora de forma menos transparente comparativamente aos interesses estratégicos. Como salienta Surkov (2018), a identidade russa tem um sentido duplo, uma vez que com base na sua trajetória histórica, partilha traços culturais e linguísticos com a Europa,

mas simultaneamente, a sua extensão territorial foi um ponto de contacto com as civilizações asiáticas, configurando uma herança identitária eurasiática. Esta característica foi reforçada na retórica de Putin, ao reconhecer a falta de reconhecimento ocidental, manifestado através do alargamento da NATO, a rejeição da proposta de uma ordem multipolar, a exclusão da Rússia em decisões centrais da política internacional, bem como a desconfiança pelo processo de elevação do estatuto russo. Por isso, as dinâmicas ocidentais, contribuíram para a configuração da perceção de uma ameaça do “outro”, o ocidente, que veio a intensificar-se com a anexação da Crimeia (Hamilton 2018).

Nesse sentido, a reorientação para a Ásia-Pacífico adquire um sentido ambivalente, ao inserir-se tanto num plano estratégico como identitário. Como tal, a relação bilateral com a China, exemplifica a mesma ideia, inserindo-se tanto numa dinâmica de cooperação pragmática, como potencial parceiro de validação identitária para a Rússia (Wishnick, 2016; Stent, 2020). No plano estratégico, a China é classificada como alternativa ao mercado ocidental, dado o perfil de consumo chinês quanto à crescente necessidade recursos energéticos e alimentares. Por outro lado, no plano identitário, a parceria russo-chinesa prende-se aos meios narrativos de Moscovo, enquanto grande potência. Por isso, a aproximação à China será abordada como parte instrumental da legitimação do vetor asiático da política externa russa.

A escolha deste tema justifica-se em três aspetos. Em primeiro lugar, a pertinência da presente temática, justifica-se pela crescente relevância académica do vetor asiático da política externa russa, uma vez que após 2014, combinou o agravamento das relações com o ocidente com motivações geoestratégicas de aproximação à Ásia-Pacífico. Por isso, tendo em consideração o reposicionamento retórico da Rússia, enquanto potência de grande dimensão, torna-se essencial analisar o processo de diversificação de parceiros estratégicos para preservar a sua autonomia no sistema internacional.

Em segundo lugar, o tema também é relevante, na medida em que a análise do vetor asiático remete para a relação bilateral russo-chinesa. O eixo estratégico define-se como um meio de contenção à expansão normativa ocidental, não obstante, a sua relevância também deriva do reconhecimento de que a parceria russo-chinesa é multidimensional, exigindo uma abordagem holística. Por um lado, confirma-se a cooperação no plano material, como efeito de uma linha pragmática que guia a cooperação económica, multilateral e político-diplomática. Por outro lado, evidencia-se a centralidade do plano ideacional, uma vez que por meio de narrativas, contestam o sistema normativo ocidental e defendem mutuamente normas alternativas, como a soberania nacional e não interferência. Por conseguinte, esta abordagem evita a realização de uma análise redutora, que justifique a relação bilateral exclusivamente pela

complementaridade estratégica ou pela configuração intersubjetiva de interesses nacionais.

Por último, além de uma dimensão analítica, o estudo da cooperação russo-chinesa fornece igualmente um valor acrescentado à análise estratégica de política externa, relativamente à gestão de liderança governativa. Reconhecendo que o presente estudo integra o eixo entre duas potências de grande dimensão, com um protagonismo cada vez mais elevado, é relevante atribuir um acompanhamento contínuo à mesma temática. Efetivamente, a cooperação entre a Rússia e a China não deriva apenas de áreas de convergência, mas também fomenta assimetrias em crescimento, nomeadamente no comércio bilateral e fins estratégicos. Assim, a análise do seguinte estudo de caso, permite salientar oportunidades de cooperação, com o potencial de reforçar a autonomia bilateral face ao ocidente, bem como avaliar potenciais riscos que possam criar constrangimentos à mesma parceria.

Deste modo, o tema em estudo, leva à formulação da problemática, centrada no vetor asiático da política externa russa, e a hipótese sobre o seu contributo para o desenvolvimento das relações russo-chinesas. Além dos fatores que influenciaram a intensificação do eixo russo-chinês, pretende-se salientar a cooperação entre 2014 e 2022, visto que é um período que coincide com o ponto de rutura com o ocidente, condicionando o processo de tomada de decisão da política externa russa.

Por outro lado, se a política externa russa integra a China como parceiro estratégico, torna-se relevante, identificar os limites da mesma parceria. Nesse sentido, o problema central reside em analisar as oportunidades e desafios da política asiática russa no quadro bilateral das relações entre Moscovo e Pequim, num contexto de reconfiguração do sistema internacional. Posto isto, a questão de pesquisa é a seguinte: De que modo, o vetor asiático da política externa russa influenciou as relações russo-chinesas, entre 2014 e 2022?

Para responder à questão de pesquisa, é tido em consideração um objetivo geral, que consiste em analisar a política externa russa, particularmente o vetor asiático e as relações russo-chinesas entre 2014 e 2022. Nesse sentido, sucedem-se objetivos específicos, por exemplo, verificar os fatores que motivaram a intensificação do vetor asiático, seguido de um foco no papel desempenhado pela China na construção da identidade russa, diferenciada comparativamente ao ocidente. Igualmente, pretende-se identificar as dinâmicas de cooperação russo-chinesa no plano multilateral, para defesa de um sistema normativo alternativo, bem como avaliar a dimensão económica e o potencial de compensação da Ásia como mercado alternativo ao ocidente. Por último, a presente dissertação, procura salientar as ameaças e desafios que Moscovo poderá enfrentar, ao intensificar as relações bilaterais com a China e apresentar uma reflexão das implicações para a política externa russa.

Tendo em consideração, os objetivos de investigação, defendem-se duas hipóteses. Em primeiro lugar, a intensificação do vetor asiático é um contributo para o aprofundamento estratégico das relações russo-chinesas, seja na dimensão económica, multilateral ou político-diplomática. Por outro lado, a segunda hipótese considera que paralelamente, a seleção da China como parceiro preferencial, irá gerar novos desafios para a política externa russa, nomeadamente obstáculos geopolíticos na Ásia Central, bem como assimetrias no comércio bilateral.

Além disso, a presente dissertação é abordada através de um carácter descritivo e explicativo. O carácter descritivo deve-se à necessidade de sistematizar os principais cenários, documentos, indicadores e narrativas que marcaram o reforço da cooperação entre a Rússia e a China. Da mesma forma, a dimensão analítica é essencial para a análise dos fatores materiais e fatores ideacionais, que condicionaram a seleção da Ásia, como região estratégica, permitindo avaliar pontos de convergência e divergência. Optou-se pelo construtivismo, como principal método de abordagem analítica, na medida em que Bossuyt & Kaczmarek (2021), argumentam que o realismo é a abordagem predominante na análise da cooperação sino-russa, depreciando o uso de fatores ideacionais para o estudo de caso em questão. Deste modo, propõem-se que as premissas racionalistas, como os fatores ideacionais, neste caso, normas, identidades e narrativas oficiais, sejam refletidas junto aos fatores materiais, que compõem a temática, para atribuir uma abordagem holística ao tema.

Relativamente à metodologia de estudo, a investigação parte principalmente de uma abordagem qualitativa, uma vez que análise deste tema implica a interpretação analítica de documentos oficiais, narrativas e relatórios governamentais, que condicionam o desenvolvimento do eixo russo-chinês. Não obstante, esta abordagem é complementada por um recurso secundário a dados quantitativos, neste caso, informações estatísticas relativamente ao volume de trocas comerciais e cooperação financeira entre Moscovo e Pequim. Como tal, a combinação entre ambas dimensões, possibilita uma triagem de dados empíricos, com o fim de reforçar os argumentos expostos na dissertação.

1. Enquadramento Teórico e Conceptual

O seguinte capítulo é desenvolvido com o fim de construir uma base teórica e conceptual, de modo esquematizar os pontos mais próximos sobre a relação russo-chinesa no âmbito do vetor asiático da política externa russa. A análise é estruturada a partir de três subcapítulos, sendo estes, o conceito de política externa, a teoria de análise construtivista e a articulação entre a análise de política externa e o construtivismo.

Efetivamente, a discussão sobre a política externa será formada pelos elementos constituintes do conceito, neste caso, os objetivos e interesses, assim como os fatores determinantes. Não obstante, a análise construtivista também é considerada fundamental, visto que desafia as teorias tradicionais de relações internacionais, ou seja, o realismo e liberalismo.

Como tal, o enquadramento teórico e conceptual desenvolverá o texto com base na investigação construtivista, que por efeito irá trazer elementos essenciais, por exemplo a análise de fatores ideacionais. Com isto, a articulação entre o construtivismo e a análise de política externa irá discutir de que modo, a abordagem construtivista pode complementar a análise de política externa, com destaque para o ato da construção social na formulação de política externa.

1.1 Análise de Política Externa

A globalização elevou a imprevisibilidade da política externa, uma vez que a crescente interdependência entre Estados implica uma análise multidimensional do sistema internacional. Como tal, os Estados estão sujeitos a uma necessidade constante de análise de política externa, para avaliar os riscos e impactos dos atores unitários que constituem a ordem internacional. Em adição, reconhecendo a vulnerabilidade sistemática da influência externa de outros atores internacionais face a outros, os Estados são condicionados a tomar decisões estratégicas, para proteger os seus interesses nacionais (Petrič, 2013).

Apesar da centralidade da política externa, o conceito é definido de modo inconsistente, na medida em que Bojang (2018), salienta que não existe um consenso universal no que diz respeito à definição do conceito. Por um lado, Hill (2003, citado em Leira, 2019, p.188) define a política externa como a “soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais”. Por outro lado, Brooks (2022) descreve o conceito como uma exposição dos valores e objetivos de um Estado, com o fim de elevar o seu estatuto como potência no sistema internacional.

Nesse sentido, a política externa implica uma racionalização estratégica, em

consideração dos traços distintivos de um Estado, bem como objetivos específicos que defendam a segurança e interesse nacional. Callahan (1998, citado em Morin & Paquin, 2018) salienta que o interesse nacional¹ define em grande medida as medidas de política externa, ao considerar as “necessidades” e “desejos” do Estado²:

As necessidades estão ligadas aos chamados interesses vitais dos Estados, que garantem a sua proteção e sobrevivência no sistema internacional, como a proteção dos seus cidadãos e território nacional, acesso a recursos “energéticos, a saúde da economia e a segurança dos seus aliados. Quanto aos desejos, referem-se aos desejos dos Estados que não têm um impacto direto na sua segurança, como a promoção dos direitos humanos e da democracia no exterior, assim como a prevenção de conflitos e crimes (Callahan, 1998, citado em Morin & Paquin, 2018, p.24)

Assim, a análise de política externa pode ser distinguida por várias características. Entre elas, Hudson & Day (2019, pp. 13-14) argumentam que a análise de política externa se destaca devido ao seu foco na análise que vai além do nível do Estado-Nação e da integração de teorias multidisciplinares. Com isto, o comportamento do Estado em matéria de política externa, pode ser identificado a partir do foco no papel dos atores institucionais ou sociais, além da análise do processo de tomada de decisão:

A tomada de decisões, os tomadores de decisões individuais, condições que afetam a política externa e os resultados dessas decisões. Ao adotar essa abordagem, a análise de política externa está necessariamente preocupada não apenas com os atores envolvidos no aparato formal de tomada de decisões do Estado, mas também com a variedade de fontes de influência subnacionais sobre a política externa do Estado (Alden & Aran, 2017, pp 3-5).

Além disso, segundo Brulé & Mintz (2017), o processo de tomada de decisão como elemento base na investigação da política externa envolve uma abordagem multidisciplinar, através de uma perspectiva económica, psicológica e estudos organizacionais que no seu conjunto, resultam no avanço teórico do campo de investigação em questão. No que concerne às teorias em torno da psicologia e os estudos organizacionais, a análise de política externa serve-se de uma base teórica sobre as abordagens racionais e cognitivas. Igualmente, devido aos elementos da economia no campo de estudo, o modelo de escolha racional é relevante, uma vez que a política externa, também parte de um cálculo de custos e benefícios. Ou seja, o processo de tomada de decisão procura maximizar os benefícios e reduzir os custos das decisões políticas.

¹ O conceito de interesse nacional decorre do pensamento intuitivo, pelo que a sua definição é “elástica” e ambígua. No entanto, os modelos teóricos da análise de política externa são baseados em deduções sobre a constituição dos interesses dos Estados dando espaço para uma ligação entre o interesse nacional e o comportamento externo de um governo. Assim, os modelos de análise de política externa conseguem implementar o interesse a nacional sem mencioná-lo diretamente (Morin & Paquin, 2018).

² A teoria de Callahan (1998) é considerada um contributo positivo na pesquisa de análise de política externa para a compreensão detalhada sobre o interesse nacional. Porém, o seu estudo é maioritariamente baseado em regimes democráticos. Para mais detalhes, consultar Callahan, D. (1998). *Unwinnable Wars: American Power and Ethnic Conflict*. Hill & Wang.

Conforme Bindra (2019) o processo de tomada de decisão é composto por três níveis: O primeiro, é a idealização da política externa, incentivada por atores políticos de nível interno e que procuram apoiar o interesse nacional. De seguida, a formulação da política externa, foca-se no processo de análise estratégica, onde a proposta é criada em torno das necessidades do interesse nacional e aguarda pela sua aprovação por parte dos agentes políticos. Por último, a terceira fase caracteriza-se pelo momento em que a política externa é implementada e avaliada em consideração da defesa pelo interesse nacional.

Por outro lado, Mintz & Derouen (2010) adicionam que a tomada de decisão de política externa, também deve considerar a interpretação de outros Estados no sistema internacional, uma vez que a perceção dos mesmos, condiciona as dinâmicas interestatais. Como tal, de acordo com Freire & Vinha (2011, p33), “a política externa envolve uma pletora de realidades complexas que dificultam a tomada de decisões”, pelo que análise em matérias de política externa deve ter em consideração os fatores presentes a nível doméstico e internacional. Neste segmento, iremos analisar alguns fatores determinantes, classificados como relevantes para a compreensão da complexidade na formulação da política externa.

1.1.1 Fatores a Nível Externo

Entre os vários fatores externos, destaca-se o sistema internacional como um fator que influencia significativamente o processo de tomada de decisão dos Estados. A partir desta perspetiva, Hudson & Day (2019) argumentam que o sistema internacional não é moldado pelo comportamento dos Estados, mas que a política externa é moldada pelo contexto internacional em que se encontra. Neste caso, a natureza anárquica do sistema internacional, leva os Estados a produzirem uma variedade de comportamentos como o dilema de segurança³. Deste ponto de vista, Waltz (1979, citado em Souva, 2005, p.151) afirma que as “necessidades da política surgem da competição não regulamentada entre os Estados”. Além disso a anarquia⁴ no sistema internacional implica que “onde quer que agentes e agências sejam unidos pela força e competição em vez de pela autoridade e pela lei, esperamos encontrar tais comportamentos e

³ Por dilema de segurança, entende-se a aplicação da política de um Estado, para aumentar a sua segurança em relação à interpretação sobre a segurança e capacidade de defesa de outro Estado. Segundo, Jervis (1978), o dilema de segurança é criado a partir de duas variáveis interligadas, a interpretação (defensiva ou ofensiva) sobre as políticas e armas de um Estado e se a capacidade de defesa ou ataque são consideradas uma vantagem em comparação ao Estado que o interpreta. Para mais detalhes, consultar Jervis, R. (1978). Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), 167–214. <https://doi.org/10.2307/2009958>.

⁴ Conforme é verificado em Souva (2005), a anarquia leva a uma interação internacional sem regras. Deste modo, verifica-se que os Estados optam por comportamento de autoajuda para servir as suas necessidades e interesses nacionais.

resultados”.

Em segundo lugar, o direito internacional é considerado mais um fator determinante de nível externo. As normas moldam comportamento dos Estados ao conferir um quadro jurídico que condiciona a política externa, uma vez que espera-se que os Estados ajam em conformidade (Simmons, 2000). Por outro lado, caso o Estado não aja conforme as normas, as sanções internacionais surgem como instrumento clássico do direito internacional, para causar pressão sobre o comportamento governativo (Terry, 2020). Por exemplo, as sanções económicas servem como uma pressão significativa na economia de um Estado que por consequência poderá levá-lo ao isolamento económico⁵.

Por último, as alianças são mais um fator externo condicionante da formulação de política externa, uma vez que condicionam a interpretação sobre ameaças securitárias no sistema internacional. Por outro lado, segundo Johnson (2015) as alianças têm implicações diretas para o grupo de Estados uma vez que impactam a autonomia dos mesmos, ao conceder parcialmente soberania ao grupo militar. Além disso, conforme observam Morgan & Palmer (2003), as alianças adicionam maior complexidade à análise da política externa, visto que o compromisso comum de grupos de Estados, poderá ter implicações orçamentais em cada um dos membros, para fins de despesas em matérias de defesa.

1.1.2 Fatores a Nível Interno

Por outro lado, os fatores internos também podem influenciar a política externa. Segundo Taner (2017, citado em Bojang, 2018), os fatores internos que condicionam a política externa são a geografia, desenvolvimento económico, sistema político, capacidade económica e militar, cultura, história e opinião pública.

A história atua como uma memória coletiva entre as gerações anteriores e as gerações atuais. De acordo com Saaida (2023), a memória coletiva tem uma relação direta na formação da identidade nacional, pelo que este determinante tem um impacto na perspetiva da população e líderes de Estado em relação aos restantes países e os eventos internacionais que fazem parte do sistema internacional. Parte da política securitária dos Estados Unidos surge da sua experiência passada em relação a ataques terroristas, por isso o desenvolvimento da diplomacia evidencia a influência da história na forma como molda a interação entre Estados (Brands &

⁵ O isolamento económico é considerado um instrumento das sanções económicas, com o fim de causar um impacto negativo na economia de um determinado país, ao invés do uso da força. Para mais informações, consultar Smeets, M. (2018). *Can Economic Sanctions be Effective?* World Trade Organization. <https://www.wto-ilibrary.org/content/papers/25189808/221>

Suri, 2015).

Em adição, para Folarin (2017) a geografia é referenciada como um fator determinante, uma vez que a localização geográfica de um Estado orienta parcialmente a sua política externa. A geografia define a localização de um governo, e consequentemente reflete a disponibilidade de recursos naturais. Assim, conforme é mencionado nas teorias da geopolítica clássica a escassez de recursos tem impacto na formulação da política externa e a forma como um Estado se relaciona com outros, sendo que os Estados com acesso a vários recursos naturais têm maior probabilidade de elevar o seu posicionamento no sistema internacional. Por outras palavras:

Os fatores geográficos que influenciam a política são o resultado da escolha de objetivos específicos pelos formuladores de políticas e da tentativa de realizá-los através da formulação consciente de estratégias em relação a adversários potenciais ou reais. Resumidamente, uma perspectiva geográfica é inevitável se uma política internacional deve ser formulada e implementada com sucesso em meio a oposição inevitável (Sloan, 2017. p. 11).

Em terceiro lugar, conforme Hussain (2011), os sistemas de governo têm impacto na formulação da política externa, visto que o sistema político pode ser interpretado como um conjunto de instituições legais, que condicionam a estratégia de um governo. De igual modo, Hudson & Day (2019), defendem que as democracias influenciam a política externa, ao reconhecerem a prática da teoria da “paz democrática⁶”. Segundo o modelo teórico, as democracias não entram em conflito armado com outras democracias, o que indica que a política externa é moldada consoante o sistema político em vigor.

Por último, a opinião pública é um fator tido em conta pelos agentes decisores de política externa. Segundo, Baum & Potter (2008) a capacidade da opinião pública para reter e reunir informações é inevitável. Com efeito, a retenção de informação política na população pode ter impacto sobre a decisão popular nas eleições políticas, assim, os líderes de Estado e os restantes agentes políticos procuram alinhar-se parcialmente com a opinião pública, de modo a garantir o apoio público e a legitimidade política. Além disso, conforme é analisado por Foyle (2017), verifica-se que os meios de comunicação têm um papel importante sobre a informação recolhida pela população, uma vez que existe uma emissão linear de dados entre ambos. Deste modo, a forma como os meios de comunicação interpretam a política externa do Estado pode causar um impacto direto sobre a opinião pública.

⁶ A teoria da paz democrática tem origem na obra *A Paz Perpétua*, de Immanuel Kant (1795). A teoria tem como base o liberalismo e indica que as democracias têm menor probabilidade de entrar em conflito armado entre si, devido ao conjunto de normas de resolução de conflitos que partilham. Para mais informações, consultar Rosato, S. (2003). The flawed logic of democratic peace theory. *American political science review*, 97(4), 585-602.

1.2 A Análise Construtivista

A presente dissertação propõe analisar a política externa russa de um modo detalhado a partir do nível doméstico e nível internacional. Perante esta temática e tendo em consideração as várias teorias das relações internacionais, o construtivismo poderá ser a teoria que mais se adapta ao tema proposto. O construtivismo, segundo Hopf (1998, p.172), oferece a capacidade de uma análise alternativa às demais teorias das relações internacionais, assim como possibilita uma compreensão detalhada para temas centrais, por exemplo “o significado da anarquia e do equilíbrio de poder, a relação entre identidade e interesse do Estado, uma elaboração do poder e as perspectivas de mudança na política mundial”.

Efetivamente, o construtivismo tem como base de argumentação a construção social, cujo foco é a consciência humana e a sua influência sobre os assuntos internacionais. Os construtivistas, segundo Jackson et al. (2022), argumentam que os temas de relações internacionais são criados pela natureza social, ideias e crenças, uma vez que assumem um papel na construção de interpretações partilhadas entre Estados. O construtivismo defende que o sistema internacional é um entendimento comum entre agentes sociais e que por isso é um produto idealizado em vez de uma construção material. Deste modo, o entendimento sobre as relações internacionais é interpretado a partir da chamada estrutura social, onde Wendt (1992, citado em Jackson et al., 2022, p.192) refere que o caso da “anarquia é o que os Estados fazem dela”⁷.

A abordagem construtivista desafia as teorias racionalistas ao abordar os fatores ideacionais como principais fontes epistemológicas, ao invés dos fatores materiais. Porém, os fatores materiais não deixam de ser considerados, ao contrário da análise racionalista, o construtivismo considera que fatores como a economia, capacidade militar e geografia são moldados pelas normas e ideias dentro um determinado contexto através de interações sociais (Dormer, 2017). Deste modo, a interligação do fator material ao ideacional é naturalmente construída a partir da intersubjetividade⁸.

A intersubjetividade, segundo Wendt (1992, citado em Weber, 2010, pp. 65-66) é central

⁷ A expressão “anarquia é o que os Estados fazem dela” de Alexander Wendt (1992, citado em Jackson et al., 2022, p.192), sugere que a ideia de anarquia no sistema internacional é mutável. Ou seja, a anarquia é construída pelo conjunto de ideias e interpretações dos Estados, que através de interações entre eles, formam uma interpretação do sistema internacional como ambiente de conflito ou cooperação.

⁸ Para Dormer (2017), o conceito de intersubjetividade é a base da abordagem construtivista. Na sua investigação, define o conceito como o conjunto de significados e normas partilhadas, que por efeito, formam as identidades e interesses estratégicos dos Estados. Deste modo, argumenta que a intersubjetividade é um fator principal para a forma como os Estados interagem, permitindo relações de conflito ou cooperação e dependendo da interpretação dos significados coletivos.

na construção social, visto que assume uma abordagem exploratória do comportamento dos Estados na política internacional. Por intersubjetividade, entende-se a partilha de interpretações e significados coletivos entre agentes internacionais, sobretudo os Estados, que criam ideias comuns.

De acordo com o autor, os comportamentos dos Estados são definidos pela conjugação de duas estruturas, sendo que a primeira é a anarquia do sistema internacional. Se apenas for considerada a primeira estrutura, então a interpretação da anarquia determina naturalmente interações de conflito, como é verificado pela teoria Neorealista. Contudo, a intersubjetividade, na segunda estrutura, defende que a anarquia é mutável, visto que o sistema internacional é o que os Estados fazem dela, em função das interações e interpretações identitárias (Weber, 2010).

Nesse sentido, Zehfuss (2004, pp.12-15), salienta que a teoria de estrutura internacional de Wendt (1992), age como um sistema que existe dependentemente da prática da intersubjetividade dos atores e a interação entre os agentes e a estrutura. Como tal, a intersubjetividade defende que o conceito de autoajuda⁹ não é necessariamente inevitável e é mutável visto que ela é uma instituição. A instituição, é o conjunto de identidades e interesses, que são formados cognitivamente, o que significa que não existem independentemente dos fatores ideacionais. Assim sendo, se o comportamento dos Estados é influenciado pela intersubjetividade, então a identidade coletiva poderá ser a base desses mesmos comportamentos para definir os interesses do Estado.

Conforme Checkel (1998), os Estados implementam a política externa mesmo tendo em consideração a sua composição por cidadãos com interesses divergentes. Este problema é complexo a partir da abordagem racionalista, especialmente para justificar a ação coletiva, dado que o interesse nacional e identidade são vistos como fatores exógenos. Por outro lado, segundo Kowert et al. (1998), o construtivismo propõe que a identidade do Estado é endógena. Assim, fatores sistêmicos como a interdependência, o espectro doméstico e a prática da intersubjetividade, contribuem para a formação das identidades coletivas. Deste modo, a interação estrutural entre Estados não só molda os seus comportamentos, mas também permite uma compreensão do “eu e do “outro”.

Além disso, Hopf (1998), refere que a identidade é fundamental para a construção do

⁹ O conceito de autoajuda é desenvolvido principalmente pelo pensamento racionalista. Por outro lado, o construtivismo confere ao conceito a condição de ser criado pela prática social. Isto é, a autoajuda é apenas uma possibilidade entre outras, visto que a mesma não é uma característica natural da anarquia, mas sim uma ação dependente da interpretação dos Estados. Para mais informações, consultar Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46(2), 391–425. doi:10.1017/S0020818300027764

interesse nacional, levando à formação de comportamentos específicos em relação a outros países ou determinadas situações no contexto internacional. A identidade condiciona a forma como os Estados interpretam ameaças ou oportunidades nos comportamentos dos restantes atores internacionais, por isso, como consequência, a identidade molda a política externa. Por outro lado, Finnemore (1996, citado em Jackson, 2022), foca-se no papel das normas da sociedade internacional e o modo como afetam as identidades e interesses estatais:

O comportamento do Estado é definido pela identidade e pelo interesse. A identidade e os interesses são fortemente influenciados por forças internacionais, ou seja, pelas normas de comportamento incorporadas na sociedade internacional. As normas da sociedade internacional são transmitidas aos Estados através de organizações internacionais. Elas moldam as políticas nacionais ao “ensinar” quais devem ser os seus interesses (Finnemore, 1996, citado em Jackson, 2022, p. 204)

Portanto, as normas sociais são mais um elemento relevante na abordagem construtivista, especialmente para explicar de que modo têm um impacto comportamental sobre a política externa. Finnemore & Sikkink (1998), defendem que as normas afetam o comportamento político através da teoria do “ciclo de vida”, articulada em três estágios, a emergência da norma; a “cascata de normas”; e a internalização da norma. O primeiro estágio é a persuasão de um agente para implementação da norma. Em segundo lugar, a “cascata de normas” é caracterizada pela dinâmica de socialização, onde um Estado adota novas normas devido à sua interação com outro que as tinha adotado anteriormente. Por último, a internalização é a fase onde a norma é adotada em grande escala por um grupo de Estados. Não obstante, a teoria do ciclo da vida¹⁰ salienta que as conclusões dos três estágios não são inevitáveis, pois o processo de internalização pode eventualmente ser confrontado por novas normas emergentes.

Em termos institucionais, o construtivismo foca-se no papel das “organizações internacionais na disseminação de novas normas internacionais e modelos de organização política” (Finnemore e Sikkink, 2001, p. 401). A propagação das normas é efetuada de vários modos, por exemplo a formação de agendas internacionais, acompanhadas da aplicação de regras e mecanismos para a mediação entre Estados (Park, 2005).

Por um lado, Finnemore (1993), defende que as organizações internacionais difundem as normas a partir da estrutura internacional, assim como orientam os Estados sobre o

¹⁰ O conceito de ciclo de vida fornece um maior entendimento sobre o processo pelo qual as normas internacionais são criadas e de que modo, são internalizadas. Além disso, cada estágio é composto por diferentes atores, motivações e mecanismos de influência, pelo que o surgimento das normas é naturalmente composto pela interação humana. Para tal, a evolução dos direitos das mulheres é um exemplo, pois surgiu de um processo faseado ao longo de um período temporal prolongado (Finnemore & Sikkink, 1998).

comportamento adequado. Uma evidência é o processo de integração europeia¹¹, uma vez que foi essencialmente influenciado pela difusão das normas das organizações internacionais europeias (Checkel, 2005). De tal modo, as normas moldaram os interesses dos Estados europeus, com o fim de promover a cooperação através do processo de socialização. A socialização é a adoção de normas comunitárias, onde se prevê que os Estados passem de uma lógica de consequências, como o cálculo de custo-benefício, para um pensamento de adequação, onde os Estados internalizam as normas como um pilar dos seus interesses.

Por outro lado, a linguagem também é relevante na difusão das normas. De tal modo, Onuf (2020, p.6), refere que “Não há intencionalidade na ausência de linguagem, o que faz da linguagem o principal elemento constitutivo do mundo em que todos nós pensamos e agimos”. Por isso, o discurso confere à realidade social, a possibilidade de interpretação e auto-representação no sistema internacional.

Igualmente, Müller (2004) faz referência à teoria da ação comunicativa de Habermas¹² (1981), para transmitir a lógica no consenso de normas entre Estados, através de uma componente linguística. Efetivamente, ao integrar a teoria em questão, o autor sugere que a linguagem e a comunicação são essenciais para entender o processo de conformidade com as normas. A argumentação possibilita a interação entre Estados para justificar os seus interesses estratégicos. Deste modo, o discurso político poderá levar à internalização de novas normas devido ao consenso mútuo, o que consequentemente poderá levar à adoção de novos comportamentos entre agentes.

Por último, o construtivismo também aborda a análise sobre a economia política internacional, embora seja uma linha de investigação recente em comparação aos restantes campos da abordagem construtivista.

De acordo com Abdelal (2009), a economia política internacional estuda a interação dos Estados e mercado económico a nível global, analisando as relações económicas e políticas entre os países. Para o autor, fatores como o poder e a riqueza de um país são relevantes, no

¹¹ No entendimento de Pollack (2001), a abordagem construtivista aplica uma análise mais detalhada sobre o processo de integração europeia, em vez das teorias racionalistas. Para o autor, o pensamento racionalista é limitado ao observar as normas institucionais como formais ou informais. Por outro lado, o construtivismo entende que as mesmas normas incluem entendimentos intersubjetivos, que não só incentivam os Estados a adotar determinados tipos de comportamentos como também redefine os interesses e Estados dos países. Para mais informações, consultar Pollack, A. (2001). International Relations Theory and European Integration. *Journal of Common Market Studies*, 39(2), 221-244.

¹² A teoria de Habermas, traduz-se pela procura do entendimento comum, como característica natural da linguagem. Para Habermas, a comunicação ou linguagem permite que as interações de ideias se destaquem, onde o melhor argumento prevalece e fornece soluções a problemas coletivos. Para mais detalhes, consultar Anievas, A. (2005). Critical Dialogues: Habermasian Social Theory and International Relations. *Politics*, 25(3), 135-143. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2005.00238.x>

entanto verifica que a política económica carece de uma abordagem social. Neste sentido, a aplicação da metodologia construtivista é lógica, visto que considera a importância da identidade, normas e ideias coletivas como fatores que influenciam a economia internacional.

Neste campo, o construtivismo utiliza a metodologia qualitativa como a análise de processos e estudos de caso. Contudo, as leituras de dados estatísticos também são consideradas para a compreensão sobre o modo como as ideias influenciam a política económica e o comportamento dos Estados. Segundo, Broome (2012), a abordagem mista, tem o fim de medir a influência das ideias e analisar em que aspeto é que se sobrepõem aos interesses materiais dos agentes sociais. Exemplos de fatores mesuráveis são discursos públicos, tecnologias de gestão de risco e indicadores económicos. Não obstante, os indicadores económicos não são neutros, visto que são formados a partir de processos sociais, que refletem a realidade económica e os interesses dos agentes políticos.

Adicionalmente, os processos de construção social sobre os indicadores envolvem decisões sobre os dados a serem excluídos ou considerados, que, por conseguinte, têm efeitos significativos sobre as perceções em respeito às políticas de um determinado Estado. Conforme é analisado por Balaam & Dillman (2019), os indicadores económicos têm um papel ativo na formação das políticas económicas dos Estados e nas perceções económicas a nível unitário e sistémico. Ao ter uma função performativa, os indicadores influenciam as decisões políticas dos Estados, por exemplo, a inflação poderá causar alterações nas tabelas salariais assim como taxas de juros, também causando impactos a nível internacional.

Além disso, segundo Nelson (2020), o construtivismo argumenta que as decisões político-económicas são influenciadas por crenças partilhadas, especialmente em cenários de incerteza. Por isso, a incerteza como fator cognitivo, implica a ausência de dados que simplificariam a determinação de probabilidades. Deste modo, os valores e crenças partilhadas podem guiar a formulação da política, visto que influenciam a forma como os agentes sociais interpretam a realidade material. A teoria de Keynes (1937, citado em Abdelal et al., 2005, p.18) é pioneira desta lógica:

Regra geral, temos apenas a ideia mais vaga das consequências, exceto das mais diretas, dos nossos atos (...) Assim, o facto de que o nosso conhecimento sobre o futuro é flutuante, vago e incerto, torna a riqueza um tema particularmente inadequado para os métodos da teoria económica clássica. Sobre estas questões, não existe uma base científica para formar qualquer probabilidade calculável (Keynes, 1937, citado em Abdelal et al., 2005, p.18)

Deste modo, o processo de tomada de decisão baseado na subjetividade, ou seja, em crenças pessoais, pode levar a cálculos imprecisos, dado que a recolha de dados é limitada, levando a uma maior incerteza. Por outro lado, conforme Seabrooke (2007), a incerteza deve

ser gerida pelo processo de intersubjetividade social, ajustando a formulação de decisões conforme os valores e crenças partilhadas. Isto permite que os atores sociais ajustem as suas interpretações em conjunto das visões de “outros”, para promover uma maior coordenação estratégica.

1.3 Articulação entre o Construtivismo e a Análise de Política Externa

A integração do construtivismo à análise de política externa é uma abordagem relevante, pois partilham elementos metodológicos (Jung, 2019). Houghton (2007), justifica este argumento ao destacar o fator de intersubjetividade e o papel do pensamento cognitivo no processo de formulação de política externa. Ao contrário do pensamento racionalista, o construtivismo defende que as interações sociais, assim como os valores e interpretações coletivas influenciam a estratégia.

De acordo com Smith (1998), a análise de política externa surge naturalmente da construção social, uma vez que implica um processo de decisão, interpretação e implementação política, tendo como fundamento, os valores sociais e dinâmicas a nível interno. Como tal, a análise de política externa pode ser entendida como um processo de realidade socialmente construída, ou seja, a “política externa é o que os Estados fazem dela” (Smith, 1998, p.38).

Além disso, a análise de política externa construtivista promove a ideia de que os interesses políticos surgem de um cruzamento entre fatores internos e externos, para dar início ao processo de tomada de decisão (Freire & Vinha, 2011; Kubáľková, 1998, p.111). Do mesmo ponto de vista, Rumelili & Todd (2017), argumentam que a identidade é mutável ao ser influenciada por uma multiplicidade de fatores de nível macro, meso e micro. Isto é, as estruturas sociais e sistema internacional têm tanto impacto na definição da identidade, como os grupos sociais e as experiências individuais. Assim, cada nível interage entre si, dando forma a uma interação dinâmica e resultando em paradoxos onde eventos dentro de um determinado nível poderá causar um impacto nos restantes. Efetivamente, a criação destes paradoxos podem ser fontes de estabilidade ou instabilidade, visto que um evento de nível macro, terá um efeito de coesão ou resistência do nível meso e micro. Deste modo, a identidade e os paradoxos resultantes dela, podem causar alterações na política externa de um determinado Estado.

Segundo Vucetic (2017), a identidade, como variável da abordagem construtivista é compatível com a análise de política externa. Tendo em consideração que a identidade é uma construção social, o autor defende que a mesma é moldada pela política externa, uma vez que reflete a percepção identitária do “eu”, neste caso o Estado. Por isso, refere que para o caso da

política externa russa, é uma estratégia identitária para a tentativa de reconfirmar o seu estatuto internacional, como resultado da derrota soviética na guerra fria¹³.

Por último, conforme Wicaksana (2009), o fator linguístico complementa o entendimento sobre a compatibilidade entre o construtivismo e a análise de política externa. Em ambas abordagens, destaca-se a formulação da política externa como um efeito das interações discursivas. Ora, os discursos são essenciais no processo de tomada de decisão, pois refletem a identidade do Estado e os seus interesses estratégicos. Do mesmo ponto de vista, Hansen & Waeber (2002), argumentam que:

Em particular, a política geral deve ter uma relação definida com as estruturas discursivas, pois é sempre necessário que os formuladores de políticas possam argumentar “para onde isso nos leva” e como isso ressoa com a “visão de si” do Estado (Hansen & Waeber, 2002, p. 27)

Por isso, as interações discursivas são um ponto de interseção entre o construtivismo e a política externa, na medida em que influenciam a política externa e a interpretação dos Estados, respetivamente ao seu enquadramento no sistema internacional.

Este capítulo analisou a base conceptual que fundamentará a análise sobre o vetor asiático da política externa russa e o estudo de caso das relações bilaterais russo-chinesas. Para tal, foi abordado o enquadramento teórico e conceptual da política externa e construtivismo.

Em primeiro lugar, política externa foi definida como um meio estatal, de projeção dos interesses nacionais a nível internacional. Além da definição, foram evidenciados os determinantes da política externa, em dois níveis, neste caso o nível interno e externo. Esta informação é um contributo, uma vez que determinou a necessidade de coexistência do espectro doméstico e internacional para a análise de política externa, ao contrário de observações que definiriam ambos como independentes.

Em adição, como demonstrado anteriormente, a análise construtivista complementa o estudo do tema proposto. Como tal, foram discutidos pontos-chave, neste caso o contributo de Wendt (1992) e a sua teoria da construção social do sistema internacional, na perspetiva sobre como as interações dos atores internacionais levam a interpretações mútuas. Por outro lado, verificou-se a partir de Finnemore (1998), que as normas internacionais moldam o comportamento dos Estados, através de expectativas sobre as ações de uns Estados e a

¹³ Segundo Roberts (2017), a identidade é uma construção social e evento que leva a cabo a priorização do interesse nacional. Ou seja, a política externa não é somente moldada por interesses de poder, mas também pela construção identitária. Para tal, argumenta que os líderes políticos recorrem a narrativas históricas e culturais para definir a identidade nacional e porventura, justificar os atos que resultam da política externa. Deste modo, para o caso russo, refere que a anexação da Crimeia é justificada através da defesa do patriotismo. Para mais informações, consultar Roberts, K. (2017). Understanding Putin: The politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. *International Journal*, 72(1), 28–55. <https://doi.org/10.1177/0020702017692609>

moderação do comportamento de outros.

Além disso, as organizações internacionais desempenham um papel vital na difusão das normas, como consequência das ferramentas que dispõem, com o fim de promover a cooperação ou mediação entre Estados. Por último, verificou-se que o construtivismo tem abordado a economia política internacional, sendo que se diferencia do pensamento racionalista, ao observar como as construções sociais levam a decisões estratégicas comuns. Também, a análise da narrativa política foi estimada, visto que é uma ferramenta metodológica para fornecer informação baseada na matéria ideacional a partir do conteúdo linguístico.

Em suma, para o tema da política externa russa, o conceito de política externa é essencial para construir um entendimento sobre a forma como a Rússia, formula e implementa a sua política a nível externo. Além disso, o construtivismo, por sua vez, fornecerá um método de análise sobre as relações russo-chinesas a partir dos fatores ideacionais, sem desconsiderar os fatores matérias. Abordagens como a construção social das relações económicas russo-chinesas e narrativas de resistência ao Ocidente serão um exemplo de próximas análises. Em adição, a cooperação russo-chinesa em organizações internacionais a partir da abordagem construtivista, será um modo de verificar a difusão de normas para a cooperação dos Estados em estudo. Deste modo, a articulação entre o construtivismo e a análise de política disponibilizará uma abordagem holística à presente temática em estudo.

2. A Evolução da Política Externa Russa: Do Período Pós-Soviético à Era Putin

Este capítulo tem como fim analisar a evolução da política externa russa, desde a década de 1990, até 2014. De tal modo, será explorado a sua evolução, refletindo as transições estratégicas e ideológicas que moldaram a atuação de Moscovo a nível internacional, bem como os fatores internos e externos que impulsionaram essa transformação.

Em primeiro lugar, o capítulo contextualiza os anos 90 e a abordagem pró-ocidental da recém-nascida Federação Russa. Como efeito, analisa a transição rápida, caracterizada pela liberalização da economia e implementada pela terapia de choque. A forma como abordagem liberal desencadeou uma crise económica e social será explorada, destacando em particular, o ajustamento dos princípios de política externa, promovidos por Yevgeny Primakov e o seu foco no multilateralismo e a defesa dos interesses nacionais russos.

Além disso, o segundo subcapítulo explora a ascensão de Vladimir Putin ao poder e a forma como a política externa russa começa a expressar-se cada vez mais de forma pragmática e assertiva. Eventos como os atentados de 11 de setembro e a expansão da NATO são

identificados como elementos que exacerbaram uma postura russa mais cautelosa. Efetivamente, a posição manifesta-se não só em discursos, mas também na contínua revisão dos conceitos de política externa, nomeadamente de 2008 e 2014. Em adição, a Conferência de Munique de 2007 é considerada mais um elemento-chave, como fator discursivo, que sinaliza um ponto de viragem da Rússia em respeito à ordem internacional liberal e a sua intenção de restaurar a influência global de Moscovo.

Por fim, o terceiro subcapítulo descreve a anexação da Crimeia em 2014, como o ponto culminante da postura assertiva russa até à data e a forma como desencadeou uma rutura nas relações russo-ocidentais. Efetivamente, as sanções impostas pelos países ocidentais são analisadas como instrumentos com o fim de isolar a Rússia, mas que de maneira oposta ao pretendido, reforçaram a necessidade de diversificação económica e diplomática.

Como tal, a articulação entre todas as partes do presente capítulo, visa preparar a dissertação para a análise do vetor asiático da política externa russa. Esta transição permitirá no capítulo seguinte, explorar a relevância da Ásia para a Rússia e nomeadamente, o caso chinês.

2.1 A Rússia Pós-Soviética e a Abordagem Pró-Occidental

O colapso da União Soviética (URSS), determinou uma transformação política, económica e geopolítica, marcando o percurso da sua política externa. De acordo com Sakwa (2008), mesmo com a dissolução da URSS, a futura Federação Russa conseguiu manter alguns aspetos de superpotência, como o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e ainda, o segundo maior arsenal nuclear a nível global¹⁴. Porém, a década de 1990 ficou conhecida por um período de declínio geopolítico e recessão económica. Conforme é verificado por Tomé (2018), a Rússia enfrentou um declínio geopolítico¹⁵ ao sofrer a perda de uma abrupta extensão territorial e a redução parcial da sua influência em regiões, como a Europa Oriental e a Ásia Central. Além disso, em respeito ao estado económico, a Rússia

¹⁴ Segundo Sokov (2009), apesar dos desafios colocados à Rússia, mesmo após o fim da Guerra Fria, a manutenção do seu estatuto como potência nuclear tem sido um elemento fundamental da política externa Russa. Isto é, o estatuto nuclear é uma ferramenta de equilíbrio de poder no cenário internacional, mas também para salvaguardar a sua soberania e projetar influência em contextos securitários e político-diplomáticos. Para mais informações, consultar Sokov, N. N. (2009). *The Evolving Role of Nuclear Weapons in Russia's Security Policy*. In C. Hansell & W. C. Potter (Eds.), *Engaging China and Russia on Nuclear Disarmament* (pp. 73–88). James Martin Center for Nonproliferation Studies (CNS). <http://www.jstor.org/stable/resrep09891.8>

¹⁵ De acordo com Tomé (2018), o colapso da União Soviética levou a uma perda territorial de cerca de 23,8%. Com efeito, a Rússia foi afetada por um declínio geopolítico, visto que os territórios perdidos são caracterizados pela sua importância estratégica. Assim, este declínio tem sido um fator recorrente na retórica do presidente russo, Vladimir Putin, para justificar as políticas com o fim de recuperar o prestígio e influência russa perdida. Para mais detalhes, consultar Tomé, L. (2018). *Geopolítica da Rússia de Putin: Não é a União Soviética, mas gostava de ser. ... Relações Internacionais*, 60, 69–99. <https://doi.org/10.23906/ri2018.60a05>

enfrentou novos desafios ao transitar de uma economia planificada para medidas político-económicas, reconhecidas como reformas ocidentais, por exemplo a terapia de choque (Marangos, 2002).

Desse modo, os desafios seguiram-se logo após a demissão de Mikhail Gorbachev, a 25 de dezembro de 1991, também o período em que Boris Yeltsin subiu ao poder como o primeiro presidente da nova Federação Russa. Sob o cargo de Yeltsin, a Rússia assumiu uma reforma política a nível interno e externo. Entre estes, encontrar-se-iam a modernização da economia, a integração na comunidade internacional ocidental, bem como a manutenção do estatuto de potência internacional. Não obstante, segundo Aboyade (2018), a política externa russa foi sendo reconfigurada, uma vez que ao longo da década de 1990, adotou uma postura pró-ocidental e posteriormente transitou para uma abordagem antagonista em relação ao ocidente.

Taubman (2018), sugere que a alteração do comportamento russo surgiu como uma reação às necessidades internas do Estado, nomeadamente ao atraso do desenvolvimento económico da Rússia, face aos Estados ocidentais. Nesse sentido, o pró-ocidentalismo de Yeltsin tinha como principal objetivo, favorecer o desenvolvimento interno nas áreas económica e política, que até à data estavam a passar por um período de estagnação como resultado da queda do regime soviético. Para tal, interpretava-se que o desenvolvimento da Rússia dependeria de uma política externa cooperativa e conciliadora com o ocidente (Donaldson, 1999).

Assim, durante um período dos anos 90, o ocidente, foi observado como um modelo de desenvolvimento, pelo que a política externa russa era gerida consoante as necessidades dos países ocidentais para garantir o apoio dos mesmos (Kuchins & Zevelev, 2011). Igualmente, a Rússia distanciou-se da ideologia messiânica e imperialista da antiga União Soviética, para percorrer uma rota de integração e compromisso com os valores ocidentais (Zubok, 1992; Timmermann, 1992). Não obstante, o processo de transição da política externa russa foi dificultado. Segundo Kumar (2016), as reformas de Yeltsin foram alvo de críticas domésticas, visto que, o partido comunista opunha-se à visão da economia neoliberal, levando a um reforço sistemática da estratégia de integração ocidental.

Nesse sentido, o então ministro de negócios estrangeiros, Andrei Kozyrev destacou-se pelos seus princípios, como a promoção de instituições democráticas e reformas económicas. Com efeito, a doutrina Kozyrev era caracterizada pela diplomacia de adequação para os interesses ocidentais, de modo a garantir a sua assistência nas reformas pretendidas e a rejeição do expansionismo militar (Kanet & Birgersson, 1997; Litera, 1994). Deste modo, o alinhamento

ao ocidente evidenciou-se na retórica russa, por exemplo no Conselho de Segurança das Nações Unidas:

A Rússia vê os EUA, o ocidente e os países do oriente não apenas como parceiros, mas como aliados. Este é um requisito altamente importante e, diria, uma revolução na cooperação pacífica entre os Estados do mundo civilizado. Excluimos qualquer subordinação da política externa e doutrinas ideológicas ou a uma política autossuficiente. Os nossos princípios são simples e compreensíveis: a supremacia da democracia, dos direitos humanos e das liberdades, da legalidade e da moralidade (Yeltsin, 1992, citado em Donaldson, 1999, p. 305).

Igualmente, no ano seguinte, o interesse na cooperação internacional foi demonstrado pelos Estados Unidos e particularmente, a administração de Clinton, para o envolvimento numa nova parceria democrática com a Rússia:

Senhor Presidente, a nossa nação não ficará de braços cruzados quando se trata da democracia e da Rússia. Sabemos onde estamos. Estamos com a democracia russa, estamos com as reformas russas, estamos com os mercados russos. Apoiamos a liberdade de consciência, de expressão e de religião. Apoiamos o respeito pelas minorias étnicas. Apoiamos ativamente as reformas e os reformadores, e a você na Rússia (Clinton, 1993, citado em Rumer & Sokolsky, 2019, p. 7).

Assim, registou-se uma interpretação mútua de cooperação, levando a que a Rússia assumisse uma postura de responsabilidade internacional, a acompanhar os aliados ocidentais. Por exemplo, na crise dos Balcãs o Kremlin afirmou-se como uma potência internacional, comprometida com princípios liberais (Sobell, 1995). Deste modo, Kozyrev referia o objetivo de inserir a Rússia nos atos de cooperação juntamente das potências ocidentais, para resolver os conflitos da Jugoslávia a partir de instituições como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. Com isto, o ministro de negócios estrangeiros interpretava que “resoluções no Conselho de Segurança sobre medidas relacionadas a violações da paz e infrações dos direitos humanos são propostas não como agora por três potências - os EUA, o Reino Unido e a França – mas por quatro grandes potências democráticas” (Kozyrev, 1992, citado em Headley, 2003, p.211).

Para reforçar o seu compromisso, enfatizou a cooperação com as restantes potências do CSNU, e apoiou o desenvolvimento de uma resolução pacífica dos conflitos antigas repúblicas soviéticas. Para esse propósito, segundo Headley (2003), a Rússia defendeu a Resolução 757, em 30 de maio de 1992 e foram impostas sanções à República Federal da Jugoslávia.

Em adição, no ano seguinte, foi assinado o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START II), entre a Rússia e os Estados Unidos, dando seguimento à ratificação do START I. Dessa forma, a assinatura do START II em 1993, foi nomeado por “tratado da esperança” (Yeltsin, 1993, citado em Pikayev, 1999, p.5), visto que simbolizava uma nova fase, marcada pela redução de arsenais nucleares, com o fim de garantir um progresso sustentável das relações

bilaterais com os Estados Unidos.

Por outro lado, como observa Arbatov (1994), embora a assinatura do tratado refletisse o empenho nas reformas liberais, a sua ratificação enfrentou resistência no parlamento russo. O soviete supremo da Rússia¹⁶, argumentava que a reestruturação do arsenal nuclear russo conforme os padrões dos Estados Unidos, comprometeria segurança nacional. Por isso, segundo o autor, a pressão doméstica impossibilitou a ratificação do START II nos seguintes anos.

Em segundo lugar, as reformas económicas também foram um ponto central na década de 1990, visto que as mesmas tiveram repercussões para a política externa russa. Segundo Robinson (2011), a fragilidade económica da Rússia¹⁷ logo após a desintegração da URSS dificultou o processo de reformas, pois a oposição era não só a nível político, mas social.

Deste modo, a manutenção do governo de Yeltsin dependia do sucesso das reformas económicas. Para tal, foi formado um grupo de deputados considerados fundamentais para a aplicação das reformas neoliberais. Como observa Huygen (2011), destacou-se Yegor Gaidar e o seu papel na implementação da terapia de choque em 1992. A terapia de choque, segundo Marangos (2002), é definida como um modelo político económico, que retrata um conjunto de reformas económicas, implementadas especialmente a partir de uma transição rápida de modo a evitar a resistência política de outras partes. Em adição, no caso da aplicação à Federação Russa, Gerber & Hout (1998) sugerem que a terapia de choque implementou reformas, como a liberalização dos preços, controlo monetário e de crédito, eliminação dos défices orçamentais, abertura do mercado ao investimento direto estrangeiro e por último, a privatização em massa.

Em virtude das reformas, a transição gerou várias consequências a nível socioeconómico. Não obstante, face a estas consequências, Yeltsin referiu “Se não dermos um

¹⁶ O soviete supremo era o órgão legislativo da Federação Russa, após a desintegração da URSS. Durante o seu funcionamento no que diz respeito à criação, aprovação de leis e orçamentos de Estado. Efetivamente, este órgão opôs-se frequentemente às reformas económicas e políticas de Yeltsin. Por isso, o crescimento das tensões parlamentares, resultaram na crise constitucional de 1993, ou seja, um confronto armado entre as forças opostas a Yeltsin, os deputados do soviete supremo e por outro lado, o governo associado ao presidente russo. Consequentemente, o soviete supremo foi dissolvido em outubro de 1993 e foi adotada uma nova constituição que ampliaria as competências legislativas do presidente em relação ao parlamento. Para mais informações, consultar Sharlet, R. (1993). Russian constitutional crisis: law and politics under Yel'Tsin. *Post-Soviet Affairs*, 9(4), 314–336. <https://doi.org/10.1080/1060586x.1993.10641373>

¹⁷ Como é sugerido por Intriligator (1996), as reformas económicas dos anos 90, enfrentaram vários desafios parcialmente devido a fatores herdados das antigas reformas de Gorbachev. Embora a URSS tenha sido desintegrada, muitas instituições geridas por estruturas de economia planificada permaneceram, pelo que consequentemente, facilitou a criação de resistência interna às reformas de Yeltsin, dificultando a transição económica. Em adição, a experiência negativa da sociedade em relação às reformas de Gorbachev, criou uma interpretação geral de desconfiança em reformas, dificultando a implementação de novas políticas necessárias no âmbito da terapia de choque. Por isso, estes fatores no seu conjunto, tornaram a transição económica um processo complexo. Para mais informações, consultar Intriligator, M. D. (1996). Reform of the Russian economy: the role of institutions. *International Journal of Social Economics*, 23(10/11), 58–72. <https://doi.org/10.1108/03068299610149453>

passo em concreto para romper o curso desfavorável dos eventos, condenar-nos-emos à pobreza e condenaremos um Estado com uma história de muitos séculos ao colapso” (Yeltsin, 1992, citado em Huygen, 2011, p.64).

Efetivamente, as consequências refletiram-se nos seguintes anos. Em primeiro lugar, entre 1990 e 1998, a taxa de Produto Interno Bruto (PIB), sofreu uma queda de 42,4%, associando que a terapia de choque não conseguiu reverter a estagnação económica russa (Tikhomirov, 2000). Em segundo lugar, de acordo com Hanson (1999), os rendimentos familiares vieram a acompanhar o desenvolvimento negativo do PIB. Através de um estudo comparativo, o autor determina que o rendimento per capita na URSS, correspondia a 32% das taxas dos Estados Unidos, em 1989. Porém, após a aplicação da terapia de choque, em 1996, determinou-se que o rendimento per capita da Rússia correspondia a 17%. Em adição, até final de 1998, o autor sugere que as taxas russas eram equivalentes a menos de 10% do rendimento per capita dos Estados Unidos. Ou seja, a partir da sua análise, verifica-se um declínio dos rendimentos na Rússia, que vieram a ser acentuados como resultado das reformas económicas.

Além disso, no que diz respeito à privatização, Desai (1996), salienta que até julho de 1994, a privatização foi predominante em empresas e indústrias de pequena dimensão, mais particularmente de setores de comércio e serviços. Não obstante, as indústrias de grande dimensão foram convertidas maioritariamente em sociedades anónimas, ou seja, a privatização ocorreu apenas parcialmente. Deste modo, até a data referida, registou-se que 70% das indústrias de grande dimensão abriram falência.

Por último, sobre a qualidade de vida, registou-se que em 1994, 10% da população mais rica recebia 26% da receita do Estado, enquanto 10% da população mais pobre, recebia 2,4%. Assim, estes dados demonstram que por cada unidade de rendimento recebida pela população mais pobre, os mais ricos recebiam 11 unidades. Porém, em 1992, verificava-se uma relação de 8 unidades para 1. Como tal, a terapia de choque teve impacto na diminuição da esperança média de vida, que consequentemente caiu de aproximadamente 73 anos em 1990 para menos de 65 anos em 2000 (Gidadhubli & Mohanty, 2002).

Por outro lado, conforme observa Mcfaul (2000), a ajuda financeira externa, também fomentou a ineficácia das reformas. A Rússia carecia de fundos para a transição da economia, por isso, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial tornaram-se essenciais para o financiamento. Em adição, os Estados Unidos, detinham influência sobre as mesmas instituições e por isso, desempenharam um papel central na assistência financeira (Tarasovaa et al., 2016). Não obstante, como é referido por Cox (2000) o método de assistência financeira dos Estados Unidos, foi deslegitimado:

O fracasso americano, ou a recusa em apoiar a reforma económica com grandes injeções de capital dos EUA, teve duas consequências bastante infelizes. A primeira, e menos significativa, foi expor a retórica americana pelo que realmente era apenas: conversa fiada, com pouca ligação às realidades e necessidades russas. A segunda e mais grave consequência, contudo, foi deixar aqueles que inicialmente apoiaram as reformas na Rússia numa posição quase insustentável (Cox, 2000, citado em Tarasovaa et al., 2016, p. 708).

Segundo Marangos (2005), a ajuda externa de instituições como o FMI e o Banco Mundial não insistiu num programa robusto como foi o caso do plano marshall¹⁸, mas sim num financiamento reduzido e condicionado aos critérios de políticas económicas neoliberais (Weiss, 2016). Assim, as políticas aplicadas favoreceram maioritariamente a exploração de recursos, como o setor da energia e a abertura ao investimento estrangeiro, consequentemente desestimulando políticas de desenvolvimento local. Em adição, quanto ao processo de privatização, resultou no enriquecimento de uma fração da elite russa, chegando a exacerbar a desigualdade social.

Em adição, a terapia de choque, bem como a assistência financeira não foram os únicos fatores nos anos 90 que levaram a uma transição da abordagem pró-ocidental. De acordo com Welberts (2003), a NATO, enfrentava uma interpretação de desconfiança na Rússia, uma vez que era visionado como um domínio dos EUA e um vestígio da guerra fria. Igualmente, conforme observa Gajić (2019), o desenvolvimento das relações Rússia-NATO, entraram em declínio contínuo no âmbito dos conflitos da Jugoslávia. Por isso, defende que para preservar o seu estatuto de grande potência, a Rússia atuou simultaneamente como um país parceiro dos Estados Unidos. Ainda, refere-se ao expansionismo da NATO como política de promoção democrática, reiterando que os Estados Unidos “trataram a Rússia como uma inimiga derrotada da Guerra Fria, afastando a sua influência em todos os outros países ex-comunistas” (Gajić, 2019, p.280). Por efeito, a política externa russa foi adotando uma postura cada vez mais oposta ao ocidente.

Segundo Rumer (2019), o evento que marca a transição, é a substituição de Andrey Kozyrev, por Yevgeny Primakov, em 1996. O início das funções de Primakov marcaram um

¹⁸ Conforme verifica Weiss (1997), o plano marshall foi essencial para a revitalização da europa após a segunda guerra mundial, visto que o plano visava a injeção financeira dos Estados Unidos para o continente, de modo a estabilizar as economias dos Estados europeus. Além disso, o plano serviu como uma “ponte”, para o estabelecimento de relações internacionais, hoje conhecidas como o processo de integração europeia. Assim sendo, o autor argumenta que a Rússia de Yeltsin, poderia ter tido na época, um apoio semelhante, não só para promover a modernização da economia russa, mas também facilitar a sua integração ao ocidente. Por outro lado, defende que a implementação da terapia de choque, assim como as suas condicionantes foram insuficientes, mal estruturadas e pouco adequadas para o contexto russo, resultando no descontentamento da população. Para mais detalhes, consultar Weiss, C. (1997). Eurasia Letter: A Marshall Plan We Can Afford. *Foreign Policy*, 106, 94–109. <https://doi.org/10.2307/1149176>

ponto de reorientação da política externa russa, ao referir “A Rússia abandonou o caminho dos nossos parceiros ocidentais... e embarcou numa trajetória própria” (Cohen, 2014, citado em Rumer, 2019, p.4). Nesse sentido, a política externa de Primakov foi caracterizada especificamente por uma marca distintiva, o pragmatismo russo, traço que mais tarde também viria a caracterizar as políticas de Vladimir Putin (DeLong, 2020). Em adição, conforme é verificado por Surovell (2005) & Lynch (2001), a política externa de Primakov ¹⁹caracterizava-se por traços opostos ao ocidentalismo de Kozyrev, desde a oposição à expansão da NATO no leste europeu, à defesa de uma ordem global multipolar.

Primakov, interpretava que o alargamento da NATO era uma política em contra do interesse nacional russo, visto que a expansão viria a minar o papel estratégico da Rússia nos Estados europeus de leste. Paralelamente, a defesa do multipolarismo era visionada como uma estratégia essencial para o estabelecimento uma ordem segura e estável. Ao mesmo tempo, permitiria à Rússia, cooperar com outros países não-ocidentais, assim como recuperar gradualmente o seu estatuto de grande potência (Casier, 2006).

Neste período, à medida que se interpretava um crescimento da expansão da NATO, vinha-se a credibilizar cada vez mais o pragmatismo de Primakov. Assim, Hughes (2013) refere que a intervenção da NATO em Kosovo é um exemplo, pois reforçou a desconfiança russa em relação ao ocidente. Isto é, a intervenção da NATO evidenciou o crescente unilateralismo ocidental, levando a que Moscovo, optasse por uma agenda de política externa alternativa. Como salientado por Tsygankov (2019), as políticas expansionistas eram inevitáveis, por isso naturalmente desenvolveram uma ideia de insegurança:

De forma esmagadora, a comunidade de política externa russa percebeu a expansão como uma violação da norma de reciprocidade e do próprio espírito da transformação pós-Guerra Fria. Eventualmente, até mesmo os ocidentalistas radicais, como Kozyrev, anunciaram a sua deceção com a decisão. O público em geral também expressou preocupações, e essas preocupações só aumentaram com o tempo (Tsygankov. 2019, p.105).

Em suma, de acordo com Desai (2005), a Rússia enfrentou uma variedade de desafios, como a recessão económica, desigualdades sociais e uma crise política, que por consequência

¹⁹ Em oposição à ocidentalização de Kozyrev, Primakov, promoveu o Eurasianismo na política externa russa, a partir da defesa da Rússia como uma civilização distinta da Europa. Isto é, uma civilização que combina traços europeus e asiáticos simultaneamente, também reconhecida como uma identidade eurasiática. A partir desta ideologia, defende-se que a Rússia é uma potencia civilizacional eurasiática, que por natureza deve rejeitar a interferência de pressões externas, como é o caso da cultura ocidental. Assim sendo, o eurasianismo de Primakov, é apresentado como um movimento no período pós-soviético, que determina a diversificação da relação externa de Moscovo com Estados não ocidentais, para então garantir uma agenda multivetorial mais eficaz. Por efeito, a China, Índia e estados incluídos no vetor do médio oriente passaram a ser mais relevantes. Para mais informações, consultar Tsygankov, A. P. (2007b). Finding a civilisational idea: “West,” Eurasia,” and “Euro-East” in Russia’s foreign policy. *Geopolitics*, 12(3), 375–399. <https://doi.org/10.1080/14650040701305617>

levou ao enfraquecimento político do Estado. Por efeito, o conjunto destes desafios levaram ao desejo popular do estabelecimento de um Estado mais estável e assim, em 1999, Vladimir Putin assumiu o cargo de presidência. No mesmo período, a opinião pública sobre Putin aumentou positivamente, como efeito do seu compromisso com a revitalização do estatuto russo.

2.2 A Era Putin: Pragmatismo e Multivetorialismo

Desde o início do século XXI, a política externa de Vladimir Putin, tem sido caracterizada por um pragmatismo contínuo. Segundo Tsygankov (2019), o “pragmatismo de grande potência” de Putin foi refletido até no nível da retórica oficial, por exemplo no discurso em 2002, na Assembleia Federal: “a política externa russa será, no futuro, organizada de forma estritamente pragmática, com base nas nossas capacidades e interesses nacionais” (Putin, 2002). Além disso, o pragmatismo foi reforçado por meio da publicação de declarações oficiais e, por exemplo, a declaração do conceito de segurança nacional de 2000 e o plano de modernização militar de 2008 (Menkiszak, 2014).

Em adição, conforme observa Trenin (2003), durante o início da década de 2000, a Rússia situava-se num estado de crise económica, social e política, como resultado hereditário das políticas estabelecidas nos anos 90. Igualmente, entendia-se que a identidade russa estava em reconfiguração, uma vez que o Kremlin perdeu uma parte extensiva da influência no cenário internacional. Nesse sentido, o dualismo entre a perda de estatuto internacional e o dilema identitário, foi sendo cada vez mais reforçado na retórica do presidente russo para exprimir um sentido coletivo de “colapso” do Estado russo. Em 2005, na sua intervenção anual à Assembleia Federal, Putin expressou o descontentamento coletivo da nação ao definir o colapso da União Soviética como a “maior catástrofe geopolítica do século XX” (2005, citado em Korolev, 2015). Da mesma forma, no mesmo discurso, criticou as reformas dos anos 90 e a forma como as levaram à crise do Estado. De tal modo, exprimiu “Muitos pensaram ou pareceram pensar na altura em que a nossa jovem democracia não era uma continuação da estabilidade russa, mas o seu colapso final” (2005, citado em Lukyanov, 2016). Na mesma linha de pensamento, Buszynski reforça (1996) a sensação do “choque” russo e as dificuldades enfrentadas na política externa ao referir:

A desorientação tem sido uma característica infeliz da sociedade russa, desde a sua dolorosa emergência do casulo soviético em 1992. Poucas outras sociedades enfrentam o choque traumático de serem reposicionadas em novas fronteiras, com as antigas instituições destruídas de forma tão súbita como aconteceu na Rússia (Buszynski, 1996, p.11).

Assim sendo, o primeiro mandato de Putin começou pela procura de políticas com o fim de definir um sentido de orientação à política externa, sendo que a publicação do Conceito de Política Externa de 2000 foi uma forma de tal intenção. Conforme o documento em questão, a definição dos seus princípios gerais seria o estabelecimento da principal prioridade da política externa russa, sendo esta a proteção dos interesses do conjunto da sociedade e indivíduo.

Para tal, este quadro de princípios gerais, definiu objetivos como “garantir a segurança do país, preservar e fortalecer a sua soberania e integridade territorial, alcançar posições firmes e prestigiadas na comunidade internacional, que sejam mais consistentes com os interesses da Federação Russa enquanto grande potência” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2000). Além disso, como forma de exercer influência sobre a formação da nova ordem global²⁰, o conceito refere que a “A Rússia procurará alcançar um sistema multipolar de relações internacionais que reflita verdadeiramente a diversidade do mundo moderno, com a sua grande variedade de interesses” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2000).

Conforme verifica Freire (2009), foi a partir deste período que a política externa de Putin se identificava como multivetorial. Por multivetorialismo, entende-se a estratégia de diversificação de relações externas, sem necessariamente determinar um alinhamento a uma delas. Por efeito, a variedade de interesses internos e externos são equilibrados, maximizando assim o proveito das oportunidades que surgem das características únicas de cada relação externa (Minasyan, 2012; Gnedina, 2015). De tal modo, o multivetorialismo de Putin recalibra os vetores da política externa, não só com o fim de diversificar as relações externas, mas também garantir um crescimento estatal sustentável, que não dependa de uma única parte. Deste modo, a política externa russa poderia assegurar o “contrapeso e primazia” no que diz respeito às suas orientações externas (Freire, 2009, p.86).

Ainda, de modo a garantir a eficácia dessas políticas, Putin implementou simultaneamente o conceito de poder vertical, com o fim de restaurar a estabilidade política que se tinha perdido durante os anos 90. A partir do poder vertical, de acordo com Stanovaya (2020), o poder do Estado é centralizado, determinando que a autoridade seja exercida a partir de uma hierarquia vertical. Ou como determina Shevtsova (2005, p.7), poder vertical, é um “sistema de governação de cima para baixo, baseado na subordinação e num papel dominante do poder

²⁰ O conceito de nova ordem global tem sido frequentemente redefinido como resultado das várias transformações geopolíticas a nível global. Segundo Mearsheimer (2019), inicialmente entendia-se que a nova ordem global seria caracterizada pelo sistema unipolar e liberal, não obstante, a resistência de grandes potências dificultaram a sua manutenção. Potências convergentes como a Rússia e a China, estabeleceram imposições aos valores liberais, como a expansão da democracia e direitos humanos baseados em concepções próprias. Deste modo, argumenta que o sistema multipolar está em crescimento. Para mais informações, consultar Mearsheimer, J. J. (2019). Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. *International security*, 43(4), 7-50

executivo”. Este sistema de governo garantiu uma gestão do Estado mais controlada e coesa, e ainda, permitiu a Putin moldar a política externa de forma mais pragmática e assertiva. Efetivamente, o pragmatismo e assertividade foi favorecido em benefício da centralização de poder, visto que desde o início da presidência, Putin colocou indivíduos de confiança em posições políticas estratégicas. Com isto, o círculo próximo de figuras políticas limitou a participação no processo de desenvolvimento e implementação da política externa a um grupo restrito, composto por indivíduos que partilham ideias e valores semelhantes (Monaghan, 2012).

2.3 A Relação Rússia-NATO: Cooperação e Competição após 11 de Setembro

Com o 11 de setembro, verifica-se que uma alteração paradigmática da perspectiva securitária dos Estados²¹, mas também a oportunidade russa para se realinhar estrategicamente no plano internacional. Efetivamente, logo após o evento, as expectativas dos Estados Unidos sobre a Rússia atingiram um crescente desenvolvimento cooperativo, uma vez que partilhavam parcialmente a mesma visão sobre a proliferação do terrorismo. Nessa conjuntura, os Estados Unidos procuraram ativamente a colaboração russa, para enfrentar estes desafios (Kemp & Sestanovich, 2006).

Conforme observa O'Loughlin et al. (2010), a descrição de imagens e circunstâncias, são métodos de atribuir um significado a um evento, associando-os a acontecimentos semelhantes, embora sendo diferentes. Assim, as imagens do 11 de setembro, transmitidas na Rússia, foram interpretadas à luz do conflito Russo-Checheno²², visto que a retórica de Putin

²¹ Os ataques terroristas, que decorreram no 11 de setembro impactaram a perspectiva de segurança dos Estados a nível global. Efetivamente, antes dos ataques, a segurança era vista a partir de paradigmas clássicos, isto é, questões de defesa nacional naturalmente em respeito aos restantes atores estatais na ordem internacional. Porém, a partir da data em questão, pode verificar-se que ocorreu uma amplificação do Conceito de Segurança, visto que a interpretação de segurança, passou a incluir fatores não tradicionais, por exemplo o terrorismo, proliferação de armas de destruição, ciberataques e especialmente, atores não estatais. Em adição, a segurança humana passou a ser reconhecida como um fator ligado naturalmente à globalização, visto que as ameaças estatais poderiam tornar-se rapidamente, globais. Para mais detalhes, consultar Beeson, M. K., & Bellamy, A. J. (2003). Globalisation, security and international order after 11 September. *Australian Journal of Politics & History*, 49(3), 339–354. <https://doi.org/10.1111/1467-8497.00290>

²² O conflito russo-checheno ocorreu como resultado de um conjunto de fatores securitários, recursos naturais e política interna. Historicamente, a causa principal deriva da procura pela independência da Chechênia, logo após a queda da URSS. Efetivamente, a Rússia resistiu ao processo de independência, por motivações de integridade territorial e interesses geopolíticos, como a localização estratégica no Cáucaso, isto é o acesso a rotas relevantes de transporte de recursos energéticos. Porém, durante o início do mandato de Putin, a guerra serviu questões internas de poder. Isto é, o conflito foi utilizado como um instrumento, para o fortalecimento do poder central russo e reforçar o apoio popular, que desde os anos 90, enfrentava grandes desafios políticos e económicos. Não obstante, embora a Rússia tenha conseguido manter o controle sobre a Chechênia, a guerra resultou em várias circunstâncias de violações de direitos humanos e impactos socioeconómicos para a sociedade civil da região. Para mais informações, consultar Ashour, O. (2004). Security, oil, and internal politics: the causes of the Russo-Chechen conflicts. *Studies in Conflict and Terrorism*, 27(2), 127–143. <https://doi.org/10.1080/10576100490275102>

acolhia a dimensão da calamidade, ao referir “os russos também experimentaram o horror do terrorismo” (Putin, 2001, citado em O’Loughlin et al., 2004, p.7). Ainda, os mesmos ataques foram descritos por Putin, como atentados que “tinham a mesma assinatura”, que os bombardeamentos a Moscovo em 1999 (2001, citado em O’Loughlin et al., 2004, p.7). Por outras palavras, o 11 de setembro foi interpretado na Rússia, paralelamente à experiência com o conflito russo-checheno.

Em adição, conforme observa Bosworth (2008), a colaboração ocorreu com o intuito de aproveitar a oportunidade para fortalecer as relações com os Estados Unidos. Porém, segundo a autora, os objetivos iam para além disso, visto que a Rússia procurou reforçar a sua imagem como aliada contra o terrorismo e obter legitimidade a nível internacional. Deste modo, a cooperação concederia um alinhamento “legítimo” entre o 11 de setembro e as suas políticas contra a Chechénia e por consequência, apaziguar as críticas externas. Assim, a globalização do terrorismo tornou-se uma forma de aproximação entre a Rússia e os Estados Unidos, embora com divergências devido às finalidades de cada um. Não obstante, com o 11 de setembro a cooperação tomou um novo rumo a partir do apoio russo na intervenção norte-americana no Afeganistão.

De acordo com a observação de Mankoff (2009), a Rússia não participou diretamente nas intervenções militares, contudo assumiu várias formas estratégicas de cooperação²³. Por exemplo, a Rússia partilhou informações de Inteligência, como relatórios sobre a geografia do país, bem como as redes terroristas. Além disso, a Rússia permitiu que os Estados Unidos utilizassem o seu espaço aéreo e fez uso da sua influência sobre os países da Ásia Central, para exercer pressão sobre os mesmos, de modo a cooperarem na campanha antiterrorista.

Por outro lado, segundo Hunter (2010), o ponto mais alto da cooperação é realizado quando o presidente russo reabilita a possibilidade de uma eventual adesão à NATO. Neste sentido, em 28 de maio, de 2002, foi desenvolvido o conselho NATO-Rússia (CNR), como uma evolução do anterior Conselho Permanente Conjunto (PJC), que até à data tinha sido estabelecido a partir do Ato Fundador sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança. Além

²³ Conforme observa Pop (2009), a Ásia Central é uma região de importante relevância geopolítica para a Rússia, dado o estatuto dos seus países, como antigos Estados da União Soviética. Neste sentido, as colaborações com os EUA no âmbito das campanhas antiterroristas também trouxeram à superfície, as limitações de tal parceria. Moscovo interpretou a consolidação da presença ocidental na região, como uma ameaça estratégica. Assim, a expansão da NATO influenciou a Rússia a levar a cabo iniciativas de fortalecimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), como meio de resposta estratégica à expansão da NATO. Deste modo, a CSTO serviria como uma plataforma, para consolidar a sua posição na Ásia Central. Para mais detalhes, consultar Pop, I. (2009). Russia, EU, NATO, and the Strengthening of the CSTO In Central Asia. *Caucasian Review of International Affairs*, 3(3), 278
https://www.files.ethz.ch/isn/105682/CRIA%20Summer%202009_Full%20Issue.pdf

disso, como é defendido pelo autor, o PJC operava como um fórum de diálogos entre os Estados-Membros e processos de tomada de decisão sobre interesses comuns, incluindo os da Rússia. Porém, ao contrário do CNR, Moscovo interpretava que o PJC era construído por um formato desigual, visto que os Membros da NATO alinhavam previamente as suas posições em respeito a assuntos de política externa, segurança e defesa, resultando na limitação da influência russa sobre os mesmos assuntos.

Por outro lado, a consolidação do CNR, segundo Kulháněk (2009), basear-se-ia num quadro de “20” membros com influência equitativa, ao contrário da lógica “19+1”, como era apresentado anteriormente. Assim, como é verificado a partir da Declaração de Roma (2002, p.5), é atribuído um mecanismo de:

(...) consulta, construção de consenso, cooperação, tomada de decisões em conjunto e ação conjunta. Os Estados-membros da NATO e a Rússia trabalharão como parceiros iguais, com base no consenso, em uma ampla gama de questões de segurança euro-atlântica. O diálogo político contínuo permitirá que problemas emergentes sejam identificados de uma forma precoce, abordagens comuns sejam determinadas ou ações conjuntas sejam realizadas, conforme necessário (Declaração de Roma, 2002, p.5).

Como tal, o evento do 11 de setembro criou um ambiente adequado para o desenvolvimento da relação EUA-Rússia. Não obstante, o período pacífico da cooperação com o ocidente, foi apenas passageira, visto que ambos países detinham perceções distintas em relação à segurança internacional e modos de intervenção militar. Como tal, conforme é defendido por Forsberg & Herd (2015), a evolução da Doutrina Bush²⁴, veio a ter um impacto gradual e significativo sobre países da região do Médio Oriente, a NATO e consequentemente, a política externa russa devido às tensões criadas. Por efeito, a Doutrina Bush materializou-se no âmbito das intervenções militares, como meio de promoção democrática.

Assim, conforme observa Jervis (2005), a transição democrática através do uso da força veio a construir efeitos contraproducentes. De tal modo, o uso excessivo da força, exacerbou tensões a nível internacional, em vez de promover a segurança. Assim sendo, Kanet & Larivé (2012), defendem que os momentos de alinhamento na relação entre os EUA e a Rússia são apenas “simbólicos”, pois as divergências sobre interesses securitários e a interpretação sobre a ordem mundial têm dificultado a cooperação sustentável entre os dois países. Ainda, como é

²⁴ A Doutrina Bush é um conjunto de princípios que formaram a política externa russa entre 2001 e 2009. A doutrina era caracterizada pela implementação de estratégias de caráter preventivo e unilaterais, no âmbito do combate ao terrorismo. Por isso, a doutrina foi consolidada oficialmente a partir da publicação da Estratégia de Segurança Nacional e nela defendia-se a necessidade de tomar políticas de defesa contra potenciais ameaças, mesmo antes de se materializarem. Assim, o intervencionismo a partir das intervenções militares eram justificados, como é o caso da sua aplicação na intervenção no Iraque, em 2003. Para mais informações, consultar Schmidt, B. C., & Williams, M. C. (2008). The Bush Doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus Realists. *Security Studies*, 17(2), 191–220. <https://doi.org/10.1080/09636410802098990>

verificado pelos autores, a invasão do Iraque, em 2003, é um marco que refletiu o novo ponto de rutura entre a NATO e a Rússia e outros países.

A invasão do Iraque criou divisões internas na NATO, sendo que Estados como a França e a Alemanha, opuseram-se à invasão e por outro lado, o Reino Unido, Polónia e Espanha apoiaram a mesma. Como consequência direta, a credibilidade da NATO como bloco coerente, foi temporariamente descredibilizada, afetando as relações internas e a cooperação transatlântica (Butt, 2019). Assim, segundo Cross (2006), para a Rússia, a guerra não só refletiu o crescimento do unilateralismo dos EUA, mas também fortaleceu a ideia de que a NATO é um instrumento de extensão da política externa norte-americana, para promover os seus interesses. Consequentemente, a invasão ressuscitou os traços de desconfiança da Rússia em relação à NATO, como era presente no período da guerra fria.

Em adição e como reforço da ideia anterior, a Rússia perceciona a expansão da NATO como um jogo de soma zero, onde a expansão é considerada uma política de isolamento ocidental e limitação da sua influência sobre o espaço pós-soviético (Marten, 2020; Wolff, 2015). Segundo Shiffrinson (2020), a percepção de insegurança intensificou-se, após a segunda onda²⁵ de adesões à NATO, em 2004 e as seguintes. De tal modo, o crescimento da insegurança para Moscovo foi sendo evidenciado na narrativa russa, quando Putin (2011) expressou que a “expansão da infraestrutura da NATO em direção às nossas fronteiras está a causar-nos preocupação” (Kanet & Larivé, 2012, p.85). Neste sentido, verifica-se a hipótese, onde a segurança da Rússia funciona paralelamente em torno da geografia, ou seja, a geopolítica clássica²⁶.

2.4 A Reafirmação da Assertividade Russa

Entre 2004 e 2008, durante o segundo mandato de Putin, Moscovo procurou promover

²⁵ Em 2002, a partir da Cimeira de Praga da Aliança foram convidadas a iniciadas as negociações de adesão com a Bulgária, Estónia, Lituânia, Eslováquia e Eslovénia. Assim, sucessivamente, em 29 de março de 2004, os países mencionados tornaram-se oficialmente membros da NATO, marcados no quadro da segunda onda de adesões à Aliança. Para mais informações, consultar NATO (2024). *NATO member countries*.

https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm#coldwar2

²⁶ A geografia é um elemento fundamental no ato da política externa russa, visto que o seu território é concedido por uma localização estratégica, que se identifica como uma “ponte” entre a Ásia e a Europa. De tal modo, os traços geográficos da Rússia definem ameaças e oportunidades para a projeção política de Moscovo. Esta leitura é verificada no desenvolvimento da geopolítica clássica, que entende que o fator geografia define o poder de um determinado Estado, pois nele se encontram fronteiras, extensão territorial e recursos naturais. Por isso, conforme a fundamentação teórica da geopolítica clássica, Moscovo define a sua política externa tendo em consideração as dinâmicas geográficas, como é entendido a partir da sua influência sobre os Estados pós-soviéticos e a expansão da NATO. Para mais informações, consultar Berryman, J. (2012). *Geopolitics and Russian foreign policy. International Politics*, 49(4), 530–544. <https://doi.org/10.1057/ip.2012.15>

reformas internas e ampliar a sua influência da Rússia na ordem internacional. No entanto, mesmo durante o período referido, a expansão da NATO continuava a ser uma fonte de insegurança. Assim, a política externa russa tornou-se cada vez mais crítica em respeito à aliança militar atlântica, adotando uma perspectiva revisionista sobre o sistema internacional. Por sua vez, para a Rússia, o processo de alargamento da NATO tomou uma natureza mais abrangente do que uma ameaça militar. De acordo com Tsygankov (2007), para Moscovo, a expansão é um desafio face à sua narrativa de grande potência, enquanto ao mesmo tempo, ameaça a sua legitimidade como poder hegemónico regional. Por isso, a expansão da NATO, também leva ao aumento de tensões civilizacionais.

Nesse sentido, Freire (2009), salienta que a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) é considerada uma área estratégica para Moscovo, não só pela relevância económica, mas também devido à partilha de laços históricos e civilizacionais. Assim, a NATO, ao incorporar países do espaço pós-soviético desafia diretamente o projeto de integração identitária da Rússia e ameaça a sua capacidade de servir como um ator de influência regional. Ainda, como é verificado pela autora, o risco identitário fomenta a ideia de que o ocidente procura minar a posição russa, como civilização distinta, com valores próprios, ideias e crenças.

Conforme observa March (2012), este contexto de insegurança levou Moscovo a utilizar o nacionalismo como uma forma de consolidar a sua identidade, e legitimar medidas de contenção ao alargamento ocidental. Assim, o nacionalismo é defendido através do reforço de uma narrativa que posiciona a Rússia como Estado privilegiado a partir de uma posição civilizacional distinta aos valores ocidentais.

2.4.1 A Narrativa e os Conceitos da Política Externa Russa de 2008 a 2013

Efetivamente, a narrativa nacionalista e o crescimento da assertividade russa são comprovados a partir de vários eventos, porém, tornou-se mais evidente a partir de 2007, como é o caso do discurso de Putin na Conferência de Munique²⁷. Neste discurso, Putin criticou o unilateralismo dos EUA, argumentando que a atuação do país comprometia a segurança global e impunha um modelo político-económico internacional, que antagonizava a soberania de

²⁷ Segundo A'Beckett, a Rússia utiliza os meios de comunicação como forma de moldar a narrativa e porventura, a opinião pública, da população de Moscovo e os países do espaço pós-soviético. Em adição, argumenta que o foco dos discursos está na medida em que procura deslegitimar a abordagem ocidental, promovendo ideias de como esta abordagem é controlada para servir os interesses nacionais ocidentais. Assim, narrativas como a que foi realizada por Putin no discurso de Munique, em 2007, refletem especialmente o crescimento da assertividade russa em respeito ao ocidente. Para mais informações, consultar A'Beckett, L. (2013). Strategies to discredit opponents: Russian presentations of events in countries of the former Soviet Union. *Psychology of Language and Communication*, 17(2), 133–156. <https://doi.org/10.2478/plc-2013-0009>

outros Estados. Em adição, o discurso defende que o sistema internacional se encontrava desequilibrado e influenciado maioritariamente pelos países ocidentais, excluindo outros potenciais polos de poder (Sakwa, 2019). Por efeito, no mesmo discurso, Putin expressou o descontentamento russo, em respeito aos Estados Unidos e a ingerência nos assuntos internos de outros Estados:

Estamos a assistir a um crescente desrespeito pelos princípios básicos do direito internacional. E as normas jurídicas independentes estão na verdade, a aproximar-se cada vez mais do sistema jurídico de um único Estado e, claro, em primeiro lugar, os Estados Unidos, que têm ultrapassado as suas fronteiras nacionais de todas as formas. Isto é evidente nas políticas económicas, políticas, culturais e educativas que impõem a outras nações. Bem, quem gosta disto? Quem fica satisfeito com isto? (Putin, 2007).

Além disso, as organizações internacionais²⁸ também foram integradas na mesma narrativa, ao relatar a utilização das mesmas, como instrumentos ao serviço do interesse nacional de outros Estados. Por isso, argumentou que desde então, Moscovo procuraria um papel mais ativo em questões internacionais, a partir de multilateralismo. Este papel garantiria não só um maior equilíbrio de poderes, mas também preveniria a ingerência externa nos assuntos internos de outros Estados:

Vemos que este equilíbrio está claramente destruído. As pessoas estão a tentar transformar a OSCE numa ferramenta vulgar destinada a promover os interesses da política externa de um ou de um grupo de países. E essa tarefa está também a ser cumprida pelo aspeto burocrático da OSCE, que não está de forma alguma relacionado com os Estados fundadores. Os procedimentos de tomada de decisão e o envolvimento de chamadas organizações não-governamentais estão moldados para esta tarefa. Estas organizações são formalmente independentes, mas são financiadas de forma deliberada e, por conseguinte, estão sob controlo (Putin, 2007).

De acordo com Freire (2014), o discurso em Munique marcou o período do crescimento do neo-revisionismo na política externa russa. O neo-revisionismo russo reflete como a Rússia interpreta que está sob um processo de marginalização ocidental. Assim, segundo o que é sugerido pela autora, a Rússia adaptou-se internamente e externamente, ao adotar uma postura que pudesse reconfigurar a ordem internacional ocidental.

Por outro lado, Makarychev (2008), sugere que mais um dos fatores que fomentam a rivalidade entre a Rússia e a aliança atlântica são as divergências na construção da identidade. Para o autor, essas diferenças dificultam o entendimento mútuo, uma vez que cada parte se

²⁸ Putin, sob o discurso de Munique, em 2007, criticou profundamente o funcionamento das organizações internacionais ocidentais. Segundo Hughes (2013), a Rússia tem passado por uma crescente frustração em respeito ao uso seletivo de normas das potências ocidentais no âmbito de organizações multilaterais. Deste modo, o discurso reflete o reforço da autodeterminação russa e políticas em torno da proteção dos interesses nacionais e proteção da população russófona a nível nacional e transnacional. Como exemplo, o evento da anexação da Crimeia, em 2014, foi justificado parcialmente com base no reconhecimento da ineficácia do bom funcionamento das OI'S ocidentais. Para mais informações, consultar Hughes, J. (2013b). Russia and the secession of Kosovo: power, norms and the failure of multilateralism. *Europe Asia Studies*, 65(5), 992–1016. <https://doi.org/10.1080/09668136.2013.792448>

define em oposição à outra. Do ponto de vista russo, Moscovo constrói a sua identidade como um Estado independente, soberano, distinto e com uma interpretação de conceitos como a democracia, adaptados à sua realidade. Por outro lado, atores como a NATO ou EUA, representam o “outro” para a Rússia, tentando submeter os seus valores à identidade russa. Não obstante, da parte ocidental, a Rússia é concebida como o “outro”, sendo definida como uma entidade que desafia os valores ocidentais, como a universalização da democracia liberal²⁹. Assim, esta dicotomia interpretativa sobre conceitos democráticos e a interpretação em oposição ao outro, são uma base desafiadora para o entendimento entre a Rússia e o ocidente, o que tem levado para o crescimento de tensões identitárias.

Neste contexto, o conceito de “democracia soberana” surge como um elemento central para Moscovo. O conceito introduzido por Surkov (2006, citado em Tsygankov, 2008) define-se como um modelo político, que procura reforçar a interpretação da Rússia e do seu “eu”, como um Estado independente e soberano. De tal modo, a democracia soberana é uma ideia moldada de acordo com as características russas, como a história, valores, normas e cultura (Tsygankov, 2008). Do mesmo modo, Hudson (2009, citado em Casula, 2013, p.3) define o conceito como uma “tentativa de destacar o património cultural europeu da Rússia e, ao mesmo tempo, sustentar a sua distinção civilizacional”. Assim, embora a Rússia partilhe laços históricos com o ocidente, é uma civilização que possui características distintas e por isso, confere abordagens particulares a conceitos como a democracia e soberania (Casula, 2013).

Em adição, segundo a ideia de Ziegler (2012), o conceito de democracia soberana é um conceito criado com o fim de construir um modelo de governo alternativo aos padrões normativos da democracia liberal. Num sentido oposto, de acordo com Rhoden (2015), a democracia liberal é definida como a combinação de princípios democráticos com os valores do liberalismo. Assim, determina que o poder do Estado provém do povo e que a partir do sistema político, beneficia de direitos naturais como liberdade de expressão, igualdade e direito à propriedade.

Por outro lado, conforme é defendido por Fisher (2014), para Moscovo, a soberania é sobreposta acima das liberdades individuais, para justificar a centralização de poder e

²⁹ Desde o evento da anexação da Crimeia, reforçou-se a interpretação ocidental da Rússia como uma ameaça, levando a aliança a focar-se na dissuasão. A presidência de Putin e o efeito sobre a política externa tem sido cada vez mais caracterizada pelo crescimento da assertividade, abrindo espaço para a ideia de que a Rússia procura minar as democracias ocidentais e a coesão no contexto da NATO. Assim, devido ao conjunto de eventos de carácter revisionista da política externa russa, a aliança atlântica tem procurado adaptar-se ao desafio de Moscovo a partir de vários pontos. Como exemplo, destaca-se como a modernização estratégica face à incorporação de novas dimensões de tensão, por exemplo a guerra da informação. Para mais informações, consultar Kendall-Taylor, A., & Edmonds, J. (2019). IV. The Evolution of the Russian Threat to NATO. *Whitehall Papers*, 95(1), 54–66. <https://doi.org/10.1080/02681307.2019.1731209>

autoritarismo. Segundo o que é defendido pela autora, a priorização da soberania da Rússia é fundamental, como fator para proteger o Estado de interferências externas e preservar a sua identidade nacional. Por isso, a vontade coletiva sobrepõe-se ao interesse individual, sendo realizada pela elite russa e o líder de Estado, visto que a sociedade no seu conjunto é incapaz de agir de forma independente e organizadamente. Além disso, a nível externo, a democracia soberana propõe que o sistema internacional é caótico e baseado em políticas de poder. Deste modo, a centralização de poder e relações positivas entre as elites, funcionam como um meio necessário para proteger a identidade russa, bem como a sua independência face à pressão de outros agentes internacionais.

Por outras palavras, a democracia soberana russa é uma alternativa à conceção conceitual da democracia liberal e refletir a diferente abordagem ao conceito. Enquanto o ocidente prioriza a universalização da liberdade individual e direitos humanos, a democracia soberana enfatiza a estabilidade do Estado a partir da centralização de poder e oposição a modelos políticos externos. Assim, isto evidencia como a defesa do conceito de democracia soberana é uma forma ideológica de justificar o conjunto de ideias que permitissem legitimar um poder político dominante e deslegitimar os valores e normas ocidentais (Kortukov, 2020; Chatterjee, 2023).

Conforme sugere Anderson (2016), o desenvolvimento da democracia soberana abriu espaço para a implementação de mais ideias, como é o caso do “estado-civilização”. Segundo Tsygankov (2016a), a retórica russa de estado-civilização, reforça a sua posição como potência independente no sistema internacional. A mesma ideia foi manifestada pelo Kremlin, num discurso do Clube Valdai, ao exprimir o “desejo de independência e soberania na esfera espiritual, ideológica e de política externa” como uma “parte integrante do nosso caráter nacional” (Putin, 2013, citado em Tsygankov, 2016b, p.6).

Para Blackburn (2021), o conceito de estado-civilização é fundamentado por três características. Em primeiro lugar, a ideia de que os russos étnicos são a base da unificação da identidade russa, como forma de manter a coesão civilizacional eurasiática. Em segundo lugar, o estado-civilização promove o patriotismo cívico, como meio de imposição às alterações políticas radicais e manutenção da integridade do Estado russo frente a pressões externas. Por último, a identidade no âmbito do estado-civilização salienta a promoção da cultura russa através do *soft power*, sustentada particularmente pela língua e tradição russa como elementos integradores da identidade. Ainda, a promoção cultural é interpretada como essencial no sistema multipolar, visto que é caracterizada por rivalidades geopolíticas e tensões civilizacionais.

Deste modo, a ideia de estado-civilização, enquanto definição de civilização distinta,

deve reger-se com base nos seus valores e princípios culturais específicos. Por isso, a retórica de Putin tem sido distinguida pela abordagem civilizacional:

A autodeterminação do povo russo (étnico) – uma civilização politécnica, unida por um núcleo cultural russo (...) A identidade civilizacional baseia-se na preservação de uma dominância cultural russa (étnica), que não provém apenas dos russos étnicos (...) Este é o código cultural (...) (Putin, 2012, citado em Aridici, 2019, p.16).

Por outro lado, segundo Khevturiani (2018), a estabilidade económica e política de um Estado depende em grande medida da eficácia da implementação da política externa. Efetivamente, os processos políticos internacionais exigem atenção à formação de princípios de atuação externa, uma vez que o surgimento de atores não estatais pode criar imprevisibilidade no sistema internacional. Assim, o planeamento estratégico torna-se essencial, incluindo na elaboração a partir de documentos conceptuais, como é o caso do conceito de política externa da Rússia. Os documentos oficiais de política externa são fundamentais para a eficácia do planeamento estratégico e fornecem as orientações necessárias para o desenvolvimento, adaptação e resposta às dinâmicas internacionais. Os conceitos de política externa da Federação Russa de 2008 e 2013 refletem características de continuidade e alterações relevantes, relativamente às prioridades estratégicas do Estado face às dinâmicas do sistema internacional. A análise de ambos documentos não só ilustra a transição de uma Rússia cada vez mais assertiva, mas também afirma a singularidade cultural do país e a interpretação do seu papel no cenário internacional face a outras potências.

De tal modo, conforme observa Mankoff (2009), o conceito de política externa da Rússia de 2008 é marcado maioritariamente por um traço de continuidade em relação ao documento prévio de 2000. Nesse sentido, 80% do conteúdo é semelhante, não obstante as alterações do conteúdo refletem transições significativas sobre a estratégia externa de Moscovo. Por exemplo, como sugere Tsygankov (2019), as semelhanças contemplam o tema do multivetorialismo como abordagem fundamental da política externa russa. Por outro lado, o documento diferencia-se do anterior, visto que o termo de “Grande Potência” foi substituído por outro mais moderado, neste caso, “um dos centros líderes do mundo contemporâneo” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2008). Em adição, o documento de 2008 pretende introduzir a perceção de uma “nova Rússia”, enquanto potência com fragilidades socioeconómicas internas. O documento reitera a necessidade de modernização a nível interno para fortalecer a posição de Moscovo a nível internacional (Mankoff, 2009). Como é verificado a partir do conceito de política externa de 2008, Moscovo pretende:

Criar condições externas favoráveis para a modernização da Rússia, a transformação da sua economia em linhas de inovação, a melhoria dos padrões de vida, a

consolidação da sociedade, o fortalecimento das bases do sistema constitucional, do Estado de Direito e das Instituições democráticas, a realização dos direitos humanos e liberdades, e como consequência, garantir a competitividade do país num mundo globalizado (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2008).

Para tal, quanto ao fortalecer o estatuto da Rússia no sistema internacional, o documento determina outros objetivos, como é o caso de reduzir a dependência económica da Europa, apontando para a diversificação das relações económicas. Segundo Schneider (2012), este ponto reflete a abordagem pragmática da política externa russa na internacionalização da sua economia, tomando vantagens a partir de setores-chave, como é o caso dos recursos energéticos. Com base no mesmo documento, Moscovo utiliza a sua capacidade de recursos energéticos como alavanca para reforçar as suas relações bilaterais e consolidar o seu estatuto internacional. Igualmente, o ponto IV do conceito de política externa (2008), determina prioridades como:

atração de investimentos estrangeiros em áreas intensivas em ciência e outras áreas prioritárias da economia russa; continua a aumentar e modernizar a capacidade de combustíveis e energia para apoiar a sua reputação de parceiro responsável nos mercados de energia, enquanto assegura o desenvolvimento sustentável da sua economia e contribui para a manutenção de mercados energéticos mundiais equilibrados (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2008).

Em contrapartida, conforme Monaghan (2013), a publicação do conceito de política externa russa de 2013 introduz novos elementos, embora também existam similaridades ao documento prévio. Em primeiro lugar, destaca-se a interpretação de Moscovo sobre o sistema internacional e a forma como retrata o equilíbrio de poder, relativamente ao crescimento geopolítico e geoeconómico da Ásia e o declínio do ocidente. De tal modo, dada a transição do equilíbrio de poder, o documento sugere uma intensificação de competição internacional, que se assume cada vez mais a partir da dimensão cultural e civilizacional (Light, 2015).

A mesma ideia é expressa no ponto II do conceito de política externa russa de 2013, ao propor que a capacidade do ocidente para “dominar a economia e a política mundiais continua a diminuir. O poder global e o potencial de desenvolvimento estão agora mais dispersos e a deslocar-se para o Oriente, em particular para a região da Ásia-Pacífico” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2013, p.3). Além disso, no mesmo ponto, refere “Pela primeira vez na história moderna, a competição global ocorre a um nível civilizacional, em que diversos valores e modelos de desenvolvimento, baseados nos princípios universais da democracia e da economia de mercado, começam a colidir e a competir entre si” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2013, p.3).

Em segundo lugar, de acordo com Engström (2014), o documento de 2013 dá maior ênfase ao conceito de *soft power*, interpretado de duas maneiras distintas. Por um lado, é visto como um meio desestabilizador do sistema internacional, na medida em que é utilizado para

influenciar e manipular a política interna de Estados Soberanos, através de financiamento a Organizações Não Governamentais (ONG) e o apoio a movimentos populares de oposição política. Por outro lado, é concebido como um instrumento de promoção da cultura russa, para fortalecer a sua influência a nível internacional e especialmente nos países do antigo espaço soviético. Neste sentido, segundo o conceito de política externa de 2013, as dinâmicas competitivas entre Estados contribuem para criar um “risco de uso destrutivo e ilegal do *soft power*”, bem como para “estabelecer a imagem positiva da Rússia, digna do elevado estatuto da sua cultura” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2013, p.12).

Além disso, conforme é defendido por Bílková (2015), a partir do mesmo conceito, a Rússia adota uma postura crítica em relação às intervenções militares de “uns Estados” justificadas pelo princípio da “responsabilidade de proteger”. Com base nisto, Moscovo argumenta que o direito à autodeterminação dos povos, deve ser respeitado conforme os limites da integridade territorial dos Estados. Em adição, sublinha que interpretações arbitrárias do direito internacional, refletem uma ameaça à paz internacional e os direitos fundamentais dos Estados:

É inaceitável que intervenções militares e outras formas de interferência externa, que minam os fundamentos do direito internacional baseados no princípio da igualdade soberana dos Estados, sejam realizadas sob o pretexto de implementar o conceito de “responsabilidade de proteger” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2013, p.6).

Em suma, segundo Tsygankov (2016), o conjunto de ideias expressas nos documentos reflete um alinhamento estratégico, de modo a reposicionar a Rússia como uma grande potência, articulando a visão de um sistema multipolar e a promoção de valores distintos. Para o autor, esse alinhamento assenta em três ideias centrais: o estado-civilização, o revisionismo e a assertividade russa. Assim, é referido o declínio do ocidente e, como consequência disso, o crescimento de novas potências, particularmente na região da Ásia-Pacífico. Por efeito, os documentos sustentam a ideia de “estado-civilização”, atribuindo à Rússia, um papel de defensora dos valores tradicionais russos através de métodos de *soft power*. Por último, o revisionismo e a assertividade manifestam-se parcialmente na crítica à ordem internacional liberal e na expansão dos seus valores, que são definidos como uma forma de intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Assim, como sugere o autor, a Anexação da Crimeia, pode ser hipoteticamente considerada uma forma prática das orientações estratégicas, conforme os documentos sugeridos.

2.4.2 A Anexação da Crimeia: Consequências a Nível Interno e Externo

Como mencionado no subcapítulo anterior, o revisionismo teve um papel relevante na forma de expressão do conceito de política externa russa. Consequentemente, a crescente postura assertiva de Moscovo, atingiu um novo pico a partir da anexação da Crimeia³⁰. A crise ucraniana iniciou-se em novembro de 2013, quando o presidente ucraniano, Viktor Yanukovych, tomou a decisão de suspender as negociações com a União Europeia, relativamente a um acordo de associação, em troca da proposta de Moscovo. Consequentemente, a decisão do presidente desencadeou protestos de larga escala, conhecido como o protesto Euromaidan (Trenin, 2014).

Por efeito, a continuação dos protestos, eram motivados pelo crescimento da frustração popular e ideia de corrupção governamental. Assim, verificou-se uma escalada de violência entre os manifestantes e as forças policiais ucranianas, mobilizadas a pedido de Yanukovych. Posteriormente, os conflitos intensificaram-se e em fevereiro de 2014, as negociações entre as forças opostas atingiram a presidência de Yanukovych, culminando na sua destituição (Sperling & Webber, 2016). De tal modo, segundo Marxsen (2014), a Crimeia passou a ser gradualmente um centro de controlo de forças pró-russas e em março, do mesmo ano, Moscovo deu autorização para o uso da força militar na Ucrânia. Assim, após um referendo, o governo russo declarou que o território passaria a estar formalmente integrado na Federação Russa (Bílková, 2015).

Efetivamente, conforme indica Beaumont (2024), a posição russa na crise ucraniana, é consolidada em torno da ideia de influência no espaço pós-soviético. Assim, a anexação da Crimeia surgiu como resposta ao pressuposto da possível integração europeia da Ucrânia, que posteriormente poderia influenciar a adesão ucraniana na NATO. Em adição, segundo Tsygankov (2015), a intervenção da Rússia, está relacionada diretamente com o peso estratégico do país, relativamente à partilha da extensão fronteiriça e mais ainda, os laços históricos e culturais. Para Moscovo, “manter a influência sobre a Ucrânia é mais do que uma prioridade de política externa; é um imperativo existencial”, visto que “muitos na elite política russa

³⁰ Conforme verificam Kustermans et al. (2023), nas relações internacionais, o revisionismo pode ser entendido como uma reação comportamental de um Estado a uma ordem internacional que considera insatisfatória. Por isso, como forma de atender ao seu interesse, o Estado adota políticas, com objetivo de reconfigurar as normas existentes na mesma ordem internacional. Nesse sentido, o fenómeno da crise ucraniana, pode ser interpretado como uma política revisionista, refletindo o esforço russo para restaurar o seu estatuto de potência regional, enquanto desafia a ordem internacional liderada pelo ocidente. Para mais informações, consultar Kustermans, J., Carvalho, B., & Beaumont, P. (2023). Whose Revisionism, Wich International Order? Social Structure and Its Discontents, *Global Studies Quarterly*, 3(1), 1-13. <https://doi.org/10.1093/isagsq/ksad009>

percebem a Ucrânia como parte integrante da própria identidade do seu país” (Bogomolov & Lytvynenko, 2012, p.1). Assim, a possível integração da Ucrânia na aliança atlântica tornou-se intolerável, pois acentuaria a percepção de contenção da influência russa e uma ameaça direta à sua identidade civilizacional.

Por estes motivos, segundo a observação de Strycharz (2020), a retórica da proteção aos russos étnicos foi utilizada como um meio discursivo para legitimar a intervenção. Isto foi apresentado como uma resposta necessária contra uma ameaça à segurança da população russa no território ucraniano. Putin reforça a mesma ideia ao posicionar-se como uma figura que respondeu à vontade popular, referindo que a Crimeia “é uma terra originalmente russa (russkaia) e Sebastopol – uma cidade russa (russkii). Nós compreendemos isto profundamente, sentindo-o nos nossos corações e almas” (Putin, 2014, citado em Biersack & O’Lear, 2014, p.253). Em adição, no mesmo discurso, Putin referiu-se à população russófona da Crimeia e ao sentido de responsabilidade da Rússia em protegê-la, ao determinar que “não poderíamos abandonar a Crimeia e os seus habitantes em aflição. Isso teria sido uma traição da nossa parte” (Putin, 2014).

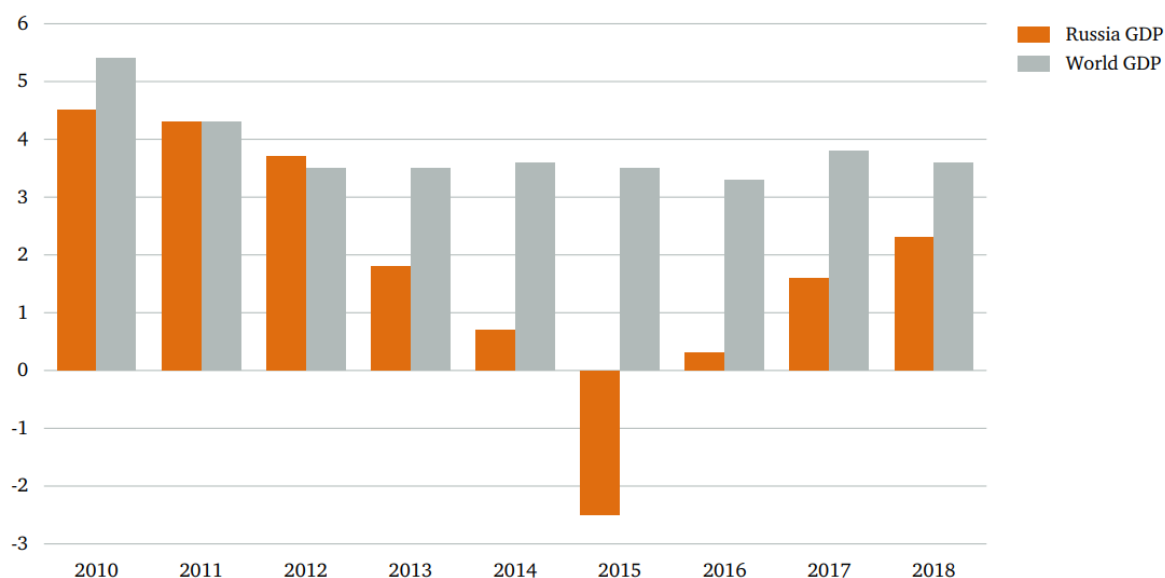
Consequentemente, os Estados ocidentais impuseram uma série de sanções económicas e diplomáticas contra a Rússia. As sanções³¹, segundo Christie (2016), foram interpretadas como uma forma para pressionar o governo russo, como consequência da intervenção ucraniana. Isto é, as sanções são um instrumento diplomático que visa limitar as relações económicas de um Estado-alvo, com o fim de alcançar objetivos políticos, por exemplo, reverter políticas aplicadas ou dissuadir a mudança de um regime. Contudo, num contexto de deterioração das relações russo-ocidentais, fatores como a interdependência com outros Estados têm vindo a mitigar o impacto pretendido das sanções (Davies, 2020; Smeets, 2019).

Em virtude disso, nos últimos anos, o crescimento económico da Federação Russa tem registado resultados abaixo da média global. Segundo Hanson (2019), a desaceleração do crescimento económico russo, não pode ser justificado apenas como consequência das sanções, visto que o ocidente também é afetado pelo mesmo decréscimo. Não obstante, as circunstâncias restritivas a partir de 2014, agravaram o rendimento per capita russo. Assim,

³¹ Segundo Karaganov (2016), dado que o uso de poder militar está cada vez mais limitado, devido ao fator nuclear, os países têm recorrido ao uso de novas práticas de expressão de poder e coerção. Nesse sentido, o autor defende que as sanções surgem como instrumentos de transformação das relações económicas, em armas de poder geopolítico e geoeconómico, ao permitir que Estados ou grupos de Estados imponham a sua influência sem uso da força militar. Por efeito, sugere que na atualidade das dinâmicas internacionais, as sanções, como as restrições de crédito ou de trocas comerciais, têm contribuído para a deterioração da globalização, em prol da regionalização. Para mais informações, consultar Karaganov, S. (2016). Global Challenges and Russia’s Foreign Policy. *Strategic Analysis*, 40(6), 461–473. <https://doi.org/10.1080/09700161.2016.1224063>

como ilustra o gráfico 1, entre 2010 e 2012, o crescimento do PIB russo seguiu o crescimento global, contudo, a partir de 2013, a economia russa registou uma recessão económica. A partir de 2015, a recessão registou um crescimento negativo de -2,5%, por outro lado, a economia global conseguiu manter um crescimento estável. Em adição, embora tenha ocorrido um crescimento entre 2016 e 2018, o crescimento russo permaneceu abaixo do índice global, o que reflete o impacto das sanções.

Gráfico 1 *Crescimento do PIB: Rússia e o Mundo 2010-2018*



Fonte: International Monetary Fund (2019, citado em Hanson, 2019).

De acordo com Åslund & Snegovaya (2021), as sanções impactaram a economia russa, refletindo-se na redução do investimento direto estrangeiro (IDE). Por efeito, entre 2014 e 2019, o IDE equivalia a 1,39% do produto interno bruto (PIB), sendo uma queda significativa em comparação ao período entre 2008 e 2013, que registou um fluxo de 3,05% do PIB. Em adição, os autores estimam que a Rússia perdeu mais de 160 milhões de dólares em IDE, entre 2014 e 2020. A redução do IDE refletiu o impacto direto das sanções sobre a atratividade da Federação russa, para os investidores externos, derivado dos riscos associados à instabilidade geopolítica (Havlik, 2019; Korhonen, 2019).

Assim, como consequência em cadeia, a queda do IDE teve repercussões para a formação bruta de capital fixo (FBCF). Antes das sanções, entre 2010 e 2013, o FBCF cresceu a uma média de 6,2% por ano. Contudo, após a aplicação das sanções, o mesmo indicador cresceu apenas a 0,5% por ano, entre 2014 e 2020. Em adição, os mesmos autores estimam que na ausência das sanções, a economia russa poderia ter registado um crescimento anual médio

entre 2,5% a 3% no mesmo período, mesmo considerando a queda do valor do petróleo.

Conforme observam Nguyen & Do (2021), as sanções impactaram negativamente a balança de trocas russa. Fatores como a desvalorização do rublo russo e a inflação impactaram o comércio internacional, reduzindo o valor das exportações e aumentando o custo das importações. Assim, como ilustrado na tabela 1, entre 2011 e 2013, as exportações registaram um decrescimento. Ainda, após o impacto das sanções ocidentais, tanto as importações como as exportações decresceram expressivamente em 2015, registrando uma diminuição de 38,40% nas exportações de bens petrolíferos. Não obstante, a partir de 2017, registou-se um aumento gradual das exportações e importações.

Tabela 1 *Balanço de Exportações e Importações da Federação Russa 2011-2018*

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aggregate export (Nominal US\$ Billion)	478.42	480.36	467.04	427.07	288.91	251.01	318.45	389.78
Annual growth rate of aggregate export (%)	–	0.41	–2.77	–8.56	–32.35	–13.12	26.87	22.40
Export of oil products (Nominal US\$ Billion)	340.88	346.55	338.61	301.16	185.52	151.70	198.61	254.28
Annual growth rate of oil product export (%)	–	1.66	–2.29	–11.06	–38.40	–18.23	30.93	28.03
Export of non-oil products (Nominal US\$ Billion)	137.54	133.81	128.43	125.91	103.39	99.31	119.84	135.50
Annual growth rate of non-oil product export (%)	–	–2.71	–4.02	–1.96	–17.89	–3.94	20.67	13.06
Aggregate import (Nominal US\$ Billion)	285.94	300.52	304.55	275.00	168.21	164.52	197.73	208.06
Annual growth rate of aggregate import (%)	–	5.10	1.34	–9.70	–38.83	–2.19	20.18	5.23
Import of agro products (Nominal US\$ Billion)	28.21	27.99	29.32	24.96	14.45	14.21	15.85	15.00
Annual growth rate of agro product import (%)	–	–0.76	4.75	–14.88	–42.11	–1.67	11.59	–5.38
Import of non-agro products (Nominal US\$ Billion)	257.74	272.53	275.23	250.04	153.76	150.31	181.87	193.06
Annual growth rate of non-agro product import (%)	–	5.74	0.99	–9.15	–38.51	–2.24	21.00	6.15

Fonte: Nguyen, T., & Do, M. (2021)

De acordo com Connolly & Hanson (2016), a Rússia adotou uma política de substituição de importações, como estratégia de reforço da soberania económica e reduzir a dependência de bens e serviços internacionais. Além de impulsionar a produção interna em setores estratégicos russos, esta também teve como objetivo reduzir diretamente a vulnerabilidade da economia face às restrições das sanções. Não obstante, a substituição de importações enfrentou desafios, como dificuldades de competitividade face a produtos estrangeiros, em qualidade ou inovação. Adicionalmente, a economia de Moscovo continuava maioritariamente dependente das exportações de recursos energéticos. Assim, os autores sugerem que a Rússia tem seguido um modelo económico de “re-globalização condicional”. O conceito refere que a Rússia moldou

os seus interesses estratégicos no comércio internacional, para garantir maior segurança económica. Para tal, o país tem procurado diversificar e fortalecer as relações económicas com outros Estados e entidades.

A mesma ideia é corroborada por Shagina (2020a), ao sugerir que a falta de competitividade dos produtos internos, levaram à prática de *rent-seeking*³² em várias entidades empresariais. Assim, com fins de securitização económica, Moscovo permitiu que as empresas alvo de sanções, ocultassem informações financeiras, de forma que não saíssem prejudicadas pela divulgação de dados que as poderiam pôr em causa. Consequentemente, conforme também é destacado pela autora, os desafios da substituição de importações não levaram à autossuficiência do país, mas sim a uma deslocação das cadeias de abastecimento. Deste modo, a reorientação externa da economia russa encontraria novas fontes de investimento de capital estrangeiro, assim como um novo mercado para exportações de setores estratégicos, como os setores de recursos energéticos e de armamento.

Em contrapartida, embora as sanções tenham afetado negativamente o crescimento económico russo, uma amostra representativa do Levada Center (2019, citado em Goncharov & Volkov, 2019), sugere que os efeitos sobre a opinião pública foram opostos. Efetivamente, a opinião pública tem mantido o apoio ao governo russo, mesmo tendo em consideração que as sanções tiveram impactos negativos na economia, e consequentemente na qualidade de vida dos cidadãos. Conforme verificam os autores, 83% dos cidadãos, sentiram melhorias nas capacidades de defesa do país, após 2014. Em segundo lugar, 62% consideram que a posição de Moscovo a nível internacional, passou a ter maior influência. Por último, aproximadamente 62% da população, apoia a anexação da Crimeia. Assim sendo, os dados refletem que independente das adversidades económicas, a população presta um forte apoio à governação do regime russo, ao deter uma visão favorável sobre as interpretações de poder militar e influencia a nível internacional.

Face às restrições causadas pelas sanções e a deterioração das relações com o ocidente, a necessidade reduzir a dependência económica e fortalecer parcerias alternativas, tornou-se cada vez mais evidente. Conforme indicam Rozman (2014) & Lewis (2019), o pivô para a Ásia refletiu uma alternativa de adaptação à opressão ocidental, como pilar constituinte do vetor

³² De acordo com Lambsdorff (2002), *rent-seeking* define-se como o comportamento de empresas ou agentes económicos, que obtém rendimentos sem gerar riqueza através de produção de bens ou serviços. Assim, determina-se que a partir deste fenómeno, o crescimento económico ocorre a partir da manipulação de regulamentações governamentais ou subsídios estatais, sem necessariamente recorrer à concorrência do mercado e inovação. Para mais informações, consultar Lambsdorff, J. (2002). Corruption and Rent-Seeking. *Public Choice*, 113(2), 97-125. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1020320327526>

asiático. O vetor asiático, intensificou-se a partir de 2014, tornando-se um dos vetores mais influentes da política externa russa, com objetivos variados e incentivados por vários Estados da região.

Como tal, a trajetória da política externa russa passou por um processo de vários ajustamentos estratégicos condicionados por fatores internos e externos. Com base no conteúdo do presente capítulo, verifica-se a possibilidade de identificar três fases distintas da política externa russa. Num período em que a Rússia atravessava uma crise económica e institucional, a primeira fase ficou associada a uma interpretação, onde a aproximação aos valores ocidentais resultou em maiores vulnerabilidades internas.

Por outro lado, a segunda fase, foi marcada pelo primeiro mandato de Putin, ao equilibrar as relações com o ocidente, enquanto simultaneamente apostou numa política externa pragmática e multivetorial. Contudo, o equilíbrio russo-ocidental foi progressivamente deteriorado à medida que a interpretação negativa de Moscovo sobre a expansão da NATO se intensificou. Como efeito, a Rússia adotou uma postura revisionista, visível na retórica em discursos oficiais, nos conceitos de política externa e principalmente, na anexação da Crimeia. Assim, visto que a crise ucraniana foi respondida a partir de sanções, a Rússia viu-se afetada a nível económico e diplomático.

Como exposto anteriormente, dado o impacto das sanções, a balança de trocas foi afetada negativamente afetada pela dependência de exportações de setores-chave. Em adição, como consequência do isolamento internacional, o país perdeu atratividade para o investimento direto estrangeiro, expondo a formação bruta de capital fixo a uma queda significativa. Por isso, o crescimento foi condicionado a 0.5% por ano, entre 2014 e 2020, embora entre 2010 e 2013 tivesse crescido em média, 6,2% por ano.

Por outro lado, as sanções intensificaram a necessidade de diversificar as relações com outros parceiros, como instrumento de compensação às restrições do ocidente. Nesse sentido, a aproximação à Ásia tornou-se fundamentalmente uma estratégia, não apenas como um pilar da sua política multivetorial, mas também reflexo do pragmatismo da política externa russa. Deste modo, o próximo capítulo tratará de aprofundar o vetor asiático, como forma de abordar o período pós-2014, caracterizado pela intensificação da política asiática russa.

3. O Vetor Asiático da Política Externa Russa

O presente capítulo visa analisar o vetor asiático da política externa russa, nomeadamente a partir de um foco sobre os determinantes que impulsionaram a aproximação

da Federação Russa à Ásia-Pacífico. Em primeiro lugar, é feito um reconhecimento do contexto estabelecido pelo sistema internacional, especialmente a partir de 2014, devido ao facto de ser um período de agravamento das relações russo-ocidentais.

Assim, a análise do vetor asiático parte da apresentação do conceito de política externa da Federação Russa de 2016, onde se formalizam as linhas orientadoras do pensamento estratégico russo. Com base no documento, a Ásia-Pacífico é idealizada entre os objetivos a longo prazo, exposta como um potencial vetor para a autonomia estratégica de Moscovo.

Em seguida, identificam-se os principais determinantes que sustentam a intensificação do vetor, tanto a nível externo como interno. Por um lado, serão abordadas as condições sistemáticas e a forma como moldam o sistema internacional e condicionam o processo de tomada de decisão russa. Por outro lado, no plano interno, serão tidas em consideração: as características socioeconómicas da sub-região do Extremo Oriente Russo; a construção identitária face à região Ásia-Pacífico e a ameaça do “outro”, o ocidente; e o papel da opinião pública como fator de legitimação da política asiática russa.

Deste modo, este capítulo tem como objetivo principal, criar uma base multidimensional, para permitir uma compreensão mais detalhada sobre o capítulo seguinte, o caso chinês.

3.1 Os Ciclos Asiáticos: o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016

Como determinado no capítulo anterior, desde a publicação do conceito de política externa russa de 2000, o surgimento do multivetorialismo passou a ser uma característica vital até a atualidade. A valorização do multivetorialismo na agenda de política externa permitiu realizar vários focos estratégicos em simultâneo, para a promoção do interesse nacional russo.

De acordo com Gvosdev & Marsh (2014), o multivetorialismo exige a coexistência de diversos vetores estratégicos, que se complementam: O vetor Eurásia/Comunidade dos Estados Independentes, que enfatiza as relações com os países da antiga URSS; O vetor ocidental/atlântico, com foco na integração da esfera dos Estados Unidos; O vetor europeu, centrando-se na cooperação com os países-membros da União Europeia; O vetor asiático, a partir do qual promove especialmente as relações bilaterais com a China e porventura as demais potências regionais; O vetor Não-Occidental, servindo como um pilar de alianças com potências emergentes das demais regiões, como o Médio Oriente, América Latina e África. Não obstante, desde 2014, o vetor asiático tem sido cada vez mais consolidado como um pilar fundamental para o posicionamento estratégico de Moscovo (Sergeeva, 2020).

Conforme sugere Lewis (2019), a política externa russa tem oscilado principalmente entre duas direções geopolíticas: a orientação asiática e a orientação ocidental. Desde o período imperial, até ao presente, a orientação asiática tem sido marcada ciclicamente, como resposta a eventuais períodos de limitações ou crises das relações com os países ocidentais. Por isso, a história representa a profundidade enraizada do vetor asiático na política externa russa, refletindo-se na narrativa e construção da identidade russa.

Visto isto, a abordagem asiática, ganhou relevância desde o século XVII. Tal foi evidenciado com o tratado de Nerchinsk³³, simbolizando o primeiro país europeu a assinar um tratado com a China (Bolt & Cross, 2019). Além disso, no século XX também se evidenciaram novos ciclos asiáticos da política externa russa. Após 1917, o insucesso da internacionalização da revolução bolchevique na Europa, a Ásia foi considerada por Vladimir Lenin, como estratégia de internacionalização: “A Ásia irá ajudar-nos a conquistar o Ocidente” (1920, citado em Hopkirk, p.96, 1984). Como evidência, posteriormente, a URSS teve um papel crucial para a vitória do partido comunista chinês³⁴ na década de 1940 e posteriormente, na década de 1950, as relações evoluíram ao ponto de assinarem o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua³⁵.

Não obstante, segundo Katz (2006), o vetor asiático veio a ser mais valorizado desde a doutrina de Primakov, no final da década de 1990. Dado o insucesso dos processos ocidentais no plano doméstico russo, a orientação asiática de Yevgeny Primakov, tornou-se relevante, visto que foi apresentada como uma alternativa de política externa. A abordagem deste eixo, concentrou-se na rejeição da ordem unipolar dominada particularmente pelos Estados Unidos. Crítico desta hegemonia, propôs um modelo de diversificação de alianças, nomeadamente com os países da região asiática, como o caso da proposta do triângulo estratégico Moscovo-Pequim-

³³ O tratado de Nerchinsk foi ratificado com o fim de abrir rotas comerciais na Sibéria. Posteriormente, a Rússia expandiu-se gradualmente e na década de 1890, construiu a ferrovia Transiberiana. Desde então, a ferrovia possui grande importância geopolítica, pois a região do extremo oriente russo reforçou a sua projeção de poder na Ásia e facilitou o transporte internacional de mercadorias (Bolt & Cross, 2019).

³⁴ A URSS desempenhou um papel relevante para o partido comunista chinês da década de 1940. Durante este período, a União Soviética prestou apoio político, militar e logístico, que se revelou importante para conter a expansão do partido político Kuomintang. Assim, este apoio refletiu a prioridade da URSS em fortalecer as parcerias com países asiáticos como um meio de ampliar a sua influência sobre o continente, além de servir como garantia securitária nas suas fronteiras orientais. Para mais informações, consultar Radchenko, S. (2012). *Empire and After: Essays in Comparative Imperial and Decolonization Studies*. Slavic-Eurasian Research Center. <https://src-h.slav.hokudai.ac.jp/>

³⁵ O tratado entre a URSS e a China foi um exemplo do esforço soviético em fortalecer os laços com parcerias asiáticas. Ao apoiar a recente República Popular da China, a URSS demonstrou interesse em fortalecer uma frente socialista no continente asiático, com o fim de conter a influência atlântica. Efetivamente, este tratado marcou um ponto de cooperação estratégica com a China, simbolizando simultaneamente, o objetivo soviético em promover relações positivas com países asiáticos. Para mais informações, consultar Iliev, A., Ivanova, E., & Petreski, D. (2015). *USSR-China relations in the Cold and Post Cold war era*. UGD Academic Repository. <https://eprints.ugd.edu.mk/23748/>

Deli³⁶ (Rangsimaporn, 2008).

Por outro lado, a partir de Vladimir Putin, também se recorreu ao vetor asiático. Em primeiro lugar, tendo reconhecimento do crescimento económico da região Ásia-Pacífico, a Rússia procurou diversificar a sua política externa, para responder às diferentes necessidades internas que não conseguiam ser correspondidas a partir da abordagem ocidental (Zonova & Reinhardt, 2014). Deste modo, a orientação asiática foi parcialmente impulsionada por aspirações geoeconómicas, com a perspetiva de seguir o desenvolvimento económico da região. Não obstante, de acordo com Rozman (2014), as motivações geopolíticas são igualmente relevantes, visto que a partir desta orientação, procurou reposicionar-se como uma potência euro-asiática, não limitada ao espaço europeu, como o caso das políticas do início da década de 90.

Tal evidenciou-se, na tentativa de Moscovo para intensificar a sua presença, integrando-se na cooperação com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Lavrov, 2010). De tal modo, em 2005 foi assinado a *Declaração Conjunta dos Chefes de Estado/Governo dos Países da Associação das Nações do Sudeste Asiático e do Chefe de Estado da Federação Russa sobre a Parceria Progressiva e Abrangente* (2005), refletindo o interesse mútuo numa parceria estratégica multidimensional:

A ASEAN e a Federação Russa reafirmam que o reforço contínuo da sua Parceria de Diálogo deve ser levado a cabo de forma a garantir o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável, a prosperidade e o progresso social tanto da ASEAN como da Federação Russa, com base nos princípios da igualdade, do benefício mútuo e da responsabilidade partilhada, e de forma a promover a paz, a estabilidade, a segurança, e a prosperidade na região Ásia-Pacífico (ASEAN-Rússia, 2005).

Em adição, de acordo com Kapoor (2022), a cimeira da APEC, realizada em Vladivostok, em 2012, simbolizou mais um marco da política asiática russa. Como sugerido pelo autor, a cimeira refletiu a estratégia a longo prazo, de reforçar a presença russa na Ásia-Pacífico. Por isso, o evento representou mais do que uma circunstância diplomática, na medida em que também simbolizou uma reorientação geopolítica, económica e identitária:

O nosso país é uma parte inalienável da região Ásia-Pacífico, tanto do ponto de vista histórico como geográfico. Consideramos que uma entrada em grande escala na região Ásia-Pacífico é uma garantia fundamental de um futuro de sucesso para a Rússia (Putin, 2012a).

³⁶ O Triângulo Estratégico de Primakov, propunha uma aliança estratégica entre a Rússia, China e Índia, como método de contrabalanço à hegemonia dos Estados Unidos. A proposta era baseada em três objetivos principais: criação de um equilíbrio multipolar; cooperação estreita entre potências não ocidentais; redução da dependência da Rússia em respeito ao Ocidente. Importa referir, que a proposta de Primakov não implicava a formação de uma aliança formal, mas sim uma cooperação triangular, que permitisse a coordenação diplomática entre os Estados. Para mais informações, consultar Akihiro, I. (2006). *Primakov Redux? Russia and the "Strategic Triangles" in Asia*. Slavic Eurasian Studies. <https://src-h.slav.hokudai.ac.jp/>

Por conseguinte, no ano seguinte, a retórica do presidente russo reforçou a relevância do vetor asiático. Por exemplo, expressou que o “vetor do desenvolvimento da Rússia será o desenvolvimento da Ásia” (Putin 2012b), nomeadamente das sub-regiões do Extremo Oriente Russo (EOR) e a Sibéria, ditas como “prioridade nacional para todo o século XXI” (Putin, 2013a). Não obstante, a crise nas relações com o ocidente, após a anexação da Crimeia, levou Moscovo a reavaliar o potencial das políticas asiáticas russas.

Segundo Lukin (2016a), a crise ucraniana acelerou a aproximação da Rússia à Ásia. Embora a anexação não seja considerada o fator principal da reorientação asiática, foi o fator que levou ao fortalecimento de uma interpretação crítica sobre a imposição de padrões “universais” pelo ocidente. Como sugere o autor, as sanções que se seguiram à anexação da Crimeia construíram uma ideia de que o ocidente procura expandir a sua influência, através da incorporação de novos “satélites”. Assim, esta abordagem é percebida por Moscovo como uma nova forma de colonialismo, disfarçada à sombra de políticas de promoção democrática. De tal modo, a orientação asiática da política externa russa, tem sido intensificada a partir de 2014, não como uma política de reação ao movimento, mas sim como uma alteração estratégica e ideológica mais profunda.

Por isso, conforme interpreta Tsygankov (2019), desde 2014, o vetor asiático da política externa russa tem sido intensificado, a partir de por exemplo, iniciativas multilaterais, como a Organização de Cooperação de Xangai. De tal modo, Moscovo consolidou uma identidade não ocidental, refletido na intensificação das suas relações com países externos à esfera euro-atlântica. A mesma ideia é reconhecida ao nível do discurso: “A Rússia do século XXI deve ser uma nação soberana e influente no meio de um novo equilíbrio de forças económicas, civilizacionais e militares” (Putin, 2012b).

O conceito de política externa da Federação Russa de 2016, também reforça esta ideia. Em substituição do documento publicado em 2013, este, também se refere a uma política externa multinível, que se articula a diferentes escalas, isto é, entre bilateral e multilateral, assim como objetivos regionais e globais. O documento também reflete uma característica de continuidade, em comparação ao prévio, visto que enfatiza o estatuto da Rússia como uma grande potência global. A afirmação é evidenciada no documento, assim que descreve a posição da Rússia como um “centro de influência no mundo atual” (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2016, p. 3).

Além disso, retoma à versão de 2013, reforçando a ideia de um declínio ocidental, a ascensão das potências asiáticas emergentes e o processo de configuração de uma ordem internacional multipolar. Nesse enquadramento, mantém como principal prioridade da

política externa, a manutenção de políticas contra a expansão da NATO, cujo resultado identifica-se através da denominação de uma “crise” das relações com o ocidente (Rodkiewicz, 2016). Por outro lado, de acordo com Blank (2017), o conceito de política externa de 2016, identifica a Ásia-Pacífico como um novo epicentro do desenvolvimento internacional, em detrimento do ocidente. Deste modo, a política asiática russa é exibida como uma alternativa à arquitetura normativa ocidental. Moscovo autodefine-se como um ator que reequilibra a balança de poderes no sistema internacional, ao estabelecer políticas de cooperação com base em critérios como a soberania e a não-interferência nos assuntos internos de outros Estados. Por outras palavras, o sentimento antiocidental disseminado pelas lideranças políticas asiáticas, assim como a Rússia, têm contribuído para a intensificação dos laços entre Moscovo e a região em causa:

A globalização conduziu à formação de novos centros de poder económico político. O poder global e o potencial de desenvolvimento estão a descentralizar-se e a deslocar-se para a região da Ásia-Pacífico, corroendo o domínio económico e político global das potências ocidentais tradicionais (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2016, p.3).

Do mesmo modo, os objetivos económicos, mencionam a descentralização de poder no sistema internacional e o realinhamento do interesse económico russo na Ásia. Esta dinâmica insere-se no crescimento de políticas de modernização e aumento da competitividade internacional. Por isso, o documento em causa, evidencia a instrumentalização da política externa russa, como um método de projeção da sua estratégia económica (Legucka, 2023). Conforme Dyner (2017), a reorientação estratégica da economia russa insere-se num quadro mais amplo, que procura proteger os interesses dos agentes financeiros do país, que dizem respeito a tópicos de investimento estrangeiro e comércio internacional, face às sanções ocidentais. Assim, o conceito de política externa russa de 2016, assume um papel na projeção externa da economia nacional, nomeadamente o EOR e a Sibéria, como sub-regiões:

A Rússia está interessada em participar proactivamente nos processos de integração na Ásia-Pacífico, utilizando as possibilidades que esta oferece para implementar programas de desenvolvimento socioeconómico na Sibéria e no Extremo Oriente da Rússia (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2016, p.22).

Por efeito, a mesma ideia evidenciou-se com as crescentes políticas de desenvolvimento do Extremo Oriente russo, particularmente com a criação das Zonas Económicas de Desenvolvimento Avançado e a atribuição do novo regime aduaneiro do porto de Vladivostok (Min & Kang, 2018; Troyakova, 2018). Por outro lado, a União Económica Eurasiática também se apresenta como uma resposta face à exclusão ocidental, subjacente às sanções económicas. Assim, a Organização Internacional representa um modelo económico alternativo, promovendo

a integração económica entre os membros, incluindo entre eles, parte dos países constituintes do espaço pós-soviético (Kirkham, 2015; Roberts, 2017). Para tal, o conceito de política externa russa de 2016 menciona:

A Rússia considera um objetivo fundamental o reforço e a expansão da integração no âmbito da União Económica Eurasiática (...) a fim de acelerar o desenvolvimento estável, a modernização tecnológica global e a cooperação (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2016, p.17).

De acordo com Roberts, (2017), o documento oficial também menciona a dimensão étnico cultural, marcada pelo crescimento de uma orientação conservadora e interpretação civilizacional do mundo. Efetivamente, esta abordagem está integralmente ligada à visão do sistema internacional de Putin, que ao longo das suas funções, desenvolveu uma corrente de conservadorismo iliberal. Como evidência, em 2014, declarou que “sem os valores do cristianismo, as pessoas perderão inevitavelmente a sua dignidade humana” e, portanto, “consideramos natural e correto defender esses valores” (Putin, 2014, citado em McFaul, 2020, p.112).

Nesse sentido, Robinson (2020), argumenta que “os valores tradicionais” são apresentados como vitais para a construção da identidade russa, sendo sustentados parcialmente, pelo Cristianismo Ortodoxo, levando a uma retórica que adquiriu contornos opostos às normas promovidas pelo ocidente. De tal modo, o conceito de política externa russa de 2016, reflete a mesma visão, ao fundamentar que a diversidade civilizacional se encontra num contexto de confronto com civilizações divergentes, nomeadamente o ocidente e a promoção dos valores democráticos. Por isso, a defesa da soberania surge como um meio de reforço do posicionamento russo, como um ator civilizacional (McFaul, 2020). Assim, de acordo com o documento oficial:

A diversidade cultural e civilizacional do mundo e a existência de múltiplos modelos de desenvolvimento são mais evidentes do que nunca. As tensões estão a aumentar devido às disparidades no desenvolvimento global (...) Esta competição está a ganhar cada vez mais uma dimensão civilizacional sob a forma de valores em conflito (Foreign Policy Concept of The Russian Federation, 2016).

3.2 Fatores Determinantes da Política Asiática Russa

O vetor asiático da política externa russa é construído por uma variedade de fatores determinantes, classificados no plano externo e interno. De acordo com Korolev (2016), no plano externo, destaca-se o declínio relativo das potências ocidentais, marcadas por crises de origem política e financeira, que no seu conjunto, enfraqueceram a credibilidade sobre o institucionalismo liberal. Face a isto, ascensão da China e o resto das potências asiáticas

emergentes têm sido os principais fatores que reconfiguraram a estrutura do sistema internacional. Nesse sentido, num contexto de restrições interativas, entre o ocidente e a Rússia, após 2014, a Ásia-Pacífico surge como uma potencial área de integração e desenvolvimento alternativo, correspondendo à variedade do interesse nacional russo.

Por outro lado, conforme Kuhrt (2018), as condições internas também são relevantes para o desenvolvimento da política asiática russa. A autora destaca as disparidades socioeconómicas do EOR e o resto das sub-regiões mais ocidentalizadas de Moscovo. Embora o EOR seja caracterizado pelo seu potencial geoestratégico para uma integração eficaz da Rússia na Ásia, tem enfrentado limitações estruturais, que exigem políticas de desenvolvimento regional. Por isso, a necessidade de revitalizar a economia destas áreas tem contribuído para a legitimação do vetor asiático.

Além disso, o fator identitário, refletido na autodefinição da Rússia como civilização eurasiática tem sido mais um fator determinante para o impulsionamento da política asiática. Nesse sentido, Sakwa (2019), sugere que a identidade eurasiática é construída tanto por traços europeus como asiáticos. Dessa forma, existe uma ligação híbrida às duas regiões, conferindo uma distinção identitária à Rússia, que tem vindo a acentuar-se cada vez mais, após a Anexação da Crimeia e na perceção de “ameaça” face ao ocidente. Assim, num quadro de exclusão social, a Ásia-Pacífico desempenha um papel relevante para o processo de reafirmação identitária russa, que por sua vez, ressona na opinião pública, resultando na crescente valorização da região em causa (Tolz & Teper, 2018; Kolosov & Zotova, 2021).

3.2.1 O sistema Internacional: Ascensão da Ásia-Pacífico

De acordo com a teoria construtivista, o equilíbrio de poder é uma realidade socialmente construída, moldada pelas adversas interpretações sobre o que define ou ameaça o equilíbrio no sistema internacional. De tal modo, a interpretação do equilíbrio de poder é baseada em práticas discursivas, identidade nacional e a interação entre Estados. Quando uma interpretação é contestada, surge uma disputa à volta do conceito de equilíbrio de poder e os agentes internacionais visam influenciar perceções a nível interno e externo, através de alianças ou recurso ao uso da força. Nesse sentido, a capacidade de impactar a interpretação do conceito em outros agentes, torna-se um instrumento, através do qual os Estados procuram legitimar as suas políticas externas, com base na sua própria representação do equilíbrio de poder ³⁷(Müller

³⁷ O Kremlin tem justificado várias políticas com base em argumentos identitários e civilizacionais. Exemplos incluem a Anexação da Crimeia e a forma como é legitimada como um “retorno cultural”, a um espaço historicamente russo. As políticas sobre o antigo espaço soviético são um claro exemplo, na medida em que a

& Albert, 2021).

Conforme sugerem Levy & Thompson (2010), “podemos certamente imaginar os Estados Unidos a agir de forma a ameaçar os interesses de outras grandes potências e, eventualmente, a provocar o surgimento de uma coligação de balanço”. Para o Kremlin a unipolaridade dos Estados Unidos é interpretado como um desequilíbrio estrutural no sistema internacional, no qual as normas pós-modernas procuram redefinir a soberania de outros Estados com base em princípios humanitários. Assim, Moscovo tem procurado afirmar-se assertivamente no sistema internacional, através de uma política externa que partilhe a sua interpretação de soberania com os Estados integrantes da Ásia-Pacífico (Ziegler, 2012).

Como mencionado anteriormente, a primeira evidência ocorreu com a manifestação de uma disposição estratégica para contrabalançar a unipolaridade dos Estados Unidos, a partir de Yevgeni Primakov, e a sua denuncia ao unilateralismo norte-americano. Porém, desde então a contestação à unipolaridade tem sido uma característica de continuidade na política externa russa. A década de 2000, foi um período positivo para a revitalização da economia russa, permitindo que recuperasse uma margem estratégica como potência revisionista. Além disso, o aumento orçamental em matérias de defesa, bem como o crescimento exponencial do PIB, comparativamente aos anos 90 permitiram um reposicionamento hierárquico da Rússia no sistema internacional. De tal modo, a reconfiguração interna das capacidades russas, fomentaram a interpretação de ameaça do “outro”, o ocidente (Korolev, 2016).

Conforme Roberts (2024), enquanto Moscovo procurou afirmar-se como uma potência global, refletiu-se o crescimento de uma dissonância entre a estratégia de política externa russa e a arquitetura normativa da ordem liberal. Por outro lado, as potências ocidentais mantinham uma postura alicerçada ao “messianismo democrático”³⁸, posteriormente afetando a legitimidade da “pax americana”³⁹, como o caso da intervenção norte-americana no Iraque. Ao

retórica oficial, evoca a ideia der *Russkiy Mir*, um conceito que defende a ideia de uma comunidade transnacional, que partilha a língua e cultura ortodoxa (Müller & Albert, 2021).

³⁸ O “messianismo democrático” descreve a estratégia política de justificar intervenções externas sob o pretexto de valores universais, como a democracia e os direitos humanos. De acordo com Badri (2024), os Estados Unidos incorporam este conceito ao posicionarem-se como um ator global para a promoção democrática, baseada nas suas próprias interpretações do conceito democrático. Este tipo de estratégia visa manifestar-se através da imposição de modelos políticos e culturais inadequados às particularidades dos locais onde são aplicados. Para mais informações, consultar Badri, A. (2024). The United States is a messianic state: rhetorical roots in US foreign policy since 1991. *Australian Journal of International Affairs*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/10357718.2024.2415113>

³⁹ O conceito de “pax americana” refere-se à ordem liberal internacional, dominada pelos Estados Unidos desde o início da guerra fria. Segundo Layne (), o conceito reflete o papel dos Estados Unidos como potência global, capaz de moldar a arquitetura do sistema internacional, assim como as normas que a regem, a partir de práticas institucionais que beneficiaram o domínio norte-americano a longo prazo. Por outro lado, a “pax americana”, visto que o domínio estado-unidense está em declínio e potências promotoras de uma ordem multipolar, como a China,

abrigo de uma estratégia promotora de estabilidade, a intervenção contribuiu para a emergência de atores não estatais, do Estado Islâmico, pondo em causa a credibilidade da ordem liberal (Mearsheimer, 2019). Em segundo lugar, segundo Torkunov (2021), a crise financeira global de 2008, evidenciou a ausência da coesão liberal entre os países constituintes do ocidente. Neste sentido, a crise económica refletiu um descontentamento geral face às normas institucionais liberais, levando a uma deslegitimação da região e abrindo espaço para a emergência de novos polos alternativos, como modelos de desenvolvimento económico.

Igualmente, o discurso de Munique de Putin, em 2007, foi um ponto de inflexão, reforçado na retórica e posteriormente práticas de contestação ao domínio liberal no sistema internacional. As práticas manifestaram-se, no recurso a uma política assertiva e militarizada, como o caso das intervenções militares: Geórgia em 2008; a anexação da Crimeia, em 2014; e a guerra civil síria, em 2015. De acordo com Karaganov & Suslov (2018), as intervenções evidenciaram a disposição do Kremlin para projetar o seu poder, com o fim de reconfigurar a sua posição no sistema internacional, bem reforçar a influencia sobre o espaço pós-soviético, como efeito do interesse nacional.

Não obstante, segundo a sugestão de Torkunov et al. (2024), a crise nas relações russo-ocidentais, e as sanções económicas, desencadearam um ponto de reorientação da política externa russa, evidenciado na intensificação do vetor asiático. Embora a política asiática russa já fosse presente antes de 2014 e motivada pelo crescimento económico da região, foi a partir do agravamento das tensões com o ocidente, que a orientação asiática se reforçou. A partir deste evento, o vetor asiático evidenciou-se como um instrumento constituinte de um projeto mais amplo, de natureza geopolítica e geoeconómica, que no seu conjunto visa reconfigurar a estrutura internacional de poder. Esta estratégia de “longa data” (Putin, 2014, citado em Lukin, 2016a), é baseada na perceção de ameaça contínua do “outro”, o ocidente, e a procura pela revitalização da economia russa. De tal modo, a relação com os países asiáticos intensificou-se, em termos económicos e político-diplomáticos, na tentativa de contrariar o isolamento subjacente às sanções económicas.

Conforme Lukin (2016b), a política asiática russa no período pós-2014 reflete o surgimento de uma estratégia, em virtude da não adesão de países externos à esfera ocidental, aos pressupostos de isolamento das sanções ocidentais. Por efeito, neste quadro de relações diversificadas, o caso sino-russo assume-se como um exemplo, na medida em que adquiriu uma dimensão mais estruturada e fundamentada por interesses convergentes: contestação da

estão em ascensão. Para mais informações, consultar Layne, C. (2018). The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana. *International Affairs*, 94(1), 89–111. <https://doi.org/10.1093/ia/iix249>

hegemonia norte-americana; a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; respeito pela soberania estatal; defesa de uma ordem multipolar.

Em adição, a cooperação sino-russa tornou-se uma evidência ao adotarem medidas estratégicas de contenção da ordem internacional liberal. Segundo Tomé (2021), no sistema onusiano, praticam um revisionismo incorporado, que atua no interior das organizações ocidentais, com o fim de apresentar uma realidade alternativa às normas e práticas estabelecidas pelas potências ocidentais. Por outro lado, a promoção de uma ordem multipolar, impulsionou a emergência de um multilateralismo alternativo ao modelo ocidental⁴⁰, que define a preponderância de um “mundo sem o ocidente” (Barma et al., 2007, citado em Tomé, 2021). Esta intenção ficou marcada na declaração conjunta entre os ministros de negócios estrangeiros de ambos países, Sergey Lavrov e Wang Yi, ao denunciarem as “crescentes tentativas do ocidente para promover o seu conceito de uma ordem internacional baseada em regras” (Ministério de Negócios Estrangeiros da Federação Russa, 2021, citado em Wientzek, 2022, p. 226).

E ainda, a mesma ideia evidencia-se por exemplo no domínio da informação, na forma em que a China e Rússia têm reforçado a cooperação multilateral em fóruns como a ONU, para promover a soberania da informação. Desde 2011 propuseram um código de conduta sobre segurança da informação na Assembleia Geral da ONU, com medidas de controlo estatal sobre o ciberespaço. De tal modo, em 2015, os mesmos pressupostos foram revistos, resultando na assinatura conjunta do Pacto de Não Agressão Cibernética, em reconhecimento da cooperação multilateral para o reforço da soberania no espaço digital (Wishnick, 2016)

Por outro lado, na dimensão económica, Moscovo procurou posicionar-se estrategicamente, para aproveitar as dinâmicas económicas da Ásia-Pacífico. A mesma ideia foi declarada por Vladimir Putin, ao expressar o objetivo de atrair investimento estrangeiro e a colaboração conjunta económica com os países da região ao “apanhar um pouco de vento da China nas velas da nossa economia” (Putin, 2012, citado em Connolly, 2021, p. 3). Não obstante, perante a crescente rivalidade russo-ocidental e as sanções impostas desde 2014, Moscovo procurou reforçar a sua autonomia face à dependência pelos mercados ocidentais

⁴⁰ De acordo com Libman & Obydenkova (2018), o modelo de multilateralismo tradicional está em declínio desde 2006. Efetivamente, os autores sugerem que Rússia e Estados não-ocidentais, como a China, têm cooperado através de um modelo de multilateralismo alternativo. Isto é a estratégia na qual os países mencionados participam em organismos multilaterais distante dos critérios político ocidentais, com o fim de reformular o sistema normativo liberal. De tal modo, este verifica-se um “multilateralismo revisionista”, na medida em que a cooperação entre Estados ocorre de acordo com outros pressupostos considerados prioritários, por exemplo a soberania e a configuração de uma ordem multipolar. Para mais informações, consultar Libman, A., & Obydenkova, A. (2018). Understanding authoritarian regionalism. *Journal of Democracy*, 29(4), 151–165.
<https://doi.org/10.1353/jod.2018.0070>

(Connolly, 2021).

Em resposta à esquematização de isolamento ocidental, a estratégia de autonomia foi também referida em documentos oficiais, como é o caso da *Estratégia de Segurança Nacional* (2015 & 2021), destacando a relevância da Ásia-Pacífico para a mitigação de riscos externos e a necessidade de estimular o desenvolvimento económica do Extremo Oriente Russo como ponto de ligação à região em causa. Em adição, a publicação da *Estratégia de Segurança Económica* (2017), reitera a necessidade da diversificação de parcerias, para a eficácia da segurança económica, destacando três áreas chave: energia, armamento e bens alimentares. De tal modo, a aposta na Ásia-Pacífico surge como uma reação às condições sistémicas, marcadas tanto pelo crescimento económico da região, como pelo crescimento da tensão entre a Rússia e o ocidente (Connolly, 2018).

De acordo com Mitrova & Yermakov (2019), o campo energético é o mais relevante na representação estrutural da economia russa. Segundo os dados, entre 2017 e 2018, as receitas de hidrocarbonetos representaram um valor de aproximadamente 40% da receita pública, refletindo o papel da energia na economia nacional. Por outro lado, a relevância deste setor leva a uma ambivalência, na medida em que a economia russa se torna particularmente sensível face a condições estruturais do sistema internacional, como alterações na procura de recursos energéticos, flutuação de valores e sanções económicas. Para tal, o Kremlin publicou o documento, a *Estratégia Energética da Rússia até 2035* (2020), com o fim de definir as linhas orientadoras da política energética russa a médio e longo prazo. O documento articula prioridades como a segurança económica do setor energético, preservação do estatuto energético internacional e a diversificação das exportações nos mercados asiáticos. Num quadro de pressão multifatorial, a estratégia visa amenizar as vulnerabilidades estruturais e reforçar a autonomia energética do Estado. Paralelamente a estratégia é definida consoante a procura externa de energia.

Como argumenta Hesary et al. (2021), a Ásia-Pacífico é classificada como o principal mercado de consumo de recursos energéticos, correspondendo a mais de 43% da procura em 2018⁴¹. Nesse sentido, a *Estratégia Energética da Rússia até 2035* (2020) é um reconhecimento da centralidade geoeconómica, como mais-valia para o interesse energético russo. O equilíbrio entre a procura de recursos energéticos, subjacente ao crescimento económico asiático e os

⁴¹ Segundo Hesary et al. (2021), a República Popular da China é o país que mais consome energia da Ásia-Pacífico. A investigação determinou que, em 2018, a China consumia mais energia do que todos os restantes países da região combinados, refletindo-se como o destino prioritário das exportações energéticas russas e o desenvolvimento de projetos orientados para tal, como é o caso do Yamal LNG.

objetivos estratégicos de Moscovo revelam uma articulação entre os fatores sistémicos e a instrumentalização da energia, que evidenciam o reforço da política asiática russa.

3.2.2 Desenvolvimento Económico Interno: o Extremo Oriente Russo

O vetor asiático da política externa russa não resulta apenas de fatores sistémicos ou estratégicos, mas também de necessidades internas interligadas às condições socioeconómicas do país. Conforme Lavrov (2006), as políticas asiáticas russas são essenciais para o desenvolvimento económico dos distritos periféricos, nomeadamente os que fazem parte do Extremo Oriente Russo. Assim, o vetor asiático obteve cada vez mais importância, à medida que Moscovo procurou posicionar-se como uma ponte entre civilizações, conciliando a sua identidade europeia, bem como os seus traços asiáticos.

Em grande medida, o EOR é um dos territórios mais extensos da Rússia, bem como é dotado por uma significativa disponibilidade de recursos naturais, particularmente recursos energéticos e metais preciosos. Além da riqueza em recursos naturais, esta sub-região permite uma ligação direta à região Ásia-Pacífico, reforçando a retórica de potência transcontinental, entre a Europa e a Ásia (Lukin & Lee, 2015).

Deste modo, a política asiática russa possibilita que diversifique a sua estratégia externa, consolidando a sua posição como um ator global independente. Não obstante, embora a retórica mencione o fim de integrar a Rússia na Ásia, a integração do país tem sido limitada, em grande medida devido ao subdesenvolvimento do Extremo Oriente russo. De acordo com Torkunov et al. (2024), a comparação entre o EOR face às sub-regiões mais ocidentalizadas de Moscovo, determina que o primeiro referido se encontra menos desenvolvido, devido a uma profunda dependência de exportação recursos naturais, crise demográfica, atraso nas políticas de desenvolvimento e inovação tecnológica e isolamento geográfico.

O atraso económico do EOR, refletiu-se durante um período prolongado, evidenciado por vários indicadores socioeconómicos. Conforme Minakir & Prokapalo (2019), entre 2010 e 2017, o PIB do Extremo Oriente Russo registou uma variação de aproximadamente 6%, face a 12%, registado na média nacional. Em adição, Nabil (2020), afirma a mesma ideia, ao evidenciar que em 2015, a produção económica dos distritos situados no EOR, equivaliam a 5.5% do PIB nacional, embora os territórios correspondessem a 36% da massa territorial russa. Por último, no mesmo período (2010 e 2017), o EOR registou uma queda de 3% na formação bruta de capital fixo, enquanto a média nacional cresceu a 9%.

Antes de 2014, a integração na região Ásia-Pacífico através do desenvolvimento das

sub-regiões da Sibéria e do Extremo Oriente Russo, já era mencionado como um objetivo geopolítico. Um marco significativo para o início do desenvolvimento da sub-região, é a realização da Cimeira da APEC, em Vladivostok, em 2012. Neste fórum regional, Moscovo pronunciou-se como um ator plenamente integrado na região Ásia-Pacífico (Torkunov et al., 2024). Em adição, o presidente Vladimir Putin reconheceu a necessidade do desenvolvimento socioeconómico do EOR como um dos fins das políticas asiáticas russas:

Temos perante os nossos olhos não apenas o crescimento da China e da Índia, mas o crescente peso de toda a região Ásia-Pacífico. Isto abriu-nos novos horizontes de trabalho frutífero no quadro da APEC. Estamos a desenvolver infraestruturas modernas que vão promover o desenvolvimento da Sibéria e do Extremo Oriente da Rússia e permitir ao nosso país envolver-se mais nos processos dinâmicos de integração na “nova Ásia (Putin, 2012, citado em Freire, 2013, p.46).

Conforme Lee (2013), desde 2012, a agenda de modernização do EOR tem seguido dois eixos principais. Em primeiro lugar, determinou-se a necessidade de um reforço de intervenção estatal na sub-região, seguida de investimentos públicos e incentivos com o fim da dinamização económica e desenvolvimento local. Em segundo lugar, a sub-região em causa tem assistido a uma crescente integração em conjunto das dinâmicas económicas da região Ásia-Pacífico, particularmente com base no reforço das relações comerciais e da promoção de projetos regionais para o desenvolvimento territorial. Além disso, em virtude da proximidade geográfica, a China tem assumido um papel relevante para o segundo eixo, seja na complementaridade económica, seja na interpretação de convergência geopolítica.

Tanto para a Rússia, como para a China, as deteriorações das relações com o ocidente têm contribuído para utilizar a EOR como um ponto de referência para as relações sino-russas⁴². Em adição, esta aproximação, mesmo do ponto de vista sub-regional, conferiu maior coerência ao vetor asiático da política externa russa (Shaolei & Heng, 2019). Por efeito, o envolvimento chinês na região, tem influenciado a retórica russa, visto que Moscovo tem promovido uma narrativa revitalizadora para a sub-região, designando a mesma como: “a nossa prioridade nacional para todo o século XXI” (Putin, 2013).

De acordo com Blakkisrud et al. (2018), com o fim de garantir maior centralidade e assegurar o desenvolvimento do Extremo Oriente Russo, o Kremlin criou, em 2012, o

⁴² Um exemplo de projetos asiáticos conjuntos é a *Belt and Road Initiative*. A Rússia interpreta o projeto como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento dos seus territórios asiáticos, como o EOR, ao integrar-se nos corredores eurasiáticos de transporte e infraestruturas. Além disso, para Moscovo, o projeto é mais do que a ligação transcontinental e oportunidade de desenvolvimento sub-regional, é também sobre garantir o reposicionamento russo como ponte entre a Europa e Ásia, com o fim de promover o seu estatuto no sistema internacional. Para mais informações, consultar Vinokurov, E. (2019). The Belt and Road Initiative from a Russian Perspective. In Emerson, M., Biliang, H., Nag, R., Starr, F. & Vinokurov, E. (1ªed.), *The Belt and Road Initiative in Central Asia and the South Caucasus: The Perspectives of China, Russia, The European Union, India, and the United States of America* (pp. 35-43). Emerging Markets Forum. <https://www.emergingmarketsforum.org/>

Ministério para o desenvolvimento do Extremo Oriente Russo. Esta entidade, inovou o centralismo tradicional russo, visto que a sua estrutura de poder é descentralizada quanto à forma de governação. Nesse sentido, o ministério detém a responsabilidade de gerir as políticas já existentes, assim como deve desenvolver novas políticas e mecanismo de fomento económico para a sub-região. Com o fim de promover o crescimento sub-regional, foram determinadas três necessidades: atração de investimento direto estrangeiro; desenvolvimento de medidas para a atração e retenção de capital humano; administração do regime governativo implementado no EOR.

Por outro lado, a gestão das políticas no Extremo Oriente Russo, tornaram-se mais críticas no contexto de agravamento das relações russo-ocidentais, a partir de 2014. As adversidades presentes no contexto internacional, nomeadamente as sanções ocidentais, conferiram uma nova urgência à integração do EOR nos mercados da Ásia-Pacífico. Nesse sentido, o primeiro-ministro, Dmitry Medvedev, reconheceu a utilidade do território para a atribuição de uma ligação com os mercados asiáticos, afirmando “são particularmente úteis em circunstâncias em que enfrentamos algumas dificuldades noutros mercados” (Medvedev, 2014, citado em Fortescue, 2015, p.2)

De tal modo, no ano seguinte, foram implementadas novas políticas, com o fim de atrair capital humano e financeiros, dos quais se destacaram duas iniciativas. Em primeiro lugar, implementaram-se as Zonas Económicas de Desenvolvimento Avançado (ASEZ). De acordo com Min & Kang (2018), as ASEZ foram delineadas ao abrigo do programa governativo *Sobre o Desenvolvimento Socioeconómico do extremo Oriente e da Região do Baikal* (2013). Desde então, o programa foi reformulado em 2014, e posteriormente em 2016, para atribuir novos mecanismos de desenvolvimento às ASEZ, ilustrando a importância das mesmas para o desenvolvimento do Extremo Oriente Russo.

Em reconhecimento do potencial geoestratégico da EOR, dado a sua proximidade geográfica aos mercados da região Ásia-Pacífico, o Kremlin determinou que um modelo económico baseado em atividades de exportação seria primordial. Contudo, esta estratégia seria dependente de capital financeiro, dado a fragilidade industrial da sub-região. Assim, simultaneamente ao abrigo de um plano de desenvolvimento regional tornou-se essencial gerar uma estratégia para a captação de investimento estrangeiro. Para tal, a implementação das ASEZ, foram concebidas como os pilares principais do desenvolvimento do Extremo Oriente Russo (Sosnovskikh, 2022).

Nesse sentido, o modelo das ASEZ funciona com base em três eixos, que articulam o potencial estratégico da região, com as aspirações externas de Moscovo: estímulo de exportação

de bens e serviços, com particular foco na produção do Extremo Oriente Russo para os mercados da região Ásia-Pacífico; a dinamização de políticas regionais para o incremento de investimento, nomeadamente o investimento direto estrangeiro, com o fim de revitalizar o tecido empresarial do EOR; segmentação da ASEZ, em domínios especializados, industrial, tecnológico e agroindustrial (Makarov, 2018a)

Por outro lado, a atribuição de regime especial aduaneiro do porto de Vladivostok, realizou-se como a segunda medida para o desenvolvimento sub-regional. Efetivamente, o estatuto foi concebido a partir de 2015, com a assinatura da respetiva *Lei Federal N° 212-FZ*, pelo presidente da Federação Russa. Segundo Troyakova (2018), de modo semelhante às ASEZ, os objetivos principais da lei portuária, são criar condições favoráveis para a atração de investimento direto estrangeiro, promover o desenvolvimento das infraestruturas, bem como melhorar a qualidade de vida no território de Krai de Primorsky. Assim, a lei em causa definiu que a regime especial aduaneiro do porto é com o fim de atribuir um apoio estatal às atividades empresarias do território do Krai de Primorsky. Para tal, a lei estipula:

O porto de Vladivostok beneficiará do estatuto de porto franco durante 70 anos (...) Haverá também uma zona franca aduaneira e incentivos fiscais para as empresas que operam na zona. As empresas beneficiarão de uma taxa fixa de imposto sobre o rendimento de 5% (em vez de 20%) nos primeiros cinco anos e de 12% nos cinco anos seguintes. Os impostos adicionais através de pagamentos não orçamentais serão reduzidos de 30% para 7,6% (United Nations Trade and Development, 2015).

A localização geoestratégica do porto funciona como referência central na proximidade à região da Ásia-Pacífico, como o caso da China e Coreia do Norte. Assim, a atribuição dos novos regimes fiscais, dá-lhe a hipótese de tornar-se um ponto relevante para o comércio regional. De acordo com Maksimov & Pyataev (2023) o seu posicionamento permitiria a deslocação de mercadorias asiáticas para o interior da Rússia e posteriormente, até à Europa, reduzindo significativamente os custos e tempo de transporte face às rotas marítimas europeias. De tal modo, a atribuição do novo regime fiscal, trouxe progressos significativos na projeção internacional do porto, mesmo no sentido de diversificação de parcerias externas. Uma evidência foi a assinatura, em 2019, de um memorando de intenções entre a Índia e a Rússia sobre o desenvolvimento de uma conexão marítima entre o porto de Vladivostok e o porto de Chennai. Em virtude deste projeto, estima-se que o tempo de transporte de bens entre a Índia e a Rússia seria reduzido em aproximadamente 50%, em comparação às rotas marítimas europeias (Avdeev, 2017; Kapoor & Iyer, 2020).

3.2.3 A Dimensão Eurasiática Russa

A identidade russa foi moldada pelo contexto europeu e asiático (Surkov, 2018). No quadro linguístico, cultural e religioso, Moscovo partilha características com a civilização europeia. Por outro lado, a sua extensão territorial levou-lhe a um contacto próximo com as civilizações asiáticas, dando origem a uma herança identitária marcada pelo conjunto de ambas civilizações. De acordo com Pandey (2007), a questão identitária Russa é complexa, de tal modo sugere que não pertence exclusivamente à Europa, ou Ásia, visto que “A Rússia tem sido um país dividido desde Pedro, o Grande⁴³” (Huntington, 1997, citado em Pandey, 2007, p.317). É nesse sentido que Harrison & Black (2006), retomam o simbolismo da águia bicéfala, como forma de reforçar a ideia de bifurcação identitária, onde a política externa russa olha simultaneamente para a Ásia e o ocidente.

Conforme Brzezinski & Sullivan (1997), o debate identitário russo é historicamente associado em torno da orientação da política externa russa, destacando-se as correntes “ocidentalista” e “eurasianista”. A primeira opção sustenta-se pela ideia uma Rússia próxima ao sistema normativo ocidental, interpretado como um espaço político, civilizacional e sustentado por valores como a liberalização do mercado e a democracia liberal. Os partidários desta via, defendem um crescimento convergente com o resto da Europa e EUA, independentemente da cooperação com a União Europeia (UE) ou a NATO, de modo a promover o desenvolvimento económico através da integração nas estruturas político-económico europeias.

Em contrapartida, segundo Pandey (2007), os promotores do “Eurasianismo” propõem uma alternativa identitária, baseada numa civilização distinta face à Europa e Ásia. Esta interpretação, reivindica a conceção da Rússia enquanto potência eurasiática e como corrente de pensamento estratégico alternativa. O “eurasianismo” configura-se numa narrativa identitária que reintegra o conjunto de raízes civilizacionais, neste caso, eslavos ortodoxos e povos turcos. Em adição, a corrente sustenta-se em grande medida, na retórica civilizacional, enquanto simultaneamente advoga pelo direito “divino” da Rússia para exercer o seu poder

⁴³ Pedro, o Grande desempenhou um papel relevante na formação da identidade eurasiática da Rússia. Através das suas reformas governativas, aproximou o império a Europa, através da chamada “Janela para a Europa”. Porém, ao aproximar o império ao Ocidente, também reconfigurou a trajetória da política externa russa ao adotar estratégias expansionistas, que hoje se refletem no atual Extremo Oriente Russo e a Sibéria, como sub-regiões asiáticas da Rússia contemporânea. Deste modo, Pedro, o Grande consolidou uma visão: a Rússia como uma civilização com interesses vitais tanto na Europa, como na Ásia. Para mais informações consultar, Torkunov, A., Streltsov, D., & Koldunova, E. (2024). *The “Asian Turn” in Russian Foreign Policy*. (1ªed.). Palgrave Macmillan. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5392-5>

como potência civilizacional e configuradora de um sistema internacional multipolar (Duncan, 2005).

Além disso, no período pós-soviético, o “eurasianismo” foi reformulado e ganhou novos contornos com o desenvolvimento do “neo-eurasianismo” por Aleksandr Dugin (2001, citado em Bassim, 2008). De acordo com Liu (2022), os novos pressupostos da corrente são: oposição geopolítica face ao estatuto hegemónico dos EUA; Reconfiguração da Rússia como um império eurasiático; formação de alianças com Estados não-ocidentais. Assim, a reconfiguração contemporânea desta corrente, é idealizada como um projeto geopolítico, baseado na promoção da civilização eurasiática face à imposição dos valores democráticos ocidentais, interpretados como uma “ameaça” contra as demais regiões.

Não obstante, segundo Rangsimaporn (2006), o “neo-eurasianismo” distingue-se da vertente clássica, na medida em que assume uma abordagem instrumental e geopolítica. Ao contrário do pensamento clássico, que procurava integrar a identidade russa no conjunto característico da civilização europeia e asiática. O enquadramento ideológico de Dugin na Rússia contemporânea, tem como fim idealizar a reconfiguração de Moscovo como potência central no sistema internacional, e particularmente legitimar a política asiática russa. Por isso, retoma a teoria do “Heartland” de Mackinder (1904) e pressupostos geoestratégicos de Haushofer (1924), para promover uma teoria geopolítica ao sugerir que existe um conflito entre dois blocos. Em primeiro lugar, o bloco continental, composto pela Rússia, China e Índia, e países constituintes do Médio Oriente. Por outro lado, as potências marítimas anglo-saxónicas, ou “atlanticistas”, compostos pela hegemonia dos EUA e seguidos pelos países europeus, ao abrigo da NATO⁴⁴.

No quadro doméstico, a instrumentalização geopolítica do “neo-eurasianismo” contribuiu para a criação de uma perceção multidimensional da Ásia no espectro identitário russo. É neste sentido, que Sakwa (2003), identifica duas conceptualizações da Ásia na leitura da identidade russa: geopolítica e geoideológica. A primeira baseia-se na forma como o Kremlin interpreta a Ásia, ou seja, uma zona de contestação geopolítica face ao ocidente, simultaneamente reafirmando-se como uma potência de grande dimensão na região. Por último, a interpretação geoideológica configura-se como uma alternativa à estrutura normativa

⁴⁴ A teoria do “Heartland” é um retorno aos pressupostos da geopolítica clássica, como forma de legitimar a política externa russa, enquanto estratégia face a uma crescente rivalidade com o ocidente. Por isso, a corrente de pensamento do “neo-eurasianismo” evoca a interpretação de uma oposição entre blocos continentais, de um lado, predominado por potências não ocidentais, recorrendo à Rússia como ponto central. Em adição, o bloco “atlanticista”, surge como a civilização oposta, sobre a qual a Rússia, como civilização eurasiática, constrói a sua identidade (Rangsimaporn, 2006).

ocidental. Esta visão é alicerçada na ideia da civilização eurasiática ou “ponte” entre o ocidente e a Ásia, propondo que a Rússia assuma parcialmente uma identidade asiática, mesmo acompanhada de uma parte ocidental

Considerando o contexto de integração ocidental russa do período pós-soviético, o espaço europeu falhou em proporcionar a recuperação económica, que era esperada por Moscovo, pelo que as políticas ocidentais não se enraizaram no plano doméstico. Por outro lado, o crescimento do conservadorismo, evidenciou-se, na forma em que o nacionalismo ideológico foi sendo gradualmente adotado (Lewis, 2019).

Conforme Larson & Shevchenko (2014), quando um Estado está em processo de afirmação e é excluído por outros, pode traduzir-se em comportamentos revisionistas no sistema internacional. Em adição, de acordo com a teoria de “Identidade Social” de Tajfel & Turner (1979), quando um agente-estatal é excluído dos critérios de um grupo de outros Estados, pode procurar afirmar-se através de uma reconfiguração da forma como se autodefine. Este posicionamento, leva ao processo de “criatividade social”, baseado na busca de reconhecimento externo com base em novos critérios, seja através da reorientação de alianças, redefinição identitária, ou intensificação de uma retórica revisionista.

Assim, Hamilton (2018), sugere que com a presidência de Vladimir Putin, também se reconheceu que a identidade foi afetada pela falta de reconhecimento ocidental, na forma em que o ocidente continuou a exercer políticas promotoras de uma ordem internacional predominada pelos mesmos. O alargamento da NATO, a rejeição da proposta de uma ordem multipolar, a exclusão da Rússia em decisões centrais da política internacional, bem como a desconfiança pelo processo de elevação do estatuto russo, contribuíram para a criação da perceção de uma ameaça do “outro”. Neste sentido, a Conferência de Munique, em 2007 ou o conflito russo-georgiano em 2008 tornaram-se um exemplo da retórica revisionista.

De tal modo, a criatividade social aplica-se na medida em que o surgimento do revisionismo russo, assenta na assunção de que a manutenção de relações positivas com o ocidente, implicariam a renúncia da sua autonomia estratégica e a sua aspiração de ser reconhecida como uma potência de grande dimensão⁴⁵. Assim, a incompatibilidade com os critérios de inclusão ocidental, formaram a base do revisionismo russo, que tem vindo a determinar a forma como a Rússia se autodefine (Sakwa, 2019).

⁴⁵ De acordo com, Sakwa (2019), a teoria da Identidade Social de Tajfel & Turner (1979), aplica-se ao caso da política asiática russa, embora seja uma teoria atribuída ao campo da psicologia social. Visto que a teoria sustenta a ideia da construção identitária, do “eu” com base na diferenciação do “outro”, determina que é uma mais-valia para a compreensão detalhada do vetor asiático da política externa russa. No caso da Rússia, argumenta que o contexto de exclusão, fomentada pelo ocidente levou a um processo de reafirmação identitária (Sakwa, 2019).

Segundo Engström (2014), a redefinição identitária passou pela valorização da retórica civilizacional, num quadro de conservadorismo político. Neste novo enquadramento, o estado-civilização tornou-se central na promoção da identidade russa, como forma de elevar o estatuto russo no sistema internacional, a partir de critérios não-ocidentais. Além disso, a retórica russa distanciou-se dos pressupostos de “modernização”, enquanto passou a dar maior apreciação a valores metafísicos, imbuídos na cultura e ideologia. Por efeito, a crescente apreciação destes valores foi destacada no discurso de Vladimir Putin, no Clube de Valdai, ao expressar o “desejo de Independência e soberania na esfera espiritual, ideológica e de política externa” como “parte integrante do caráter nacional” (Putin, 2013, citado em Tsygankov, 2016).

Em adição, de acordo com Korolev (2016), ao propor-se como um estado-civilização, a Rússia contemporânea aproximou-se da corrente “neo-eurasianista”, não no sentido doutrinário, mas de forma pragmática e orientada para legitimar a intensificação das políticas asiáticas russas. De tal modo, modo a orientação para a Ásia, adquiriu relevância nos discursos políticos, após as publicações de dois relatórios do Valdai Club entre 2012 e 2014. Por exemplo, os relatórios *Em Direção ao Grande Oceano, ou uma Nova Globalização da Rússia* (2012, citado em Korolev, 2016, p.9) e *Rumo ao Grande Oceano – 2, ou a Incursão da Rússia na Ásia* (2014, citado em Korolev, 2016, p.9), defendem a ideia de que a Rússia deve distanciar-se da ocidentalização e procurar uma abordagem que inclua a Ásia, como a atração de parceiros estratégicos para o Extremo Oriente Russo.

Em virtude da afirmação anterior, Lukin (2016a) sugere que a Anexação da Crimeia, funcionou como um fator catalisador de reforço de uma perceção de Moscovo, de que o ocidente estava decidido na construção de uma ordem unipolar. Neste quadro, a Rússia representa-se a si mesma como excluída e confrontada pelo sistema normativo ocidental, acentuando a procura de uma identidade oposta, para legitimar a região Ásia-Pacífico como alternativa. Deste modo, Tsygankov (2016) propõe que a intervenção na Ucrânia não foi apenas uma política estratégica face ao alargamento ocidental, mas também foi um meio de reafirmação identitária. Este ponto de vista refletiu-se na retórica do presidente russo, ao classificar a Crimeia como uma “parte inseparável da Rússia” (Putin, 2014, citado em Tsygankov, 2016, p.6), enquanto fundamento dos valores civilizacionais. Paralelamente, a redefinição identitária também se evidencia na interpretação da elite russa face ao “outro”, o ocidente:

Em 2015, quase toda a elite russa compreendeu que o confronto com o ocidente iria continuar por muito tempo, que não surgiu por acaso e que a Rússia teria de viver com uma realidade diferente daquela que os sonhos estrelados tinham sugerido de

integração com o ocidente, mantendo ao mesmo tempo a sua independência e soberania (Karaganov, 2015, citado em Lukin, 2016a, pp. 580).

Deste modo, segundo Kuhrt (2018) a reorientação asiática russa é o resultado do descontentamento criado pela postura ocidental, que tem vindo a ser estimulada desde os anos 90 e intensificada, após 2014. Como sublinha Neumann (2016), a identidade russa não deve definir-se de forma monogâmica, como europeia ou asiática. A identidade russa é marcada historicamente pelas diferentes orientações civilizacionais. Nesse sentido, a Europa representa o “outro”, sobre o qual a Rússia tem construído a sua autodefinição, num contexto de dinâmicas de rejeição ou tentativas de integração. Por outro lado, a região Ásia-Pacífico também se estende à mesma ambivalência ocidental, visto que parte da elite russa valoriza os traços europeus como distintivos de superioridade, por exemplo a doutrina de Kozyrev.

Não obstante, esta interpretação modificou-se com a crise da Crimeia. Como refere Wishnick (2016), a crescente aproximação aos países asiáticos tem vindo a assemelhar-se aos traços de civilização eurasiática. Esta condição identitária não nega as características europeias, não obstante a sua vertente asiática permite que exista um espaço de reposicionamento estratégico. De tal modo, a Ásia-Pacífico torna-se um espaço de reafirmação identitária, distante dos critérios normativos ocidentais, para que a Rússia se afirme como uma potência global em conjunto de um “grupo” de não-ocidentais.

Conforme Stent (2020), as relações bilaterais sino-russas ilustram a mesma ideia, visto que ambas partes constroem uma identidade face ao “outro”, o ocidente. A cooperação entre a China e Rússia não se limita ao fator geopolítico, visto que também assenta na conceção de regimes revisionistas, com interesses comuns, como a soberania, a configuração de uma ordem multipolar e contestação do unilateralismo dos EUA. Nesse sentido, Moscovo encontra na China, a representação de um parceiro estratégico, com potencial de validação identitária, ao contrário do isolamento causado pelo ocidente.

De tal modo, ambos Estados partilham uma narrativa de oposição às práticas democrático-liberais, como ocorreu com o caso de protestos internos, em Moscovo e Hong Kong, em 2019. Durante os protestos, responsabilizaram os Estados Unidos pelos protestos, na alegação de ingerência nos assuntos internos de ambas partes. Assim, Xi Jinping expressou diretamente que “os Estados Unidos e alguns outros países ocidentais aumentaram a sua interferência nos assuntos internos da Rússia e da China, ameaçaram a segurança soberana dos dois países” (Xi, 2019, citado em Stent, 2020, p.3)

Em suma, segundo Rozman (2018), desde 2014, Moscovo tem-se posicionado no centro de um projeto civilizacional, oposto ao sistema normativo ocidental. Para tal, existe uma

autodefinição de potência eurasiática, embora de forma pragmática, para legitimar o reforço da política asiática russa, num contexto interpretativo de ameaça do “outro”. Desde então, a China assume um papel relevante, na virtude de ser interpretada como um parceiro estratégico na construção de uma ordem internacional que reflita parte dos interesses civilizacionais russos.

3.2.4 A Construção da Narrativa Oficial

A opinião pública é mais uma variável interna que interage entre as condições sistémicas e a formulação de política externa. Em virtude das sanções ocidentais, criou-se um sentimento de oposição na população russa, gerando uma ideia, em que os líderes de Estado, devem adotar uma postura mais assertiva face ao ocidente para obter maior legitimidade junto da sociedade. Neste enquadramento, a política asiática russa adquire uma maior aceitação geral, enquanto estratégias pró-ocidentais são interpretadas como um sinal de fragilidade governativa (Korolov, 2016). Esta ideia é sustentada por Kolosov & Zotova (2021), ao sugerirem que desde 2014, a narrativa geopolítica de Moscovo, tem sido adaptada para o público através dos *media*, com o fim de legitimar os meios de governação e garantir o apoio popular à política externa:

O principal objetivo dos programas noticiosos dos canais de televisão federais era legitimar a política externa da liderança russa – convencer os telespetadores da inevitabilidade de uma “orientação para a Ásia”. A forma de atingir este objetivo, era a inequivocidade das declarações, a quase total ausência de críticas das ações da China e a utilização da principal característica da perceção dos cidadãos russos (Kolosov & Zotova, 2021, p.16).

Desde cedo, os conceitos de política externa russa têm evidenciado um traço recorrente, a articulação entre a política interna e externa. Esta interligação manifesta-se numa lógica imbuída no que se traduz como “interméstico” russo (Freire, 2017). Em grande medida, os conceitos de política externa (2000, 2008, 2013 e 2016) reconhecem que o desenvolvimento interno da Rússia é uma condição necessária para a projeção internacional. Por outro lado, os documentos sustentam que o papel da Rússia como potência de grande dimensão, promove a legitimidade governamental, bem como o apoio às políticas do regime. Assim, esta visão permite que Moscovo, sustente uma política externa assertiva e militarizada, que frequentemente encontra ressonância na esfera interna, por ser um meio para elevar o prestígio russo na comunidade internacional. (Freire, 2017). Consequentemente, a perceção do Kremlin como opositor dos Estados Unidos fortalece a coesão social, para justificar dificuldades a nível interno e exclusão de forças opostas, como as elites pró-ocidentais: “as elites pró-ocidentais ou se tornarão anti-americanas ou deixarão de ser elites” (Korolev, 2016, p.8).

Nesse sentido, uma amostra representativa do Levada Center (2014), oferece uma análise sobre a interpretação da sociedade russa, em respeito ao ocidente, e os seus critérios políticos como valores culturais e políticos. Os dados da investigação evidenciam uma mutação significativa na percepção coletiva russa, marcada por distinções identitárias e culturais. De acordo com os dados apresentados, 62% dos participantes, têm uma preferência maioritária por um modelo democrático russo, idealizado como distinto, na medida em que é adaptado à história sociocultural do país. Paralelamente, evidenciou-se uma crescente rejeição da democracia ocidental, visto que 45% da amostra sugere que a considera potencialmente prejudicial para Moscovo. Esta rejeição estende-se aos níveis de desconfiança, tendo em reconhecimento que 64% da população entrevistada considera que as relações com o ocidente a longo prazo são baseadas em desconfiança. Por último, no plano identitário, 43% dos inquiridos afirmam que não interpretam uma convergência cultural com a parte ocidental, o que reforça a retórica da civilização russa como autónoma e distinta.

Em adição, outro estudo realizado por Helm et al. (2019), evidencia a visão da sociedade russa especificamente sobre os Estados Unidos. Segundo o inquérito, oito em dez cidadãos russos (85%) veem os EUA como um rival no sistema internacional. Acrescenta-se que, conforme Tkachev (2018), após a anexação da Crimeia, em 2014, e os efeitos das sanções ocidentais, a maioria dos russos (55% em 2018), tinham uma opinião negativa sobre Washington.

Além disso, no mesmo período, Volkoc & Kolesnikov (2023), sugerem que a taxa de aprovação de Putin, como líder de Estado, aumentou significativamente, registando um crescimento de 69% (2013) para 80% (2014). Nesse enquadramento a intervenção na Ucrânia é o resultado de um plano político-ideológico, com o fim de restaurar a “grande Rússia”, conceito de orgulho nacional. Deste modo, o regime promove uma interpretação de ameaça “existencial”, face ao “outro”, como contributo para a justificação das ações militares e reforço do sentido patriótico da população (Sénica, 2025a; Smelts et al., 2025).

Paralelamente, a narrativa promovida por Moscovo, também teve um efeito catalisador, na reformulação da política asiática russa, contribuindo para uma opinião pública mais positiva, sobre a região. De uma forma geral, Smeltz & Lama (2025), indicam que desde 2014, a opinião pública tem demonstrado uma crescente interpretação positiva, por países fora da órbita de influência ocidental, particularmente aqueles que têm relações tensas com os Estados Unidos. Por isso, de acordo com os autores, em 2024: 64% da amostra representativa possui uma opinião positiva sobre a Coreia do Norte; 50% veem o Irão positivamente; 64% defende o fortalecimento das relações bilaterais com a Índia.

Não obstante, conforme Kolosov & Zotova (2021), a China emergiu como o maior parceiro estratégico da Rússia, devido ao seu peso geopolítico, geoeconómico, assim como pela convergência de interesses para contestar a hegemonia norte-americana. Deste modo, a política russa de aproximação à China tem sido reforçada por métodos para influenciar a opinião pública russa, através da retórica e ferramentas mediáticas. De um lado, o discurso oficial do Kremlin enquadra a relação com a China, como um meio necessário para a resolução dos problemas estruturais internos: “Não é por acaso, que nas últimas décadas, como vizinhos, construímos uma relação que provavelmente não pode ser comparada com nada no mundo” (Putin, 2018, citado em Kolosov & Zotova, 2021). Por outro lado, o discurso mediático russo também se adaptou como um meio de construção da interpretação russa, particularmente em casos como a cooperação energética e a “Força da Sibéria”: “O projeto energético russo mais significativo (...), que encarna literalmente uma nova era de cooperação entre duas potências que, cada uma à sua maneira, desafiam os Estados Unidos.” (Vesti, 2019, citado em Kolosov & Zotova, 2021).

Assim, o crescimento económico chinês e os métodos russos de dissuasão sobre a imagem de Pequim, têm refletido uma mudança significativa na opinião pública russa, com uma crescente valorização do Estado asiático. Em primeiro lugar, de acordo com um inquérito efetuado pelo Levada Center (2024), a opinião pública russa alterou-se, em respeito à visão da China com uma potência global. Deste modo, os dados determinam que em 2023, 63% da amostra vê a China como uma potência de grande dimensão, o que significa um crescimento de 44%, face ao registo de 2002 (19%). Em adição, no caso específico dos residentes do Extremo Oriente Russo, três quartos dos inquiridos reconhecem a China como um parceiro relevante, sugerindo uma causa-hipotética, que se justifica devido à proximidade geográfica, cultural e económica (Volkov, 2024).

Além disso, em respeito à opinião sobre a China, a amostra determina que tem ocorrido uma melhoria contínua entre todo o período analisado (1997-2018). Segundo os dados, antes de 2014, 55% da amostra via positivamente a China, porém, partir de 2014, a perceção melhorou significativamente. Nos quatro anos seguintes, aproximadamente 3 em cada 4 russos (75%), interpretam a China de forma positiva, enquanto as avaliações negativas diminuíram para 12% (Efimova & Strebkov, 2020; Shagina, 2020b). De acordo com Tolz & Teper (2018), a opinião pública russa sobre a China mostrou-se favorável, particularmente em contextos de segurança, como o caso da anexação da Crimeia e as sanções subjacentes ao evento ucraniano.

Deste modo, a imagem positiva sobre a China na opinião pública, tem desempenhado um papel essencial para o vetor asiático da política externa russa. Num contexto internacional,

caracterizado pelas tensões russo-ocidentais, e a retórica revisionista, a China surge como o “outro” alternativo. Esta interpretação contrasta com a imagem negativa sobre os Estados Unidos e a União Europeia, e ainda, promove a viabilidade estratégica do vetor asiático.

Como tal, a análise do vetor asiático da política externa russa permitiu uma criar uma base multidimensional, para a compreensão detalhada sobre o tema. De acordo com o conteúdo do presente capítulo, a política asiática russa está distante de ser uma estratégia reativa ao contexto internacional, dos eventos após 2014. A orientação asiática é uma política que tem vindo a ser desenvolvida desde o final da década de 1990, com figuras como Yevgeny Primakov, a serem destacadas pela apreciação sobre os países asiáticos.

Não obstante, as dinâmicas de exclusão ocidental, reacenderam a ambição de uma Rússia autónoma, intensificando a procura por parceiros estratégicos alternativos. Nesse sentido, a Ásia-Pacífico surge como uma alternativa legítima de acordo com o interesse nacional russo. Em primeiro lugar, o conceito de política externa da Federação Russa de 2016, classificou a relevância da Ásia-Pacífico, refletindo o potencial para a Rússia, ao integrar-se na região, nomeadamente no processo de desenvolvimento económico.

Por outro lado, o conjunto dos fatores determinantes nomeados no capítulo em causa, ajudaram a compreender as causas da intensificação e legitimação do vetor asiático. De tal modo, refletiram que o interesse russo sobre a região resulta de fatores pragmáticos, bem como construções identitárias.

Assim, o contexto teórico do capítulo construiu a base necessária para o estudo de caso, as relações bilaterais sino-russas. Esta relação será analisada integralmente, de modo a compreender que os fundamentos analisados neste capítulo se refletem na representação da China, como um parceiro estratégico.

4. Alinhamento Russo-Chinês

O presente capítulo tem como objetivo final, analisar a cooperação entre Moscovo e Pequim, no período posterior a 2014. Uma vez que o eixo russo-chinês tem-se desenvolvido de forma gradual, é evidenciado a expressão de uma convergência de interesses estratégicos, implicando uma análise multidimensional.

Como tal, consideram-se três dimensões para o estudo de caso. No plano político-diplomático, reflete-se uma crescente coordenação bilateral, assente na disposição para construir uma narrativa partilhada, para a promoção de princípios normativos. Igualmente, a regularidade de cimeiras bilaterais, tem sido uma representação da forma que Moscovo e

Pequim se interpretam mutuamente, contribuindo para a consolidação de um eixo pragmático.

Na dimensão económica, a análise incide sobre o crescimento do comércio bilateral, principalmente da exportação de recursos energéticos russos, na medida em que o perfil de consumo chinês coincide com os interesses estratégicos de Moscovo. Por outro lado, a estratégia de desdolarização também é considerada na investigação, visto que evidencia a motivação de ambos Estados para resistir a um sistema financeiro internacional, distante dos critérios ocidentais.

Por último, pretende-se investigar a forma como a cooperação bilateral é ampliada em organizações internacionais. A cooperação multilateral implica uma coordenação sistemática, na gestão conjunta de poder em órgãos do sistema onusiano. Dessa forma, a coordenação russo-chinesa no CSNU será considerada, uma vez que ambos Estados partilham o direito de veto, como condição do estatuto de membros permanentes. Em adição, a cooperação nos BRICS e OCX também será analisada, na medida em que são instrumentalizadas como meios de promoção de um sistema normativo alternativo ao modelo ocidental.

Deste modo, este capítulo propõe uma análise descritiva sobre o alinhamento russo-chinês, enquanto por sua vez, procura problematizar a sua natureza e alcance. Dessa forma, a abordagem multidimensional ao presente estudo de caso, reflete não só sobre as dimensões específicas da cooperação entre Moscovo e Pequim, mas também reflete sobre os riscos para a política externa russa.

4.1 Cooperação Político-diplomática

Os fundamentos identitários são uma abordagem central para a análise do eixo sino-russo, pois integra elementos como a narrativa de reconhecimento do “outro”, e a forma como moldam a cooperação político-diplomática. De acordo com Claessen (2021), a retórica russa tem sido configurada através de três eixos: a procura por reconhecimento e respeito recíproco; a narrativa de inclusão e exclusão do “outro”; e por fim, o discurso do sistema multipolar. Embora estas dimensões apresentem diferenças, são interligadas e articulam-se através do uso de imagens ou narrativas contribuindo para a autorrepresentação do Kremlin no sistema internacional.

Conforme Omelicheva (2016), o modo como Moscovo representa os Estados Unidos na sua retórica revela a crescente importância na sua autodefinição e o modo como interpreta o seu “lugar” no sistema internacional. Durante a década de 1990, o recém Estado pós-soviético classificou os Estados Unidos como um ator de referência identitária para a construção da

imagem que a Rússia interpreta de si mesma. Porém, esta imagem foi progressivamente reconfigurada numa figura de oposição, refletindo não só um processo de mutação identitária, mas também contribuindo para um distanciamento ao sistema normativo ocidental.

Tal processo, contribuiu para o crescimento de uma interpretação negativa sobre o ocidente, justificada numa base falta de reconhecimento e de marginalização, resultando no recurso ao discurso antiocidental. Esta postura foi manifestada por exemplo, no discurso de Vladimir Putin, quanto à anexação da Crimeia, enfatizando a hostilidade ocidental face à Rússia: “Em suma, temos todas as razões para assumir que a infame política de contenção, liderada nos séculos XVIII, XIX, e XX, continua hoje. Estão constantemente a tentar encurralar-nos porque temos uma posição independente” (Putin, 2014a).

De tal forma, a narrativa oficial tem abordado cada vez mais, a defesa de um sistema multipolar como estrutura alternativa ao modelo unipolar. A publicação de documentos de política externa e discursos oficiais, revelam a coerência incluída na autorrepresentação enquanto potência histórica e como promotora de um sistema internacional policêntrico. Por outras palavras, o Kremlin recorre ao patriotismo retórico⁴⁶, como um meio de legitimação de decisões em matérias de política externa, incluindo a anexação da Crimeia, bem como reforça internamente a identidade nacional. Não obstante, segundo Chebankova (2017), o papel da multipolaridade é mais do que um fim estratégico, sendo também uma necessidade, na medida em que a Rússia não dispõe de uma ideologia exportável, nem meios de *hard power* para defender o seu interesse nacional. Por isso, a aposta na construção de parcerias com Estados que criticam a ordem unipolar, é um instrumento para reclamar conjuntamente, um papel mais ativo e prestigiado no sistema internacional.

Deste modo, a China é representada como o parceiro estratégico ideal, visto que também partilha uma interpretação crítica da ordem internacional. Mesmo reconhecendo a antiguidade da cooperação entre ambas potências no período prévio a 2014, a crise da Crimeia e as sanções foram catalisadores para a intensificação da cooperação russo-chinesa. Como resultado de uma necessidade de aproximação à Ásia, nomeadamente a Pequim, o Kremlin reforçou os princípios do *Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável* (2001), que Putin descreve como uma prioridade essencial da política externa russa (Malinova, 2018). Tal é evidenciado no conteúdo

⁴⁶ O patriotismo tornou-se um pilar central da narrativa oficial russa, especialmente desde a presidência de Vladimir Putin. O patriotismo russo é acompanhado pela valorização passado histórico, como o hino soviético e símbolos czaristas. Assim, é um instrumento que procura legitimar a Rússia como uma civilização distinta, com valores alternativos ao modelo ocidental, como ocorre com a reinterpretação do conceito de democracia. Para mais informações, consultar March, L. (2012). Nationalism for export? The Domestic and Foreign-Policy Implications of the new ‘Russian Idea.’ *Europe Asia Studies*, 64(3), 401–425. <https://doi.org/10.1080/09668136.2012.661927>

do documento, ao simbolizar um compromisso mútuo na construção de “uma nova ordem mundial justa e equitativa, baseada em princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional”. Em adição, o artigo 9 do presente documento, institucionaliza um mecanismo de consulta entre as partes, quando uma das duas potências “considerar que a paz está a ser ameaçada ou que os seus interesses de segurança estão em causa”.

Além disso, conforme Lukin (2018) a cooperação russo-chinesa intensificou-se ainda mais com base na percepção comum das tendências hegemónicas da política externa dos Estados Unidos. A narrativa da multipolaridade é um reflexo, uma vez que expõe o interesse partilhado na oposição à exclusão das potências não ocidentais, com o fim de conseguir uma maior representatividade no sistema internacional, incluindo na dimensão dos processos de tomada de decisão. Conforme Putin (2016), “agora que instituição multipolar existe? Deveria ser a ONU. Não se pode evitar. Não estou a dizer que é a única coisa que precisa ser feita, mas é preciso fortalecer essas estruturas, torná-las mais representativas”.

Em adição, o alinhamento tem sido evidenciado, no aumento numérico das cimeiras bilaterais entre os líderes de Estado, refletindo não só, uma partilha de ideias, mas também uma cooperação institucionalizada, como declarado com o *Acordo para Reuniões Regulares entre Chefes de Governo* (1997). O acordo russo-chinês, assinado em 1997, visa a realização de pelo menos uma reunião bilateral por ano, marcando a exclusividade da cooperação bilateral (Ambrosio, 2017).

Assim, a progressão das cimeiras bilaterais tem sido destacada pelas potências, em várias ocasiões, particularmente desde 2014. Em 2021, período prévio à invasão ucraniana, Xi Jinping enfatizou que a data marcou a 37ª sessão russo-chinesa, referindo-se ao presidente Vladimir Putin, como “velho amigo”. Em adição, em 2024 o número de reuniões ascendeu para 43, na ocasião do 75º aniversário das relações político-diplomáticas bilaterais, coincidindo com a afirmação de um alinhamento de interesses estratégicos, para a “reforma” da governança económica global (Saxena, 2024; Tass, 2024).

A frequência das cimeiras bilaterais entre os líderes de Estado, têm desempenhado um papel central, como plataformas para a formulação de iniciativas estratégicas conjuntas⁴⁷. Conforme Gabuev (2016), observa-se que o caso da visita de Estado de Vladimir Putin a

⁴⁷ Tem-se afirmado cada vez mais uma crescente disposição para cimeiras bilaterais russo-chinesas, seguidas de acordos. Isto evidencia como a cooperação entre Moscovo e Pequim, tem procurado afirmar-se como “criadores” de normas, em áreas estratégicas como a soberania da informação, em contraste com as normas ocidentais de livre circulação de informação no ciberespaço. Um exemplo é a assinatura do *Pacto de Não Agressão Cibernética* (2015), uma vez que para ambos Estados, o ciberespaço é atribuído à cooperação securitária, uma vez que a divulgação de informação digital pode constituir uma ameaça para os regimes. Para mais informações, consultar Wishnick (2016).

Xangai, em maio de 2014, é um exemplo fulcral. Esta data marcou um ponto de viragem na cooperação russo-chinesa, visto que resultou na assinatura de um acordo energético a longo prazo, no valor de 400 mil milhões de dólares. Mais do que o volume monetário, o acordo visou o fornecimento de gás, através do gasoduto gerido pela Gazprom, *Power of Siberia*, que por sua vez, impactou a geoeconomia e geopolítica da região ao representar a relevância da dimensão energética no vetor asiático da política externa russa. De tal modo, na cerimónia de celebração do tratado, Putin sublinhou:

Nós e os nossos amigos chineses estávamos a dizer há pouco que isto marca o início do maior projeto de construção do mundo. O importante não é bater recordes, mas sim o facto de este projeto ter um grande significado para a Federação Russa e para a República Popular da China. É o alto nível de cooperação entre a Rússia e a China que tornou este projeto possível (Putin, 2014b).

Em contrapartida, a reunião oficial entre Putin e Xi em setembro de 2015, no contexto da comemoração do 70^a aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, revelou-se relevante ao fazerem uso da narrativa histórica. Em ambos casos invocaram o papel desempenhado na vitória contra o nazismo, não só como um meio de posicionar os Estados num Estatuto de potência global, mas como ato de legitimação doméstica da crescente parceria estratégica (Stallard, 2019). Ao recorrerem à Segunda Guerra Mundial, salientaram o “luto” histórico, para justificar a ideia de que o contributo de ambas partes na guerra, foi esquecido pelos antigos aliados. Assim, Putin enfatizou: “os nossos países sofreram as maiores perdas nesta guerra, e é por isso que nos opomos de forma tão consistente a qualquer tentativa de reabilitar o nazismo e o militarismo ou de falsificar a história. Este passado histórico que partilhamos dá-nos uma boa base para construir relações bilaterais de boa vizinhança no século XXI. A China é hoje o nosso parceiro estratégico fundamental” (Putin, 2015).

Por conseguinte, em junho de 2016, Moscovo e Pequim publicaram a *Declaração Conjunta sobre a Promoção do Direito Internacional*, documento que reafirmou a legitimidade da posição de ambos Estados, face às críticas internacionais relativamente à anexação da Crimeia e as reivindicações territoriais da China nas Ilhas Paracel e Ilhas Spratly⁴⁸. A esse respeito, a declaração assumiu um carácter defensivo, contrapondo-se contra a acusação ocidental de violação do direito internacional, através da reafirmação dos princípios da *Carta das Nações Unidas* (1945). Entre estes princípios centrais, promoveram particularmente a

⁴⁸ A China tem reivindicado cada vez mais, territórios no mar do Sul, nomeadamente as Ilhas Spratly e Ilhas Paracel, exacerbando disputas territoriais com Estados do sudeste asiático. Em 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, decidiu a favor das Filipas, contudo Pequim recusa a jurisdição, prosseguindo para a militarização dos territórios em causa. Para mais informações, consultar Sellars, K. (2017). Rocking the boat: the Paracels, the Spratlys, and the South China Sea Arbitration. *Columbia Journal of Asian Law*, 30(2), 221–262. <https://doi.org/10.52214/cjal.v30i2.9263>

defesa da soberania e da igualdade entre Estados, bem como a rejeição da ingerência nos assuntos internos (Bock, 2016). Como tal, com a declaração, Moscovo e Pequim criticaram a prática de sanções unilaterais não autorizadas pela ONU e a instrumentalização do direito internacional, a favor dos interesses nacionais dos Estados constituintes do ocidente:

A Federação Russa e a República Popular da China partilham a opinião de que a aplicação de boa-fé dos princípios geralmente reconhecidos do direito internacional exclui a prática de dois pesos e outros Estados, e consideram que a imposição de medidas coercivas unilaterais conhecidas como “sanções unilaterais”, é um exemplo dessa prática (Federação Russa & República Popular da China, 2016).

De acordo com Heller (2024), a declaração reflete o alinhamento estratégico entre a Rússia e a China, podendo ser interpretada como um meio de configuração de um sistema normativo, oposto ao modelo ocidental, que posteriormente seria reforçado com os sucessivos encontros oficiais. Paralelamente, a seleção da soberania como um dos conceitos centrais da declaração, deve-se à sua valorização estratégica, como instrumento de legitimação política de ambos regimes em disputas internacionais, como o caso da anexação da Crimeia, reforçando a primazia do princípio de autodeterminação dos povos. Em adição, o uso do mesmo conceito facilita a contestação à doutrina ocidental de intervenção, como a responsabilidade proteger, enquanto simultaneamente promovem uma ordem multipolar, onde os “Estados gozam dos seus direitos com base na independência (...), e assumem as suas obrigações com base no respeito mútuo” (Federação Russa & República Popular da China, 2016).

Conforme Yu & Sui (2024), entre a variedade de cimeiras bilaterais, a visita de Xi Jinping a Moscovo, em 2019, refletiu particularmente um valor acrescentado ao institucionalismo russo-chinês. Neste contexto, ambas as partes elevaram a cooperação bilateral a um novo estatuto, de “Parceria Estratégica Abrangente de Coordenação para uma Nova Era”, incluindo um novo marco retórico para a consolidação de uma nova visão normativa comum. Este novo enquadramento não representou exclusivamente uma alteração terminológica, mas também a anunciação de uma fase reforçada do eixo sino-russo, baseado em princípios comuns, derivantes de uma história semelhante. Como tal, a atualização da parceria estratégica assenta, segundo Kozyrev (2021), num “mecanismo multidimensional de interação entre Estados, coordenação estratégica, integração económica, agenda regional comum e visão consensual de uma nova ordem global”. Tal foi evidenciado na narrativa oficial de Xi Jinping (2019), durante a cimeira em junho de 2019, simbolizando o peso do novo estatuto do eixo russo-chinês:

Todos nós acreditámos que, como resultado dos desenvolvimentos dos últimos 70 anos, as relações sino-russas atingiram um novo nível sem precedentes (...) iríamos desenvolver a nossa parceria abrangente e cooperação estratégica nesta nova era e

elevar as nossas relações bilaterais a um novo e mais alto nível (Xi, 2019).

Assim, a declaração do novo estatuto bem como os elementos discursivos refletem o processo deliberado em que ambos tentam construir uma ordem internacional transcendente ao sistema normativo ocidental e dissemelhante do modelo tradicional de alianças, como habitual desde o período da Guerra Fria.

Segundo Guan (2022), os objetivos da declaração passam pela defesa recíproca de interesses estratégicos e pelo apoio aos respectivos modelos de desenvolvimento das partes envolvidas, para garantir a integridade territorial e a segurança dos regimes. Por isso a declaração reside na legitimação de uma identidade partilhada enquanto potências de grande dimensão, defensoras de princípios comuns, reiterando continuamente a manutenção da soberania nacional, não interferência nos assuntos internos e multipolaridade. Por isso a declaração de 2019, representa um novo patamar do eixo sino-russo, na medida em que reforçou os fundamentos de uma parceria pragmática, ao articular retoricamente os interesses de cada uma das partes quanto à uma ordem internacional alternativa.

Novamente, o estatuto da parceria foi elevado, em 2022, através de uma declaração conjunta, que classificou a cooperação bilateral como uma “parceria sem limites”. Esta declaração, anunciada vinte dias antes da invasão russa na Ucrânia, salientou que a cooperação russo-chinesa, atingiu uma nova dimensão, superior às alianças políticas e militares da Guerra Fria. Paralelamente, adicionaram que a parceria bilateral não tem fronteiras e que não existem áreas interditas para a cooperação, como uma declaração de destaque para a convergência estratégica (Wishnick, 2022):

As partes apelam ao estabelecimento de um novo tipo de relações entre as potências mundiais com base no respeito mútuo, na coexistência pacífica e na cooperação mutuamente benéfica. Reafirmam que as novas relações interestatais entre a Rússia e a China são superiores às alianças políticas e militares da era da Guerra Fria. A amizade entre os dois Estados não tem limites, não há áreas de cooperação “proibidas” (Federação Russa & República Popular da China, 2022).

Como tal, dado o conteúdo da declaração, Lo (2023) salienta, que a “ausência de limites”, não significa totalmente a inexistência de limitações às relações bilaterais, mas reflete o ponto mais alto da cooperação sino-russa desde 2014, de uma forma pragmática face ao contexto de deterioração das relações com o ocidente. Em primeiro lugar, a declaração insere-se numa estratégia conjunta de longo prazo, para preservar a estabilidade dos regimes não-ocidentais e conter a expansão do sistema normativo liberal, defendendo uma reforma do sistema internacional que permitisse atuar em pé de igualdade. Por isso, a mesma declaração inclui críticas à NATO e condena a estratégia de alargamento, como ideologia herdada da

Guerra Fria, apelando ao respeito pela diversidade civilizacional dos Estados, bem como a integridade territorial dos mesmos:

As partes acreditam que certos Estados, alianças, coligações militares e políticas procuram obter, direta ou indiretamente vantagens militares e unilaterais em detrimento da segurança de outros (...) As partes opõem-se a um novo alargamento da NATO e incitam a Organização do Tratado do Atlântico do Norte a abandonar as suas abordagens ideologizadas da Guerra Fria (Federação Russa & República Popular da China, 2022).

Por outras palavras, a declaração consolida-se na convergência de ambas agendas de política externa relativamente à contestação da hegemonia ocidental, enquanto por sua vez, formalizam um alinhamento estratégico. Conforme salienta Ambrosio (2017), o alinhamento estratégico russo-chinês define-se pelas mútuas expectativas, de apoio em futuras interações internacionais com os demais Estados no sistema internacional. Posto isto, o alinhamento traduz-se como um padrão de comportamentos e pressupostos em que Moscovo e Pequim selecionam interesses estratégicos comuns, e comprometem-se com um nível expressivo de cooperação institucionalizada. De tal forma, ambos Estados negam a formação de uma aliança, uma vez que evitam o condicionamento da relação bilateral às normas de uma aliança clássica, refletindo um modelo de cooperação político-diplomático mais flexível e adaptada ao sistema internacional contemporâneo.

Tal evidencia-se com o discurso oficial do Ministro de Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov, em 2019, ao afirmar a crescente confiança entre a Rússia e a China, e destacando a natureza de uma cooperação diversificada e flexível:

Se relações aliadas implicam uma aliança militar, então nem a Rússia nem a China planeiam estabelecer tal aliança. Mas se as relações aliadas forem interpretadas como esforços conjuntos para defender o direito internacional e os fundamentos da ordem mundial construída com base na *Carta das Nações Unidas* (...) então, sim, somos aliados incondicionais da China (Lavrov, 2019).

Conforme Blank (2020), a retórica de Lavrov reflete uma reconfiguração deliberada do conceito de aliança. Esta reconfiguração define a aliança como modelo de cooperação não implicatório de um compromisso de defesa coletiva, porém é interpretado como o esforço conjunto na defesa do sistema normativo alternativo, que tem vindo a ser evidenciado nas consecutivas cimeiras bilaterais. Assim, a narrativa oficial ilustra a forma como o Kremlin conceptualiza a parceria com a China. Por um lado, evita riscos estratégicos que resultam da denominação de aliança militar formal. Por outro lado, confere legitimidade à parceria russo-chinesa, enquanto bloco de oposição normativa ao ocidente, num plano multidimensional de cooperação.

4.2 Cooperação Económica

4.2.1 O Comércio Bilateral e a Estratégia de Desdolarização

Conforme Larin (2020), as relações económicas entre a Rússia e a China após 2014 contrastam com o período de estagnação económica da década de 1990⁴⁹. Nesse período, o comércio bilateral permaneceu abaixo das expectativas, em virtude da centralização das políticas pró-ocidentais. Contudo, a década de 2000, conheceu o princípio de um crescimento sustentável nas relações económicas bilaterais. O progresso da cooperação económica sino-russa veio a ser favorecida, em virtude do crescimento económico asiático e a percepção de declínio ocidental, após a crise financeira de 2008. De tal modo, a cooperação económica foi progredindo, e em 2011, levou ao anúncio de metas comerciais por parte de Moscovo e Pequim: “os comércios entre os nossos países atingirão 100 mil milhões de dólares em 2020. Este será um nível digno da parceria e da cooperação russo-chinesa” (Medvedev, 2011).

Em adição, as sanções ocidentais, após 2014, conferiram um novo impulso às relações económicas russo-chinesas. Nesse sentido, a China ganhou maior relevância estratégica para a política económica externa russa, sendo interpretada como uma via de resistência face aos impactos das sanções. Pequim, veio a corresponder a parte da expectativa russa, nomeadamente em setores-chave, como o domínio energético, onde as empresas públicas chinesas, têm assumido um papel central no aprofundamento da cooperação (et al Charap., 2017).

Do mesmo modo, a guerra comercial entre a China e EUA, iniciada em 2016 sob a presidência de Donald Trump, também contribuiu para a aproximação entre Pequim e Moscovo. Efetivamente, a pressão estrutural do sistema internacional fomentou a configuração de um bloco oposto ao Estado norte-americano e o bloco ocidental. Confrontada com a crescente competição económica face aos EUA, Pequim passou a interpretar a Rússia, como um parceiro estratégico, tanto na resistência ao sistema normativo ocidental, como na oposição à hegemonia norte-americana. Nesse novo contexto, o alinhamento económico russo-chinês foi sustentado na realização intersubjetiva de que os EUA não reconheceriam a Rússia ou a China em pé de igualdade (Lukin, 2021). Esta ideia também foi evidenciada na retórica oficial russa, pelo

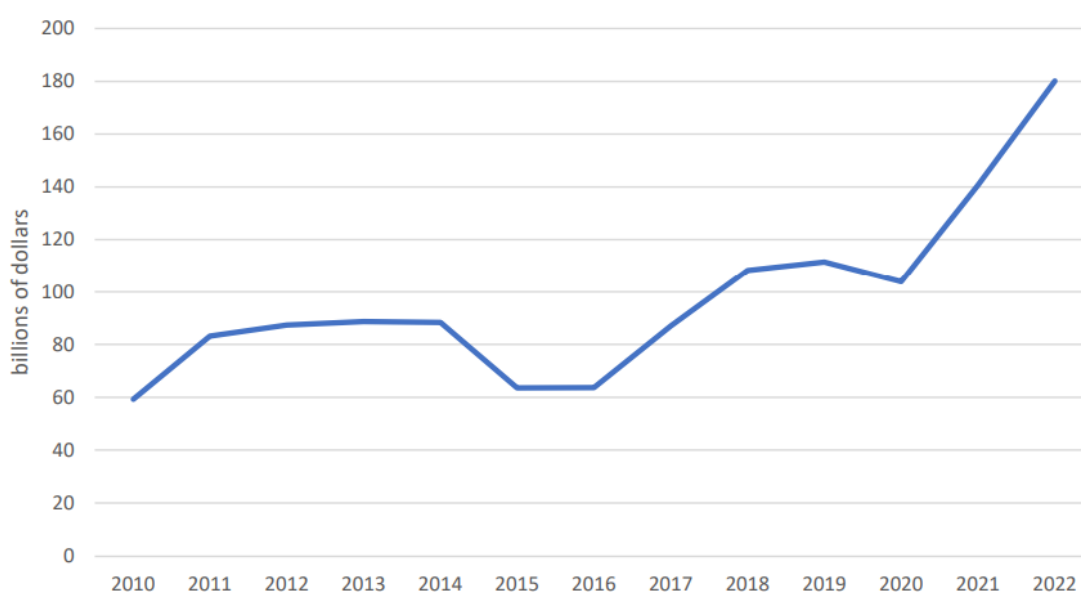
⁴⁹ A década de 1990 foi um período caracterizado pela limitação das relações económicas russo-chinesas. Efetivamente, o valor das trocas de bens e serviços manteve-se entre 5 e 7 mil milhões de dólares anuais. Dessa forma, o comércio bilateral estagnou durante o período em questão, refletindo a falta de interesse estratégico entre ambas partes. Para mais informações consultar Rozman, G. (1998). Sino-Russian relations in the 1990s: A balance sheet. *Post-Soviet Affairs*, 14(2), 93–113. <https://doi.org/10.1080/1060586x.1998.10641448>

Ministro de Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov, referindo-se ao teor da cooperação entre ambos Estados:

As relações entre os nossos países atingiram um nível sem precedentes. Baseiam-se no alinhamento dos interesses nacionais profundos de ambos países, que são vizinhos e a partilham uma enorme fronteira, e não em considerações temporárias e no desejo de se unirem contra alguém (Lavrov, 2015, citado em Røseth, 2017, p.44).

Por efeito, o comércio bilateral passou a desempenhar um crescente papel estratégico. Tal é verificado no volume troca de trocas de bens e serviços, uma vez que reflete o interesse económico entre as partes. O mesmo é evidenciado na ilustração do gráfico 2.

Gráfico 2 *Volume de Trocas de Bens e Serviços entre a Rússia e a China*



Fonte: L. Romanova (2022, citado em Lukonin, 2023).

Conforme Lukonin (2023), o gráfico 2 evidencia que entre 2010 e 2022, o volume de trocas triplicou, visto que atingiu 180,1 milhões de dólares, comparativamente a 60 milhões, em 2010. O incremento comercial deveu-se à complementaridade económica, visto que por um lado, a China depende do excesso de matérias-primas russas, nomeadamente produtos agrícolas e recursos energéticos. Por outro lado, a China é exportadora de bens tecnológicos a preços competitivos, que correspondem ao interesse russo, em detrimento do mercado ocidental. Contudo, embora os dados representem um aumento significativo das trocas de bens e serviços, a figura 1 evidencia uma assimetria na relação económica sino-russa.

Figura 1 *Participações na Balança Comercial Rússia-China*



Fonte: Observatory of Economic Complexity (2023, citado em Fong & Maizland, 2024).

Conforme Fong & Maizland (2024), a Rússia revelou um grau de dependência comercial superior face à China⁵⁰. Em 2022, Pequim correspondeu a 26% das trocas comerciais da Rússia, tornando-se a ser o maior parceiro económico de Moscovo. Não obstante, no mesmo ano, a Rússia equivaliu a 3% das trocas de bens e serviços chineses, ocupando a sexta posição entre os principais parceiros económicas da China. Esta assimetria veio a acentuar uma crescente vulnerabilidade económica russa, visto que reflete uma dependência comercial superior, colocando em risco a estabilidade de exportação de setores-chave, especialmente a dimensão energética. Ainda assim, dado o crescimento industrial chinês, as exportações energéticas russas para a China, cresceram 49%, em 2022, incluindo no contexto da invasão ucraniana e a nova vaga de sanções ocidentais.

Além disso, a cooperação económica continua a progredir, na medida em que ambos Estados, assinaram o plano *Promover os Elementos-Chave da Cooperação Económica Rússia e China até 2030* (2023). O acordo, abrangendo oito áreas estratégicas, destaca a cooperação monetária, assim como a definição de setores prioritários para o desenvolvimento sustentável

⁵⁰ Como efeito da crescente dependência económica de Moscovo relativamente a Pequim, o Kremlin tem procurado conter a dívida externa, de modo a evitar ceder ativos de setores-chave nacionais. Esta estratégia visa principalmente, preservar a autonomia económica enquanto simultaneamente cultiva relações positivas com a China. Para mais informações, consultar Lukin, A. (2020). The Russia–China entente and its future. *International Politics*, 58(3), 363–380. <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00251-7>

da cooperação bilateral. Por efeito, um exemplo da ênfase no crescimento da cooperação económica é referido no plano, ao determinar de modo geral o objetivo de:

Aumentar a escala e otimizar a estrutura do comércio, incluindo através do comércio eletrónico e de outros instrumentos inovadores; promover de forma consistente o desenvolvimento de alta qualidade da cooperação bilateral em matéria de investimento; aprofundar o empenhamento na economia digital (Promover os Elementos-Chave da Cooperação Económica Rússia e China até 2030, 2023, p.15)

Deste modo, um aspeto central da cooperação económica prende-se com a promoção do recurso às moedas nacionais no ato de trocas de bens e serviços sino-russos. Tanto Moscovo como Pequim têm vindo a procurar ativamente o processo de desdolarização. Liu & Papa (2022), definem a desdolarização sino-russa como uma estratégia política de autonomização monetária face à ordem financeira internacional, liderada pelos EUA. De tal modo, a desdolarização é uma estratégia de abandono progressivo do dólar a fim de privilegiar o recurso ao rublo russo e o yuan.

O processo de desdolarização foi sendo institucionalizado através de plataformas formais de cooperação financeira. Efetivamente, um marco significativo foi a criação conjunta da Comissão Governamental de Cooperação em Investimento, em 2014. A instituição desempenha um papel central na implementação de mecanismos financeiros, de modo a reduzir a dependência do dólar, incluindo a abordagem técnica de *swaps* de divisas, bem como o desenvolvimento de sistemas de transações digitais. Assim, trata-se de uma estrutura que contribui para a configuração de um esquema financeiro transnacional alternativo, entre Moscovo e Pequim, que a longo prazo, procura reduzir as vulnerabilidades económicas face ao dólar norte-americano (Gavrilova et al., 2024).

Nesse sentido, destacou-se a introdução do cartão bancário russo Mir, através do Banco Central da Rússia, como meio de pagamento alternativo aos sistemas tradicionais, Mastercard e Visa. Até 2019, registou-se um aumento de 20% de utilização do meio de pagamento russo, enquanto paralelamente verificou-se uma expansão da plataforma a nível internacional. O mesmo evidenciou-se no uso progressivo dos cartões na China, logo após a consolidação de uma parceria conjunta entre a UnionPay International e o sistema nacional de pagamento russo, resultando na emissão dos cartões UnionPay-Mir ⁵¹(Gricius, 2020).

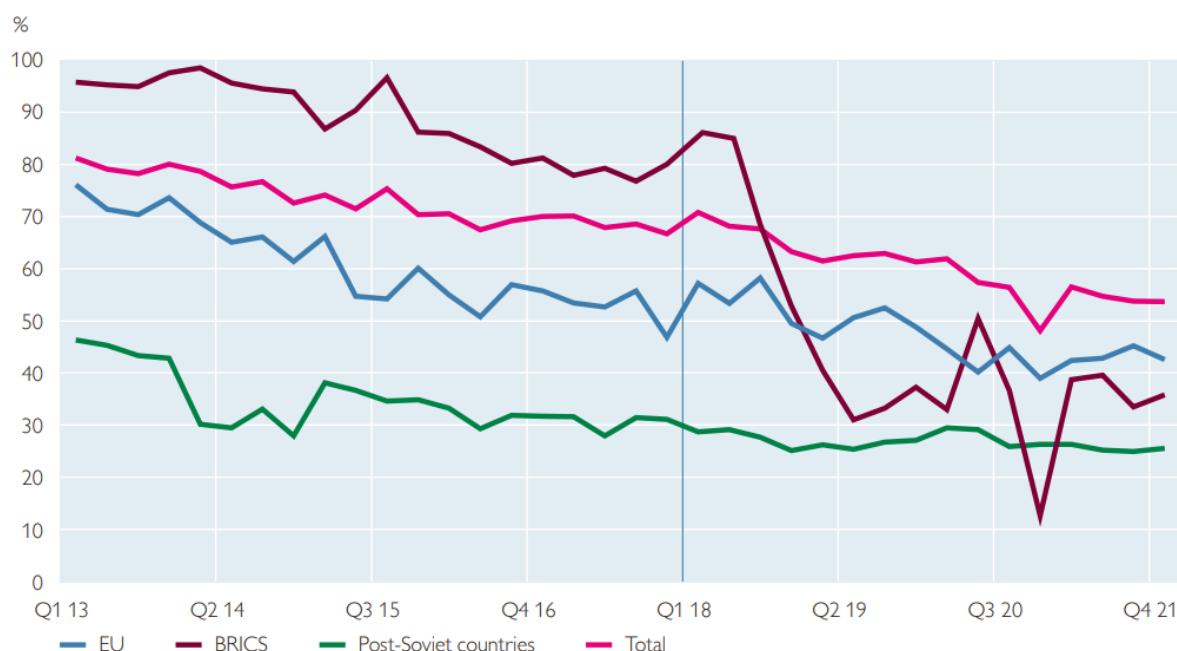
Além disso, a desdolarização intensificou-se com a celebração de um acordo de troca

⁵¹ O novo sistema Union, é mais do que uma medida doméstica para os territórios da Rússia e da China, pois também constitui uma estratégia de *soft power*, dirigida a projetar o estatuto autónomo de Moscovo. A celebração deste meio, reforça o processo de desdolarização e presta um contributo à consolidação de uma ordem multipolar. Para mais informações, consultar Gricius, G. (2020). Russia's New Soft Power: The MIR Card System. *Journal of Liberty and International Affairs*, 6(2), 32-44. <https://orcid.org/0000-0001-6252-6882>

de divisas, em 2014, no valor de 150 mil milhões de yuans. Este acordo teve como fim, reforçar o comércio bilateral seguido da promoção do uso das moedas nacionais na liquidação de troca de bens e serviços. O mesmo acordo, foi renovado em 2017, evidenciando o compromisso da coordenação financeira sino-russa, tendo em perspectiva a finalidade de reduzir a dependência face ao dólar. Por isso, reduziu-se substancialmente o uso do dólar como moeda de intercâmbio, incluindo nas transações no quadro da *Belt and Road Initiative* (Siddiqui, 2021).

Deste modo, a criação de mecanismos institucionais e a assinatura de acordos bilaterais contribuíram para a desdolarização, como evidenciado no gráfico 3, ao demonstrar a quota do dólar nas exportações russas.

Gráfico 3 Participação do Dólar nas Exportações Russas por Grupos de Estados



Fonte: Banco Central da Federação Russa (2022, citado em Barisitz & Evdokimova, 2023).

Conforme o gráfico referido, entre 2013 e 2021, a quota do dólar na totalidade das transações russas, passou de 81% para 54%, refletindo um distanciamento progressivo da moeda norte-americana. Esta redução traduziu-se pelo aumento das transições em euros, particularmente desde 2019, em virtude das empresas estratégicas do setor energético como a Novatek e Rosfnet, anunciarem a transição das operações em euros. Por efeito, a dinâmica de redução do dólar, também foi deliberada nas trocas comerciais com os países constituintes do grupo BRICS, visto que a participação do dólar diminuiu de 95% (2013), para 36% (2021). No caso da China, como Estado incluído no BRICS, determina-se que a redução do dólar nas trocas

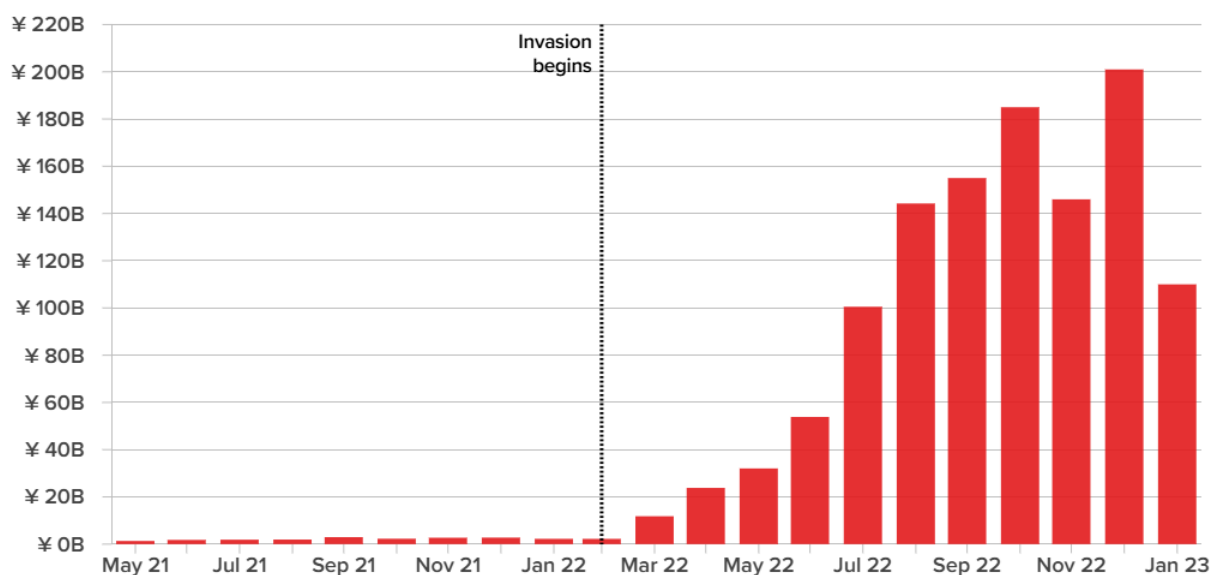
comerciais veio a ser marcada sobretudo entre 2018 e 2019, como efeito do agravamento comercial entre Pequim e Washington, levando a uma maior apreciação pela moeda nacional (Barisitz & Evdokimova, 2023).

De acordo com Kluge (2024), o processo de desdolarização revelou-se limitado até 2022. Moscovo procurou ativamente reduzir a sua dependência do dólar, não obstante, a substituição foi compensada através das demais moedas ocidentais, nomeadamente o euro, dado a sua estabilidade cambial. Contudo, esta configuração tornou-se obsoleta, após a nova onda de sanções ocidentais ao setor bancário russo, como consequência da invasão russa da Ucrânia. A imposição das sanções, incluindo a exclusão da banca russa do sistema SWIFT ⁵²e o congelamento de ativos financeiros, levou a uma crescente apreciação do yuan, como moeda de transações financeiras internacionais.

Assim, conforme Nikoladze & Bhusari (2023), a implementação das sanções, forçou Moscovo a selecionar o yuan como moeda preferencial, dado a sua capacidade de resistência cambial no contexto face às sanções ocidentais. Como consequência, o Kremlin reforçou o uso do yuan de dois modos: o aumento da divisa chinesa nas reservas do Fundo Nacional de Riqueza da Rússia, atingindo 60% até ao início de 2023; recorreu maioritariamente ao yuan no comércio russo-chinês. O gráfico 4 corrobora o mesmo argumento, ao evidenciar a participação comercial em yuans, num período crescente de deteriorações das relações russo-ocidentais.

⁵² O sistema SWIFT é uma infraestrutura de comunicação financeira global, com a função de permitir a interação entre entidades bancárias, de modo a facilitar a realização de transferências internacionais de capital. Em 2022, a Rússia foi excluída do sistema, como consequência da escalada entre Moscovo e a Ucrânia. Anteriormente, o parlamento europeu tinha defendido tal medida, como instrumento de dissuasão contra as estratégias de política externa russa, evidenciando o papel do sistema financeiro internacional para a estabilidade dos regimes. Para mais informações, consultar Vieira, V. G. R. (2023). The limits of weaponised interdependence after the Russian war against Ukraine. *Contemporary Security Policy*, 44(4), 642–660. <https://doi.org/10.1080/13523260.2023.2256065>

Gráfico 4 *Volume de Trocas Comerciais Sino-Russas em Yuans (2021-2023)*



Fonte: Bloomberg (2023, citado em Nikoladze & Bhusari, 2023).

Conforme os dados do gráfico 4, o volume de trocas comerciais sino-russas em yuans cresceu após fevereiro de 2022, atingindo um crescimento sustentável até 2023. Do mesmo modo, conforme Prokopenko (2024), entre 2021 e 2023, verificou-se que o comércio bilateral em yuans passou de 0,4%, antes da guerra russo-ucraniana, para 35% em 2023. Simultaneamente, este período coincidiu com a reconfiguração da estrutura de reservas cambiais de Moscovo, visto que o conjunto das moedas ocidentais representavam mais de 80% em 2021, e em 2023 descenderam para abaixo de 20%. Por último, o yuan consolidou o seu papel estratégico na reorientação financeira russa, na medida em que se tornou a moeda principal nas transações cambiais da bolsa de Moscovo, equivalendo a 99% em 2024 (Prokopenko, 2024; Jayaprakash, 2025).

4.2.2 O Setor Energético no Quadro da Cooperação Económica

Segundo, Røseth (2017), a crescente vulnerabilidade das exportações energéticas após as sanções ocidentais, levou Moscovo a reavaliar a sua dependência excessiva no mercado europeu. Tradicionalmente, as exportações energéticas russas foram centradas no fator de procura europeia, porém as sanções contribuíram para a formação de uma assimetria de interdependência energética menos favorável para o Kremlin. De tal modo, a necessidade de escoar o excedente de recursos energéticos foi incentivada na reorientação para o mercado asiático, nomeadamente a China. Além da racionalidade económica, a orientação energética

para a China, também tem um papel geopolítico, no sentido em que procura promover o desenvolvimento do Extremo Oriente russo e alinhar o interesse russo ao interesse chinês, de modo a aprofundar uma interdependência bilateral.

Efetivamente, a ideia anterior verifica-se na compatibilidade entre a necessidade de comercializar os excedentes de recursos energéticos e as necessidades energéticas da China para o setor industrial. Conforme Lilkov (2023), a política energética chinesa tem assumido um papel relevante no seu crescimento, pois a crescente procura por recursos fósseis tem sido um fator constante. Desde 2009, Pequim tornou-se o maior consumidor de energia global, correspondendo a 25% da procura, sendo que 80% da sua estrutura energética é dependente de combustíveis fósseis, particularmente o carvão. Em adição, na dimensão petrolífera, o Estado chinês é o maior importador global, por isso, cobre mais de 70% das suas necessidades energéticas com importações, havendo a hipótese de ascender a mais de 80% até 2040.

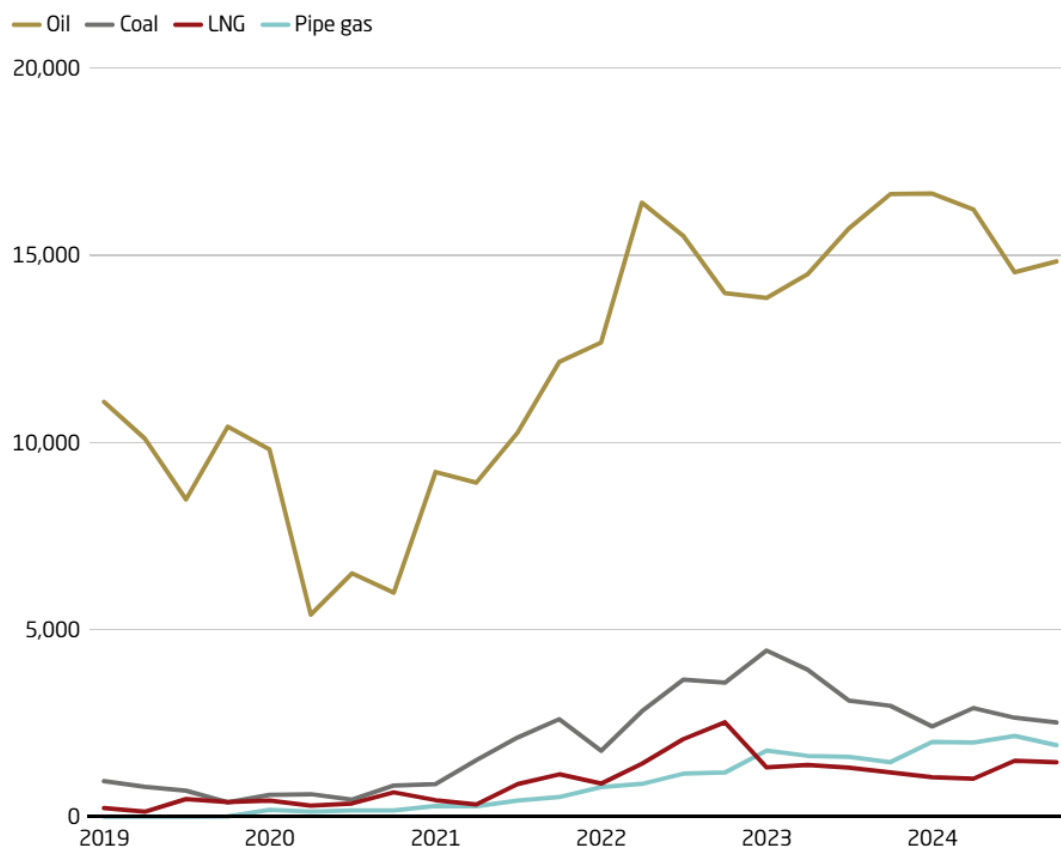
Deste modo, o perfil de consumo energético chinês, cria uma complementaridade com a política energética russa, particularmente desde 2014, como necessidade de exportar os excedentes de hidrocarbonetos face às sanções ocidentais. Assim, a convergência entre a procura chinesa e a oferta russa contribui para a consolidação do fator energético como característica vital da cooperação económica sino-russa. Em contrapartida, durante o início da década de 2000, Moscovo mantinha uma posição restritiva em respeito ao investimento direto estrangeiro chinês, por receio de uma perda de soberania em setores-chave (Gabuev, 2016).

Conforme Lukin (2021), por uma interpretação russa de desconfiança, o período prévio a 2014 foi caracterizado pelo desencorajamento institucional para a atração de investimento estrangeiro. Não obstante, a mesma ideia foi abandonada, em função das sanções ocidentais impostas à Rússia, e enfatizado na retórica oficial do Kremlin como parte de uma estratégia do vetor asiático da política externa russa. Em fevereiro de 2015, o então vice-Primeiro Ministro russo, Arkady Dvorkovich declarou que Pequim tornar-se-ia o principal parceiro asiático de Moscovo, reconhecendo a hipótese de uma privatização parcial do setor energético: “se houver um pedido da China, iremos considerá-lo seriamente, e não vejo obstáculos políticos neste momento” (Dvorkovich, 2015, citado em Lukin, 2021, p.158).

De acordo com Henderson & Mitrova (2016) entre 2014 e 2016, a cooperação energética russo-chinesa conheceu um novo reforço, imbuído nos interesses estratégicos de cada uma das partes. Por um lado, através do aprofundamento da integração conjunta na indústria energética, Moscovo poderia mitigar os impactos das sanções ocidentais e legitimar a estratégia da reorientação asiática. Por outro lado, a China, com uma crescente necessidade de importação energética, poderia integrar-se na abertura de participação de capital no setor estratégico russo.

Efetivamente, o gráfico 5 é um reflexo da participação das iniciativas conjuntas, para o efeito sobre o volume de exportações russas de combustíveis fósseis para a China, visto que demonstra um crescimento sustentável, à medida que Moscovo se encontra num contexto de contenção ocidental.

Gráfico 5 *Volume de Exportações Russas de Combustíveis Fósseis para a China por Tipologia*



Fonte: General Administration of Customs of the Republic of China (2025, citado em Rudnik, 2025).

Conforme Rudnik (2025), de um modo geral, o gráfico reflete que a cooperação no setor energético tem tido um crescimento positivo. Não obstante, também é demonstrado que existiram períodos em que os volumes de exportações passaram por um decréscimo, particularmente devido a fatores externos, por exemplo o período da pandemia covid-19 e o seu impacto na economia global, bem como o acréscimo de sanções ocidentais à Rússia, após a invasão ucraniana de 2022. Contudo, evidencia-se, que a cooperação energética tem resultado positivamente, pois o setor energético passou a equivaler a 33% das receitas da Federação Russa em 2024, e a China ocupa o primeiro lugar de importador de recursos fósseis russos.

Por outro lado, o gráfico 5, também demonstra o crescimento da cooperação energética sino-russa por tipos de recursos fósseis. Em primeiro lugar, reflete que a assinatura do acordo

de gás de 2014, teve efeitos positivos nos anos seguintes, como fator de consolidação da reorientação energética russa para a Ásia. Segundo Gabuev (2016), o acordo assinado entre a Gazprom e a China National Petroleum Corporation (CNPC), simbolizou o início de um período crescente para a cooperação energética, na medida que possibilitou o fornecimento de gás russo através do gasoduto *Power of Siberia*. Por sua vez, além de ser um acordo no valor de 400 mil milhões de dólares, é interpretado como um fator catalisador para a reconfiguração da geoeconomia da região, na medida em que representa o compromisso entre Moscovo e Pequim, no estabelecimento de uma cooperação energética de gás durante 30 anos. Como definido pelo presidente russo, Vladimir Putin, este acordo foi “o maior da história da indústria do gás da Rússia” (Putin, 2014, citado em Skalamera, 2018, p.90).

De acordo com Essen (2023), a partir de 2019, o fornecimento de gás russo para a China aumentou, particularmente devido a fatores logísticos, como o início da atividade do gasoduto, *Power of Siberia* após a sua construção no mesmo ano. Esta infraestrutura permitiu não só a canalização de gás com origem na Sibéria, para o mercado chinês, mas também reforçou a interdependência energética bilateral, que por sua vez, resultou no incremento da exportação de gás natural em 50%, entre 2019 e 2022. Por outro lado, ambos países assinaram um segundo acordo em 2022, visando a construção de um novo gasoduto de fornecimento de gás natural até 2026, refletindo a estratégia conjunta para aprofundar o eixo russo-chinês energético. Efetivamente, estima-se que o novo acordo resulte num aumento de 26% de fornecimento de gás natural para a China, a partir do primeiro ano de construção do gasoduto⁵³.

Além disso, a Rússia é um dos principais produtores de gás natural liquefeito (GNL), principalmente como benefício do desenvolvimento de projetos num dos seus espaços vitais, o ártico. Desde a década de 2010, o projeto Yamal LNG, liderado pela multinacional russa, Novatek, tornou-se relevante não só pela eficiência para o fornecimento de GNL como alternativa aos gasodutos, mas também pela sua capacidade de mitigar parte das sanções ocidentais (Henderson, 2019).

Conforme Henderson & Mitrova (2016), em 2013, refletiu-se o crescente interesse estratégico da China no setor russo de GNL, particularmente através da aquisição de participações no projeto Yamal LNG. Em primeiro lugar, como acionista estratégico desde

⁵³ Estima-se que a construção de gasodutos seja uma estratégia em continuação, e um exemplo é a disposição de Pequim e Moscovo para desenvolver o *Power of Siberia II*. Este projeto logístico visa aumentar significativamente a exportação de gás russo para a China, enquanto simultaneamente reforçaria a dimensão energética na estratégia de cooperação bilateral entre as partes. Em adição, é mais um meio de mitigação dos impactos das novas sanções ocidentais, uma vez que este gasoduto viria a afetar positivamente os preços e rotas de abastecimento. Para mais informações consultar, Meidan, M. & Yermakov, V. (2025). China-Russia: The gas Hedge. <https://www.oxfordenergy.org/>

2013, a China National Petroleum Corporation adquiriu uma participação de 20%, enquanto simultaneamente é um comprador direto de GNL produzido pela Novatek. Posteriormente, em 2016, o Silk Road Fund comprou 9,9% dos ativos financeiros do mesmo projeto, e juntamente com a banca chinesa, recorreu a um financiamento no valor de 12 mil milhões de dólares para o progressivo desenvolvimento da infraestrutura na região do ártico. Assim, a crescente participação chinesa nas ações do Yamal LNG, reflete que tanto Pequim como Moscovo têm atribuído uma interpretação estratégica à região do ártico, no que concerne à cooperação energética.

Todavia, segundo Alexeeva & Lasserre (2018), a cooperação energética no ártico, é mais do que a aquisição de ativos financeiros, visto que ambas potências tomaram iniciativas de coesão entre a *Belt and Road Initiative* (BRI) e os interesses estratégicos russos na região. Por isso, a integração da BRI na região, é uma convergência de interesses que levaram ao desenvolvimento logístico e configuração conjunta de rotas marítimas comerciais, particularmente como efeito da declaração conjunta de 2017. Tal declaração, classificou que a chamada “Rota do Mar do Norte”⁵⁴ passaria a ser um ponto de área-chave da cooperação russo-chinesa, para fins comerciais, englobando o avanço de projetos, como o Yamal LNG. Outrossim, a colaboração foi institucionalizada em 2018, com a publicação do *Livro Branco sobre a Política do Ártico da China*, ao determinar o conceito de *Polar Silk Road*, como uma estratégia de articulação entre a BRI e a rota do ártico.

Deste modo, a região do ártico tornou-se uma extensão da cooperação estratégico russo-chinesa, baseada no alinhamento de interesses nacionais. Enquanto a Rússia interpreta a cooperação como um meio de preservação do seu *status quo* na região, a China entende que a participação progressiva no ártico é uma oportunidade de acesso a recursos energéticos a longo prazo. Assim, embora exista uma divergência de interesses, evidencia-se que as potências em causa reconhecem a racionalidade na cooperação energética, como um meio de *win-win* (Pincus, 2020).

Assim, a variedade dos fatores mencionados até agora, são identificados como fundamentais para o volume de exportação de GNL russo para a China, como é refletido no Gráfico 5. De acordo com Wachtmeister (2023), as importações chinesas de GNL equivaleram

⁵⁴ A Rota do Mar do Norte, integra uma via relevante que interliga o atlântico ao pacífico, através do ártico. Efetivamente, esta rota faz parte uma estratégia central do Kremlin, uma vez o seu desenvolvimento possibilita a redução de custos e tempo de transporte de mercadorias, resultando numa valorização geopolítica e geoeconómica. Por efeito, para Moscovo, a rota é uma prioridade de política externa, visto que representa uma vantagem competitiva na mitigação das sanções ocidentais. Para mais informações, consultar Yermakov, V. & Yermakova, A. (2021). *The Northern Sea Route: A state priority in Russia's strategy of delivering Arctic hydrocarbons to global markets*. Oxford Energy Institute. <https://www.oxfordenergy.org/>

a um crescimento de 44%, entre 2021 e 2022, porém em respeito ao valor do comércio, registou-se uma subida do preço de 140%. Nesse sentido, o registo de crescimento das importações deve-se ao aumento do valor do GNL russo, como consequência das sanções ocidentais.

Por último, o petróleo continua a ser o recurso energético mais comercializado entre a Rússia e a China. O petróleo ganhou relevância a partir de 2009, período em que assumiu um papel central na cooperação energética sino-russa, desde então, o maior marco deve-se à construção do oleoduto Eastern Siberia-Pacific Ocean (EPSO), em 2012. Conforme Kluge (2012), a configuração do projeto possibilitou em 2024, o transporte anual de 80 milhões de toneladas de petróleo para a China, tornando-se assim, um vetor estratégico na interdependência energética. Efetivamente, o projeto EPSO, foi expandido através de um crédito financeiro por parte da CNPC para as empresas públicas russas, nomeadamente a Rosfnet para a ramificação Skovorodino-Daqing, que interliga a EPSO diretamente ao território chinês. Em troca, o acordo garantiu que Moscovo forneceria 15 milhões de toneladas por ano, durante 20 anos. Ainda, em 2013, o mesmo acordo foi reforçado com novos compromissos de volumes adicionais de fornecimento de petróleo, correspondendo no mínimo a 30 milhões de toneladas através das rotas adicionais via Cazaquistão. Nesse sentido, a expansão da via de fornecimento contribuiu para que a Rússia, em 2014, se tornasse o terceiro maior fornecedor de petróleo da China, equivalendo a 11% das importações chinesas. Por efeito, o crescimento da cooperação energética, entre 2015 e 2016, determinou que a Rússia chegasse a ultrapassar esporadicamente a Arábia Saudita, como maior fornecedor de petróleo para a China (Roseth, 2017).

Além disso, conforme o gráfico 5, o período de 2022 determinou um crescimento exponencial das exportações de petróleo para Pequim. De acordo com Simola (2025), na sequência das sanções ocidentais face à invasão ucraniana, as proporções da China nas exportações de petróleo russo registaram um aumento de 21% em 2021, para 32% em 2024. Como tal, desde o início do conflito russo-ucraniano até 2023, a China importou aproximadamente 67 mil milhões de euros em petróleo russo, seguido de um desconto de 11%. Visto de outro ponto de vista, entre 2021 e 2022, registou-se um incremento de 8% das importações chinesas de petróleo, porém o valor do petróleo russo aumentou 44% no mesmo período. De um modo geral, face às implicações macroeconómicas para a Rússia, a China adotou uma posição favorável, na medida em que reforçou a escoação das reservas energéticas.

4.2.3 O Setor Agrícola no Quadro da Cooperação Económica

A imposição de sanções ocidentais, em 2014 foram um fator catalisador para a

reconfiguração da política económica russa no setor agrícola, conferindo-lhe uma crescente dimensão geoestratégica. Segundo Wegren & Elvestad (2016), o Kremlin promoveu o aumento da produção nacional de bens alimentares, mas também atribuiu um valor geoeconómico acrescentado ao Extremo Oriente Russo, em virtude da proximidade geográfica à Ásia. Nesse mesmo período, a política de substituição de importações entrou em vigor, e interpretada não apenas como uma reação à deterioração das relações com o ocidente, mas como uma estratégia de fortalecimento da soberania económica russa, promovendo a autossuficiência do setor em questão.

Por efeito, a segurança alimentar passou a ser interpretada como uma questão de segurança nacional, como já era considerado ao abrigo da *Doutrina de Segurança Alimentar* (2010). O setor agrícola é deste modo, parte de um programa qualitativo e quantitativo, na medida em que a modernização do mesmo, é um componente essencial para a segurança nacional. Para tal, a agricultura é monitorizada através da análise de indicadores de autossuficiência, permitindo a operacionalização securitária alimentar como instrumento da política externa russa.

Do mesmo modo, a *Doutrina de Segurança Alimentar* (2020), reafirma os pressupostos de 2010, contudo introduziu alterações que refletem a alteração sobre a perceção russa do sistema internacional. Dufy (2023), salienta que a versão de 2010 afirmava que o comércio internacional era uma oportunidade competitiva, contudo, a revisão posterior passa a interpretá-lo como um risco na medida em que as pressões sancionatórias exacerbaram o risco de ameaças para o desenvolvimento económico do Estado.

O mesmo verifica-se no documento e a forma como classifica as sanções ocidentais como um fator de ameaça: “o desenvolvimento económico do país, o aparecimento de novos riscos e ameaças à segurança alimentar causados pelas sanções impostas em 2014, por vários países ocidentais contra o nosso país, a abertura do nosso mercado alimentar nacional” (*Doutrina de Segurança Alimentar*, 2020, citado em Dufy, 2023. 177). Nesse novo contexto, as alterações no sistema internacional fomentaram uma redefinição dos objetivos do documento, desde então mais centrados na configuração de políticas de mitigação de ameaças externas, bem como a promoção de exportações diversificadas (Dufy, 2023).

Além disso, o discurso associado à segurança alimentar atribui um crescente papel geopolítico à agricultura e terras agrícolas. Por um lado, é um elemento constitutivo da identidade nacional, por outro, é um componente que articula parcialmente a posição da Rússia no sistema internacional. Esta conceção estratégica reflete-se na retórica oficial do Kremlin, onde as posses

de largas extensões territoriais são denominadas como uma vantagem num contexto internacional de competição. Como expressou Putin:

precisamos de conquistar mercados estrangeiros, e porque não – com tanta terra, e uma terra arável tão colossal que ainda pode aumentar. Neste sentido, somos o país mais rico – não em termos de petróleo e gás, mas em termos de possibilidades para a agricultura (Putin, 2015, citado em Zhou, 2022, p.9)

Essa visão evidencia uma leitura geoeconómica do setor agrícola, como instrumento de influência externa. Não obstante, a centralidade estratégica atribuída, não se limita ao discurso, visto que também se reflete em medidas políticas de gestão territorial. Conforme Zhou (2021a), desde o início da década de 2010, o Kremlin tem vindo a retificar a regulamentação governativa de uso das terras agrícolas, com destaque para a revisão do Código da Terra (2016), estabelecendo o direito ao governo de expropriação de terrenos não utilizados. Do mesmo modo, no mesmo ano, Moscovo incentivou programas de reativação agrícola das terras, com recurso a subsídios diretos a agricultores, através do Programa de Hectare do Extremo Oriente (2016). Assim, o programa é realizado com o fim de não só permitir o desenvolvimento do setor agrícola da sub-região, mas também reaproveitar os terrenos, numa perspetiva de uso “racional de terras agrícolas de acordo com o objetivo pretendido” (Putin, 2002, citado em Zhou, 2021, p.10).

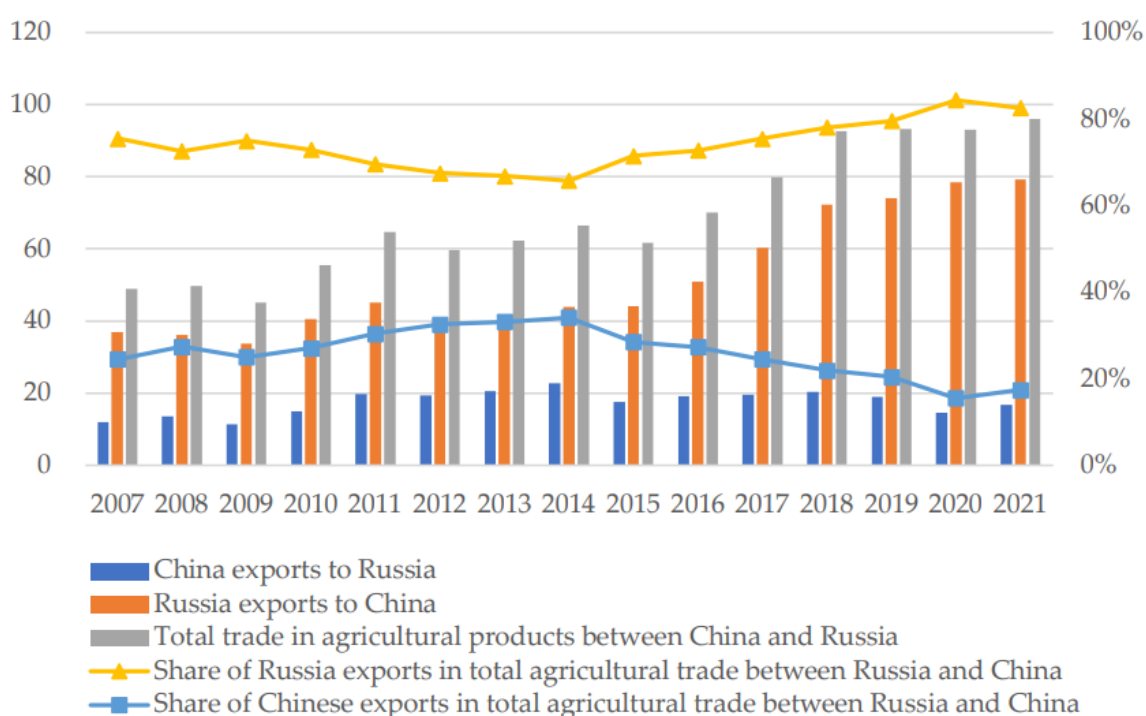
De acordo com Svetlov (2022), as políticas de racionalização agrícola⁵⁵, foram seguidas de um crescimento da produção nacional, impulsionado em grande medida pelo aumento das exportações subjacentes às políticas de desenvolvimento. Efetivamente, entre 2000 e 2018, as exportações de bens agrícolas aumentaram de 3% para 27%, destacando-se a comercialização dos cereais e oleaginosas, e resultando em taxas de exportação acima de 75%, refletindo o seu valor geoeconómico. Em adição, estima-se que 34% do crescimento da produção agrícola, em 2018, tenha sido induzida pela procura externa, confirmando o papel do comércio para o desenvolvimento agrícola, assim como a capacidade autossuficiência agroalimentar. Por último, conforme Uzuna et al. (2019), esta dinâmica de produção agrícola contrasta com a década de 1990, na medida em que entre 1991 e 2018, registou-se um crescimento de 55%. De tal modo, a participação do setor agrícola no PIB, passou de 3% em 2013, para mais de 4% em 2017, evidenciando que as imposições das sanções ocidentais levaram à necessidade de

⁵⁵ Atualmente, as políticas de racionalização agrícola prendem-se ao programa denominado por “agricultura 4.0”. O programa é inserido numa estratégia contemporânea de digitalização de diferentes áreas científicas no desenvolvimento agrícola das sub-regiões russas, com o fim de promover uma produtividade sustentável. Para o Kremlin, esta estratégia trata-se de uma aposta de inovação do setor agrícola, de modo a reduzir as vulnerabilidades externas e aumentar a competitividade internacional. Para mais informações, consultar Orlova, N. & Nikolaev, D. (2022). Russian agricultural innovations prospects in the context of global challenges: agriculture 4.0. *Russian Journal of Economics*, 8(1), 29-48. Doi: 10.32609/j.ruje.8.78430

investimento interno no setor em questão.

Por efeito, a relevância deste setor, veio a somar-se à variedade de interesses comuns entre a Rússia e a China. Em primeiro lugar, justifica-se pela necessidade de importação de produtos agroalimentares por parte da China. Segundo Makarov (2018b), o crescimento económico chinês, sustentado pela rápida urbanização e industrialização, teve impacto nos padrões alimentares da população, com uma crescente procura de bens alimentares. Entre 1980 e 2013, o consumo per capita da proteína animal aumentou 426%. Além disso, desde 2000 a 2013, o consumo de milho cresceu 76% e o de soja 187%, porém, embora se registre um crescimento económico, a autossuficiência alimentar tornou-se comparativamente atrasada. De tal modo, Pequim passou a depender cada vez mais das importações agrícolas, abrindo espaço estratégico para o reforço da cooperação comercial com a Rússia, como se evidencia a partir do gráfico 6.

Gráfico 6 *Volume de Trocas Comerciais Agrícolas entre a Rússia e a China*



Fonte: UN Trade Database (2021, citado em Fu & Tong, 2024)

De acordo com o gráfico 6, a troca comercial agrícola russo-chinesa intensificou-se, refletindo uma complementaridade entre ambos Estados, bem como uma interdependência em crescimento. Segundo Fu & Tong (2024), a partir de 2014, o comércio bilateral aumentou face aos resultados prévios ao período das sanções ocidentais. Ainda, em 2021, o comércio bilateral de produtos agrícolas atingiu mais de 9 mil milhões de dólares, e 82,6% corresponde a

exportações russas, refletindo o crescente papel de Moscovo, como fornecedor da China nesta dimensão.

Por outro lado, a quota das exportações chinesas, caíram ao longo dos anos registados, chegando a registar um valor de 20%. Isto indica que na dimensão agrícola, o comércio bilateral é configurado por uma estrutura desequilibrada. Não obstante, o ano de 2021, marcou o período em que Pequim tornou-se o segundo maior destino de exportações agroalimentares russas. Makarov (2018b), salienta que esta dinâmica comercial assenta na ótica de uma parceria de conveniência, uma vez que a Rússia tem registado um crescimento exponencial de recursos alimentares, enquanto a China regista um valor crescente de mão de obra, criando condições favoráveis para uma cooperação comercial mutuamente vantajosa.

Além do volume de trocas, ambos Estados têm dado prioridade ao fortalecimento de estratégias intergovernamentais conjuntas, com o intuito de promover melhorias para a estrutura do comércio bilateral. De acordo com Zhou (2021b), isto não só reflete o papel geopolítico que a Rússia e a China atribuem ao setor agrícola, mas também evidencia um esforço conjunto na comunicação regular para salvaguardar o interesse económico nacional. Assim, o Kremlin definiu o desenvolvimento do Extremo Oriente Russo, como uma meta para reforçar a capacidade de exportações.

Em 2018, estabeleceu o objetivo de aumentar as exportações agrícolas da sub-região de 3,8 mil milhões de dólares para 5,9 mil milhões, até 2024. Para tal, através da cooperação sino-russa, foi criado um mecanismo institucional de atração de investimento estrangeiro, particularmente o Fundo Agroindustrial Rússia-China, em 2016. Este fundo, tem o fim de financiar empresas russas agrícolas, sendo que até 2022, contava um capital de 10 mil milhões de dólares, dos quais 90% eram de origem chinesa. Por isso, a criação deste fundo institucional, incentivou para o investimento de empresas agrícolas chinesas na sub-região, posicionando o setor em questão como segundo principal alvo de investimento chinês, correspondendo a 23% do investimento direto estrangeiro (Zhou, 2021b).

Além disso, a cooperação sino-russa continuou a institucionalizar-se a partir de outros mecanismos no Extremo Oriente Russo. Em 2018, os presidentes Vladimir Putin e Xi Jinping assinaram o Plano de Cooperação e Desenvolvimento Sino-Russo no Extremo Oriente Russo (2018), no âmbito do 4º Fórum Económico do Oriente. Este documento estabeleceu sete áreas prioritárias para a cooperação bilateral, incluindo o compromisso com o setor agrícola russo, como área de destino para o investimento chinês. De acordo com o conteúdo do plano, “ambas as partes apoiam as empresas chinesas na realização de cooperação em toda a cadeia da indústria agrícola no Extremo Oriente Russo e realizarão uma série de debates para aumentar o

investimento na produção agrícola” (Plano de Cooperação e Desenvolvimento Sino-Russo no Extremo Oriente Russo, 2018, p.13).

Conforme Guan (2022), o plano reconhece a falta de autossuficiência agroalimentar do EOR, por isso, esta característica é uma oportunidade para reforçar a presença económica chines na sub-região, enquanto ao mesmo tempo, torna-se um incentivo para o crescimento das exportações agrícolas para a China. Por outras palavras, considera-se que este programa concedeu uma posição estratégica ao setor agrícola, já que é um impulso ao desenvolvimento da sub-região e reforça a segurança alimentar chinesa.

4.3 Cooperação Multilateral

4.3.1 O Eixo Russo-Chinês no Quadro da ONU

O declínio da ordem internacional liberal tem vindo a ser referido, desde o início dos anos 2000. Conforme Roshchin (2025), para o tema do multilateralismo, verifica-se que a estagnação da democracia a nível global e o crescimento do autoritarismo têm sido das maiores causas. No caso de democracias consolidadas, têm-se assistido ao enfraquecimento das suas instituições, enquanto paralelamente, regimes autoritários como a Rússia e a China reforçam a sua projeção internacional. Assim, encontra-se um desafio aos fundamentos normativos do sistema de multilateralismo, particularmente a promoção de direitos humanos e da governação democrática.

Conforme Ginsburg (2020), este contexto levanta incertezas sobre a sustentabilidade do multilateralismo, parcialmente devido ao ressurgimento das autocracias e o papel crescente das mesmas no sistema internacional. Tal evidencia-se na sua investigação, ao verificar o crescimento económico das autocracias, nomeadamente o PIB, em comparação ao declínio económico das democracias ocidentais. Por outro lado, identifica que menos de metade da população global, em 2019, vive em democracias plenas, levantando a hipótese de que o atual contexto internacional poderá situar-se numa fase de autoritarismo emergente, com um papel no direito internacional cada vez mais importante, incluindo nas dinâmicas multilaterais.

Desse modo, o multilateralismo, outrora reconhecido como um mecanismo institucional para a preservação da paz e defesa de valores democrático, encontra-se sob uma pressão externa⁵⁶. De acordo com Moreland (2019), o multilateralismo está em risco, uma vez

⁵⁶ As origens do multilateralismo remontam para o período de pós-1945, também denominado pela crescente ordem internacional liberal, como sistema originado após o fim da Segunda Guerra Mundial. Como tal, o sistema internacional promoveu a criação de instituições multilaterais, e normas de cooperação internacional, lideradas pelos Estados Unidos. Efetivamente, a ordem liberal baseou-se na criação de um sistema cujas normas

que é parcialmente classificado como um instrumento a fim de defender os interesses nacionais de cada Estado.

Outra dimensão da crise do multilateralismo prende-se na atuação de “unilateralismo assertivo” dos Estados Unidos. Embora, historicamente sejam um dos Estados promotores da ordem internacional liberal, demonstraram em vários momentos que os seus interesses estratégicos entraram em fricção com os fundamentos institucionais. A intervenção da NATO no Kosovo (1999), e particularmente a invasão do Iraque (2003), são exemplos que ilustram a disposição norte-americana para contornar os mecanismos multilaterais, contribuindo para a erosão da legitimidade do multilateralismo democrático (Ikenberry, 2003).

Ainda assim, segundo Brunnée (2018), desde o início da primeira presidência de Trump, em 2017, verificou-se uma aceleração de estratégias unilateralistas, não só a partir da retórica, mas também de políticas concretas. Tal evidenciou-se na retirada do Acordo de Paris, a saída do Conselho de Direitos Humanos da ONU, bem como o recurso a guerras comerciais, através da imposição de tarifas. Desse modo, determina-se a hipótese de que o distanciamento da administração Trump do multilateralismo, contribuiu para a crise da ordem internacional liberal. Ao distanciar-se dos compromissos multilaterais, os EUA impactaram negativamente a legitimidade do sistema que historicamente construíram, gerando incerteza entre os aliados ocidentais e abrindo espaço para que potências autoritárias prossigam o multilateralismo institucional segundo os seus interesses nacionais.

Não obstante, a ausência de reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), também tem sido alvo de críticas, em respeito à falta de representatividade e legitimidade, na medida em que a sua composição manteve-se inalterada, desde os anos de 1970. Além disso, a concentração de poder dos membros permanentes do CSNU, também tem reforçado as críticas à instituição, nomeadamente como condição do direito de veto e a forma como é instrumentalizado para servir aos interesses individuais dos membros. Esta composição não só fragiliza a confiança depositada na instituição, mas impacta negativamente o multilateralismo, ao comprometer o uso da ação coletiva (Roshchin, 2025).

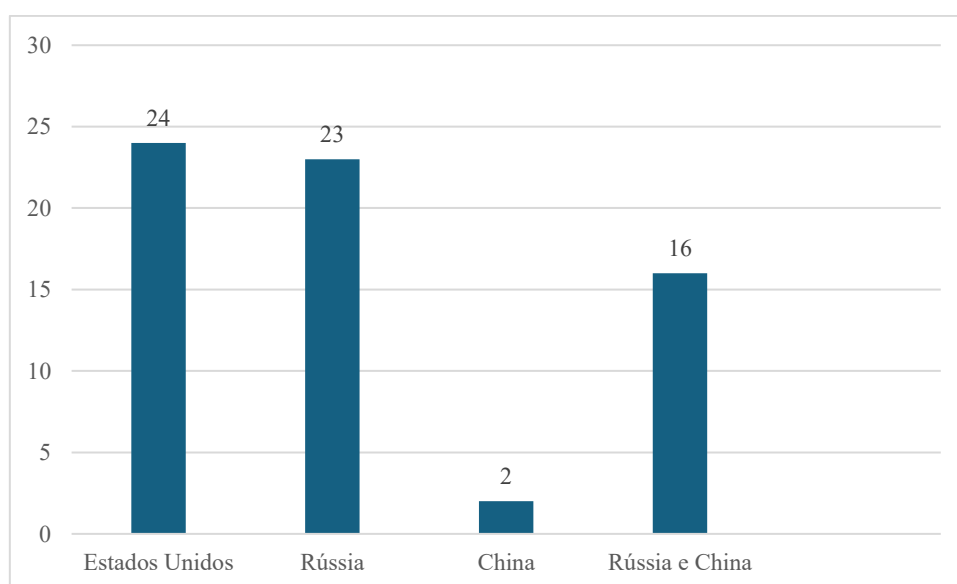
Neste contexto, o multilateralismo tem-se afirmado como um meio de cooperação russo-chinesa, para a oposição à hegemonia dos Estados Unidos. A cooperação entre Moscovo e Pequim, reflete-se numa coordenação diplomática, caracterizada pelo alinhamento e gestão conjunta de intervenções ou opiniões em fóruns internacionais, como o CSNU. Um exemplo

comuns, visam a preservação da paz, contudo, as legitimações destas normas vieram a ser criticadas com o crescente unilateralismo dos Estados Unidos no século XXI. Para mais informações, consultar Ikenberry (2003).

paradigmático, é o caso da Síria⁵⁷, uma vez que evidencia uma coordenação estratégica no uso crescente do direito de veto. De acordo com Chaziza (2014), esta postura enquadra-se numa lógica de *soft balancing*, onde o recurso ao veto por parte de ambos Estados, procura conter as dinâmicas de poder ocidental, nomeadamente os Estados Unidos, sem necessariamente recorrer a mecanismos coercivos. Trata-se, de uma forma indireta de limitar a hegemonia norte-americana, em assuntos prioritários, tanto para Moscovo, como Pequim, por exemplo a centralidade da soberania estatal e a não-intervenção.

Com isto, no plano de cooperação multilateral, evidencia-se que o CSNU representa um meio de resistência ao ocidente. Em ambos casos, o direito de veto é interpretado como um meio de equilíbrio de poder, isto é, conter o alcance dos interesses liberais, e promover um “mundo sem o ocidente” (Korolev, 2019). O mesmo ponto de vista é refletido a partir do gráfico 7, ao indicar a quantidade de vetos conjuntos da Rússia e China entre 1991 e 2024.

Gráfico 7 *Vetos Individuais e Vetos conjuntos de Membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1991-2024)*



⁵⁷ A guerra civil da Síria iniciou-se em 2011, definindo-se como uma emergência humanitária, e representando cada vez mais, um risco à estabilidade regional do Médio Oriente. Tal prende-se à disposição de Bashar al-Assad, para manter-se no poder através do uso da força. Além disso, o regime dispõe de apoio político a nível regional, nomeadamente o Irão como maior apoiante do sistema de governo sírio, e da sua ligação à corrente xiita do Islão. Por outro lado, em termos globais, a guerra civil, evidenciou-se como mais um caso da cooperação bilateral entre a Rússia e China, no âmbito do CSNU, uma vez que vetaram nas consecutivas resoluções que visavam condenar o regime de Assad. Porém, a convergência russo-chinesa também veio a ganhar corpo, na medida em que justificaram os vetos, com base na defesa dos princípios de soberania estatal e ingerência nos assuntos internos de outros Estados, como meio de oposição ao sistema normativo ocidental. Para mais informações, consultar Allison, R. (2013). Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis. *International Affairs*, 89(4), 795–823. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12046>

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Fong & Merrow, 2024).

De acordo com os dados do gráfico 7, a análise comparativa dos vetos no CSNU entre 1991 e 2024 identifica padrões divergentes entre os membros considerados na investigação. Em primeiro lugar, os Estados Unidos é o membro que mais exerceu o direito de veto individualmente, reconhecendo um foco estratégico em questões relacionadas com o Médio Oriente. Durante este período, nomeadamente as décadas de 1990 e 2000, o veto norte-americano focou-se na proteção de Israel de resoluções críticas, sendo que desde então, um terço dos vetos são associados a este tema. Efetivamente, o último veto ocorreu, em 18 de abril de 2024, visando bloquear uma proposta com o fim de reconhecer a Palestina como Estado-membro das Nações Unidas. Por sua vez, de forma individual, a Rússia exerceu o seu direito de veto 23, enquanto a China exerceu o mesmo 2 vezes. Dessa forma, a análise do gráfico evidencia que a China, tem uma postura mais conservadora, na utilização do veto individual. Contudo, esta tendência é distinta comparativamente às oportunidades de coordenação com Moscovo, registando 16 vetos conjuntos (Roschin, 2025).

Conforme Blackwill & Fontaine (2024), desde 2007, a Rússia e Pequim exerceram o direito de veto em conjunto em dezasseis situações, porém entre estas resoluções, todas visaram limitar as propostas alinhadas com o interesse dos EUA. Os casos foram desde o bloqueio de uma resolução para a libertação de prisioneiros políticos em Myanmar (2007), para a rejeição da condenação de repressão política em Zimbabué (2008). Por outro lado, segundo Chen & Yin (2020), o caso sírio é um dos exemplos mais significativos do alinhamento sino-russo em matérias de veto, refletindo o apoio mútuo não só em assuntos de crise humanitária, mas especialmente debates à volta de agendas normativas mais amplas. É, portanto, uma oposição conjunta ao quadro normativo subjacente à doutrina de responsabilidade de proteger (R2P). Em reconhecimento da intervenção da NATO na Líbia, em 2011, Moscovo e Pequim reforçaram a interpretação de que o ocidente, instrumentaliza a R2P, com o fim alterar o sistema de governação dos regimes, fomentando a oposição às resoluções do caso sírio.

Desse modo, a reinterpretção sobre a R2P refletiu-se em vetos contínuos face a propostas ocidentais contra o regime de Bashar al-Assad, com base nos fundamentos de soberania nacional e a rejeição de intervenções externas. Por isso, entre 2011 e 2020, vetaram em conjunto, oito resoluções do CSNU, para propostas sobre cessar-fogos, responsabilização de uso de armas químicas e mecanismos externos de ajuda humanitária. Do mesmo modo, Moscovo, por seu lado, assumiu uma postura mais assertiva, ao invocar os incidentes com o caso da Líbia, como justificação para os vetos sucessivos:

A situação na Síria não pode ser considerada no Conselho separadamente da Líbia. A comunidade internacional está alarmada com as declarações que o cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança sobre a Líbia na interpretação da NATO é um modelo para futuras ações (...) é fácil ver que o modelo atual do “Protetor Unificado” poderia acontecer na Síria (Putin, citado em Chen & Yi, 2020, p.7).

Por último, a cooperação entre Moscovo e Pequim no CSNU, tem sido alargada além do caso sírio. Em 2019, ambos exerceram o veto na resolução dos EUA, em respeito às eleições livres na Venezuela. Posteriormente, em 2022, vetaram o reforço de sanções contra a Coreia do Norte, após a violação do direito internacional, como resultado de testes com o lançamento de um míssil balístico intercontinental. Ainda, entre em 2023 e 2024, vetaram propostas lideradas pelos EUA, relacionadas com o conflito israelo-palestiniano, especificamente condenando um ataque do grupo Hamas e um pedido de cessar-fogo humanitário (Blackwill & Fontaine, 2024).

De acordo com Machaffie (2022), o crescente alinhamento russo-chinês no CSNU também pode ser evidenciado pelo grau de convergência nos padrões de votos gerais. Desde 1991, todos os votos do Kremlin foram seguidos de um alinhamento chinês, seja através de veto ou abstenção, porém, Pequim não apresentou padrões de voto convergentes com nenhum dos restantes membros permanentes. Entre 1991 e 2008, a taxa de convergência russo-chinesa correspondia a 80%, não obstante, a partir de 2009 até 2024, a mesma taxa aumentou para 95%. Outrossim, este valor é comparativamente superior à taxa de convergência entre a Rússia e EUA (40%). Deste modo, os dados evidenciam que o CSNU é interpretado como um meio estratégico para contestar a hegemonia norte-americana, através dos direitos que lhe são concedidos como membros permanentes do órgão institucional, especialmente o direito de veto.

4.3. 2 O Eixo Russo-Chinês no Quadro dos BRICS

De acordo com Srinivas (2022), a cooperação russo-chinesa também adquiriu relevância nos BRICS, visto que prende-se à projeção de um grupo de potências emergentes, como a China, Índia e Brasil, legitimando o “sul global”⁵⁸. Por efeito, a sua origem, em 2006, foi concebida com a iniciativa do presidente russo, Vladimir Putin, através de conversações diplomáticas com o então presidente chinês, Hu Jintao, em São Petersburgo. Apesar do

⁵⁸ O conceito de “sul global” remete para o grupo de Estados com experiências comuns, nomeadamente histórias de colonização, economias em desenvolvimento e interpretação de marginalização por parte do ocidente. Desde o século XX e o movimento dos Não-alinhados, o sul global foi utilizado como termo de contributo para a construção de uma identidade coletiva, baseada na solidariedade, respeito pela soberania e promoção do multilateralismo, como conjunto de princípios críticos às normas e valores ocidentais. Para mais informações, consultar Moore, C. (2017). Internationalism in the Global South: The evolution of a concept. *Journal of Asian and African Studies*, 53(6), 852–865. <https://doi.org/10.1177/0021909617744584>

acrónimo BRICS, ter sido inicialmente configurado pelo economista Jim O'Neill, em 2001, foi a cooperação russo-chinesa que, posteriormente impulsionou a criação do grupo de Estados. Por um lado, Putin foi particularmente defensor da visão de um grupo de governos, como um meio de promoção de uma ordem multipolar. Por outro lado, no mesmo ano, o Ministro de Negócios Estrangeiros chinês, Jang Jiechi, enfatizou numa cimeira do Movimento dos Não Alinhados, a sua visão de que os Estados em desenvolvimento iriam assumir progressivamente um papel de liderança na ordem internacional, com base na cooperação e desenvolvimento conjunto.

A mesma ideia foi reiterada a partir de um relatório publicado pelo Banco Mundial (2011), ao verificar a hipótese de uma reconfiguração da estrutura económica global, determinada pelo crescimento das potências emergentes:

A economia mundial está no meio de uma mudança transformadora. Um dos resultados é a ascensão de países com mercados emergentes dinâmicos ao leme da economia global. Até 2025, economias emergentes como o Brasil, a China, a Índia, a Indonésia e a Federação Russa serão provavelmente contribuintes significativos para o crescimento global, a par das economias avançadas (Banco Mundial, 2011, citado em Srinivas, 2022, p.36).

Para o Kremlin, os BRICS concedem uma plataforma estratégica destinada a ser uma alternativa aos mecanismos multilaterais dominados pelas potências ocidentais, como era o caso do G8, o G20 e as restantes instituições financeiras de Bretton Woods. Entre estas, a influência russa tem sido limitada, uma vez que interpreta a sua marginalização nas mesmas instituições (Zagorski, 2010). Como tal, o interesse estratégico nos BRICS, confere à Rússia, uma oportunidade de integrar-se numa instituição, onde possa assumir um papel central. Contudo, segundo Kanet (2017), o desenvolvimento dos BRICS é mais do que uma representação de um fórum diplomático do “sul-Sul”, é especialmente um instrumento de uma estratégia geopolítica mais ampla que Moscovo tem incentivado. Tal evidencia-se no objetivo de reafirmação do estatuto internacional russo, partindo de uma associação comparativa dos seus interesses estratégicos com os interesses das demais potências emergentes.

O mesmo é evidenciado na coordenação político-diplomática entre os Estados-membros, na promoção de uma visão crítica da ordem internacional liberal. Os BRICS defendem, a reconfiguração dos seus papéis, por uma posição mais ativa e influente na tomada de decisão para normas internacionais. Esta vindicação, assenta por isso, na interpretação comum de que os países constituintes do sul global são vítimas de um sistema normativo desproporcional, favorecendo sobretudo os EUA e os seus aliados (Sénica, 2025b). De acordo com Khan (2025), Moscovo e Pequim têm-se destacado nos BRICS, como principais potências

impulsionadoras de reformas na ordem internacional, na medida em que promovem uma interpretação alternativa da governança global. Esta quase-aliança posiciona-se como um bloco de contrapeso face à hegemonia ocidental, através das instituições multilaterais.

De tal modo, conforme Kneuer & Demmelhuber (2015), a convergência estratégica entre a Rússia e a China, pode ser interpretada de acordo com a teoria de “centros de gravidade autoritários” (CGA). O conceito aplica-se ao estudo de caso, pois esclarece a forma como determinados Estados instrumentalizam os mecanismos internacionais para influenciar a tomada de decisão de Estados vizinhos ou geopoliticamente próximos. Efetivamente, a teoria reitera que um CGA é definido como um regime autocrático ou com características autoritárias que se torna um centro de atração geopolítico. Em adição, a teoria determina que o Estado em causa difunde práticas autoritárias de forma indireta ou ativa, entre elas, normas, procedimentos e instituições, quer seja através de mecanismos bilaterais ou multilaterais. Nesse sentido, a cooperação russo-chinesa nos BRICS pode ser entendida como um meio de rejeição do modelo de governação global ocidental, em virtude de ser interpretado como uma ameaça aos princípios referidos anteriormente, nomeadamente a soberania estatal e não intervenção.

Por efeito, esta visão estratégica veio a evidenciar-se na retórica oficial russa, com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov, ao enfatizar que o peso político dos BRICS é em grande medida, devido à Rússia e China serem membros permanentes do CSNU. Posteriormente, enfatizou a necessidade de um esforço coletivo entre os membros dos BRICS, para “prevenir que a ONU, especialmente o Conselho de Segurança, seja utilizado pelo ocidente para disfarçar tentativas de derrubar regimes indesejados” (Lavrov, 2012).

O Kremlin reforçou a mesma ideia, com a publicação do *Conceito estratégico da participação da Federação Russa nos BRICS* (2013), ao formalizar o envolvimento dos BRICS como uma parte constituinte dos “princípios, objetivos e conteúdo das atividades de política externa da Federação Russa a longo prazo” (Concept of participation of the Russian Federation in BRICS, 2013). Ainda, no mesmo documento estabelece-se a ambição de reforçar a responsabilidade dos BRICS, nas demais instituições multilaterais ao definir como objetivo de cooperação internacional entre os Estados-membros: “promover, com base nos interesses comuns, as propostas apresentadas pela Federação Russa e por outros Estados participantes nos BRICS nas sessões da Assembleia Geral da ONU” (Concept of participation of the Russian Federation in BRICS, 2013). Além dos documentos e declarações estratégicas referidas, a tabela 2, demonstra que existem casos práticos que evidenciam a articulação dos BRICS em outros fóruns internacionais.

Tabela 2 *Estados-membros dos BRICS em Resoluções das Nações Unidas: o Caso Ucrainiano*

Código de Resolução	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
2014 – Res/68/262	Abstenção	Não	Abstenção	Abstenção	Abstenção
2022 – A/Res/ES- 11/1	Sim	Não	Abstenção	Abstenção	Abstenção
2022 – A/Res/ES- 11/L.5	Sim	Não	Abstenção	Abstenção	Abstenção
2022 – S/Res/2623	Sim	Veto	Abstenção	Abstenção	
2022 – A/Res/Es- 11/3	Abstenção	Não	Abstenção	Não	Abstenção

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Sjoli, 2023).

O primeiro exemplo da tabela 2 diz respeito à anexação da Crimeia, em 2014. Neste contexto, nenhum Estado-membro condenou a política russa na resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (Res/68/262), pelo contrário, abstiveram-se da votação, indicando uma coordenação coletiva face à pressão ocidental. Paralelamente, no ano seguinte, durante a cimeira dos BRICS, em UFA, o representante permanente da China junto às Nações Unidas, Zhang Jun, indicou o reforço da posição chinesa, junto dos BRICS, como um ato de solidariedade estratégica entre os membros: “as sanções unilaterais impostas à Rússia não se aplicam aos membros dos BRICS” (Jun, 2015, citado em Srinivas, 2022, p.159).

Em adição, a guerra russo-ucraniana, em 2022, teve resultados parcialmente opostos ao período de 2014, na medida em que expôs divergências internas dos BRICS, no que diz respeito ao alinhamento a favor da Rússia. De acordo com a tabela 2, todas as resoluções que resultaram do conflito russo o Brasil votou a favor da condenação da Rússia, excluindo a sua abstenção da resolução A/Res/Es-11/3. Além disso, os restantes membros dos BRICS, China, Índia e África do Sul, abstiveram-se, refletindo uma continuidade de neutralidade estratégica (Baranov, 2023).

Não obstante, as abstenções de Pequim são relevantes, não só pelas implicações geopolíticas, mas pela forma como evidência o compromisso na cooperação com o Kremlin.

Tal refletiu-se durante o conflito russo-ucraniano, através da publicação do plano de “cinco pontos”, a partir do qual o Ministro de Negócios Estrangeiros, Wang Yi, declarou uma posição chinesa neutra. Por um lado, reforçou o compromisso chinês com os princípios da *Carta das Nações Unidas* (1945): “A China sustenta que a soberania e a integridade territorial (...) e que os objetivos e princípios da carta da ONU devem ser cumpridos com toda a seriedade” (Wang, 2022). Por outro lado, evitou condenar as políticas de Moscovo e criticou a NATO, na medida em que também deve ser responsabilizada pelos efeitos da política de expansão atlântica: “Tendo em conta as cinco rodadas consecutivas de expansão da NATO para leste, as legítimas exigências de segurança da Rússia devem ser levadas a sério e devidamente atendidas” (Wang, 2022).

De acordo com Sjoli (2023), este recurso à retórica reflete o dualismo estratégico de Pequim, ao procurar posicionar-se como um promotor da estabilidade do sistema internacional, enquanto simultaneamente adota um comportamento alinhado aos interesses de Moscovo. Enquanto potência dos BRICS, a China adotou uma estratégia de resistência às políticas punitivas ocidentais, preservando uma continuidade da rejeição à condenação da Rússia, bem como uma retórica crítica do ocidente. Em contrapartida, visto a reconfiguração dos votos do Brasil, parte-se do princípio que os BRICS funcionam como uma rede flexível de coordenação diplomática, resultando numa ambiguidade estratégica, particularmente em casos como a crise ucraniana. Não obstante, refletem que existem expectativas normativas, por exemplo a coordenação parcial face a políticas ocidentais contra um dos próprios Estados-membros, onde a China tem vindo a reforçar os laços bilaterais com Moscovo, comparativamente ao resto do grupo.

4.3.3 O Eixo Russo-Chinês no Quadro da OCX

A Organização de Cooperação de Xangai (OCX), é mais uma plataforma multilateral, onde a Rússia e a China articulam os interesses estratégicos, embora num contexto regional, comparativamente aos BRICS ou órgãos da ONU. A OCX foi formalmente configurada, em 2001, como sucessora do grupo de cooperação político-diplomático Shanghai Five⁵⁹. Inicialmente, a OCX tinha um foco prioritário sobre a dimensão securitária, face à designação dos “três males”, interpretados como ameaças internas da região, nomeadamente o terrorismo,

⁵⁹ O Shanghai Five é o grupo antecessor da OCX, criado em 1996, por iniciativa multilateral, da Rússia, China, Cazaquistão, Quirgístão e Tajiquistão. O objetivo do grupo visava principalmente a resolução de disputas transfronteiriças, nomeadamente as que foram herdadas após a dissolução da URSS. Não obstante, o mesmo grupo também promoveu medidas conjuntas de segurança militar, consolidando-se como um bloco regional em matérias de segurança, posteriormente evoluindo para a atual OCX. Para mais informações, consultar Olczak (2025).

separatismo e extremismo. Contudo, através do seu desenvolvimento foi adotando uma agenda cada vez mais alargada, incluindo a cooperação económica, para a promoção de um ambiente favorável de aumento de trocas de bens e serviços entre os Estados-membros (Yuan, 2010; Olczak, 2025).

Segundo Aris (2009), este alargamento refletiu que a organização se tornou gradualmente uma parte estratégica da política externa dos Estados-membros, por isso, enquanto plataforma de coordenação diplomática, adotou um modelo intergovernamental e não supranacional. De tal modo, a organização realiza processos de tomada de decisão, conforme um modelo não vinculativo, de modo a limitar a sua funcionalidade a um bloco de interação interestatal. A mesma ideia é reforçada de acordo com o artigo 17 da *Carta da Organização de Cooperação de Xangai* (2002, citado em Aris, 2009, p.474), ao declarar que as “decisões adotadas pelos órgãos da OCX serão aplicadas pelos Estados-membros em conformidade com os procedimentos estabelecidos na legislação nacional”. Por efeito, o documento oficial complementa o conteúdo referido anteriormente, ao propor que as decisões são tomadas num contexto de cooperação, guiada pelos princípios gerais: “o espírito de confiança mútua, vantagem mútua, igualdade, consultas mútuas, respeito pela diversidade cultural e aspiração a um desenvolvimento conjunto”.

De acordo com Ambrosio (2008), embora os princípios gerais da organização já estejam declarados na carta da OCX (2002), defende que a estrutura identitária da organização assenta no chamado “espírito de Xangai”. Mais do que uma declaração de princípios, o conceito representa uma tentativa de propor um modelo alternativo, consolidado em valores comuns, neste caso, a soberania estatal e não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Da mesma forma, o conceito foi promovido na retórica do então, Secretário-Geral chinês da OCX, Zhang Deguang, ao expressar que o espírito de Xangai representa “uma componente de consolidação, uma fonte de unidade e de poder espiritual (...), um conceito de desenvolvimento e valores” (Zhang, 2006, citado em Ambrosio, 2008, p. 132).

Além disso, segundo Dadabaev (2014), a OCX tem vindo a adquirir gradualmente relevância geopolítica, na medida em que reflete um compromisso na construção da identidade coletiva da organização. Para tal, a partir de uma interpretação construtivista, identifica que a OCX sustenta-se por valores e normas partilhadas imbuídas no espírito de Xangai, e a forma como o conceito invoca narrativas comuns, face à interpretação do “outro”, abrindo espaço para o alinhamento em objetivos mútuos. Nesse sentido, a organização é definida como um modelo de governação global que rejeita o sistema normativo da ordem internacional liberal, paralelamente reforçando o compromisso na articulação político-diplomática centrada na

multipolaridade. Tal foi marcado pelo Secretário-Geral sucessor de Zhang, Bolat Nurgalyev, na cimeira de Astana, em 2009, ao assinalar que o principal desafio é “criar um espaço político, económico e informativo comum nos povos das seis nações, o sentimento de terem um destino partilhado. Embora nem todos os Estados-membros assumam abertamente uma posição antiocidental, a instituição tem vindo a refletir a formação de uma coligação desalinhada da estrutura normativa ocidental, particularmente através da cooperação estratégica russo-chinesa.

Efetivamente, conforme Weitz (2025), a cooperação entre Moscovo e Pequim na OCX tem sido um mecanismo de proteção interna face a ameaças externas. As duas potências reforçam a ideia de que a instituição não é uma aliança militar, mas sim um fórum diplomático, onde entre os principais interesses comuns destacam-se o separatismo étnico, o extremismo religioso e o terrorismo transnacional. Nesse sentido, considera-se que os mesmos interesses são instrumentalizados na organização, como parte integrante de uma estratégia bilateral mais ampla, nomeadamente a contenção das “revoluções coloridas”,⁶⁰ evidenciando a prioridade que é atribuída à estabilidade da política interna da região.

Em adição, esta linha de pensamento é reiterada através da teoria de “centros de gravidade autoritários” (Kneuer & Demmelhuber, 2015), visto a forma como interpreta que a OCX é uma plataforma de exercícios de sobrevivência dos regimes autoritários. Conforme a teoria, a Rússia, bem com a China, são as principais potências autoritárias da organização, uma vez em que procuram desempenhar o papel de liderança na consolidação de uma identidade regional. Para tal, ambos Estados agem como “críticos” no interior da instituição, excluindo a integração de modelos democráticos e promovendo práticas e normas alternativas, ao adotarem estratégias de atração geopolítica entre os restantes Estados-membros. Deste modo, a OCX pode ser hipoteticamente interpretada como um meio russo-chinês de diluição dos valores democráticos na Ásia Central, ao impulsionar a estabilidade autoritária subjacente à disseminação de valores partilhados.

Tal evidencia-se na ausência de uma referência à democracia na atuação da organização ou na *Carta da Organização de Cooperação de Xangai* (2002). Ao invés de promover o conceito democrático, enfatiza a “diversidade” dos Estados, particularmente associada à apreciação das origens civilizacionais. Assim, a ênfase pela diversidade é ancorada aos

⁶⁰ As revoluções coloridas são definidas como o conjunto de protestos políticos no antigo espaço pós-soviético. Como tal, da perspectiva de Moscovo e Pequim, estes movimentos populares foram causados por interferências externas, nomeadamente o ocidente, representando uma ameaça securitária ao equilíbrio de poder regional. Para mais informações, consultar Wilson, J. L. (2009). Coloured Revolutions: The View from Moscow and Beijing. *The Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 25(2–3), 369–395.
<https://doi.org/10.1080/13523270902861061>

termos de preservação dos regimes políticos, e consequentemente, à proibição da interferência nos assuntos internos de outros Estados (Ambrosio, 2017). Conforme a carta da OCX, só existe uma única referência à democracia, contudo verifica-se que o uso do termo refere-se à reconfiguração de uma nova ordem internacional:

Os principais objetivos e tarefas da OCX são os seguintes: o desenvolvimento da cooperação multifacetada para a manutenção e o reforço da paz, da segurança e da estabilidade na região e promoção de uma nova ordem política e económica internacional democrática, justa e racional (Charter of the Shanghai Cooperation Organization, 2002, p. 2).

Conforme Ambrosio (2008), a partir deste documento, a democracia é uma reinterpretação do termo clássico, distante da promoção da democracia liberal, na medida em que rejeita o sistema normativo ocidental, para preservar e legitimar os regimes dos Estados-membros da OCX. Em adição, argumenta que esta reinterpretação é um meio de “socialização” russo-chinês, para que os Estados da Ásia Central se identifiquem maioritariamente com o “espírito de Xangai” e condicionarem a interpretação de democratização ocidental na região.

Não obstante, embora se evidencie a dinâmica do eixo russo-chinês, existem diferentes perspetivas de cada potência, quanto ao papel e objetivos da organização. Daqui não resulta somente uma fricção de culturas estratégicas, mas também de diferentes prioridades domésticas, refletindo limitações da cooperação entre Pequim e Moscovo na OCX. De acordo com a tabela 3, existe uma sistematização de interesses estratégicos, entre a Rússia e a China, no quadro da OCX, com base em três dimensões: securitária, económica e sistema internacional. De tal modo, a tabela demonstra que existem pontos positivos de convergência, enquanto simultaneamente existem limites na cooperação, refletindo que a organização é uma plataforma pragmática de cooperação, mas com agendas nacionais parcialmente divergentes.

Tabela 3 *Convergência e Divergência de Interesses na OCX*

Interesses Comuns	Interesses Opostos
Segurança Estabilidade Securitária Regional: Estratégias contra os “três males” (Separatismo, extremismo e terrorismo)	Segurança Cooperação Tradicional em matérias de segurança (apoiada pela Rússia, rejeitada pela China)
Economia Desenvolvimento económico comum: Energia; Conetividade de Infraestruturas, Cooperação financeira	Economia Maior integração económica: Zona de comércio livre (apoiado pela China, rejeitado pela Rússia)
Sistema Internacional - Contenção da influência ocidental na região da Ásia Central - Promoção de uma ordem internacional multipolar	Sistema Internacional Visões divergentes sobre a estratégia de reforma da ordem internacional

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Maduz, 2018).

Em primeiro lugar, conforme a tabela 3, tanto a Rússia como a China encontram-se alinhadas na crítica à ordem internacional liberal. Ambas opõem-se aos pressupostos normativos de conceitos como as “revoluções coloridas” subjacentes aos meios de interferência ocidental nos assuntos internos dos Estados constituintes da Ásia Central. Segundo Weitz (2025), daqui surge a promoção de estruturas multilaterais não ocidentais, como a OCX, adaptadas a propostas de adesão alternativas, às instituições que naturalmente favorecem o ocidente. Segundo Vladimir Putin, os fins estratégicos da OCX baseiam-se na convergência dos Estados-membros, ao quererem fazer parte de uma “ordem mundial multipolar justa” (Putin, 2024, citado em Weitz, 2025, p.5).

Em contrapartida, a articulação russo-chinesa para a ordem multipolar é caracterizada por nuances na forma como cada uma das potências procura reformar a estrutura do sistema internacional (Li et al., 2020). Efetivamente, Moscovo promove a OCX como um meio de defesa de arquitetura eurasiática de segurança coletiva, e desenvolvimento regional independente de interferências externas. A mesma ideia foi reiterada por Putin (2024), ao referenciar a estratégia de “criar um novo sistema de garantias bilaterais e multilaterais de segurança coletiva na Eurásia”, com o auxílio da OCX como plataforma regional, de modo a

“eliminar gradualmente a presença militar de potências externas”. Para a China, a OCX também é uma ferramenta de manutenção do seu estatuto na Ásia Central, particularmente a influência económica e militar, porém, ao contrário da Rússia, aposta numa estratégia de reforma menos disruptiva das instituições existentes. Por isso, a aposta chinesa na OCX é mais orientada para uma estratégia de cooperação funcional com as restantes organizações internacionais, enquanto, de forma pragmática defende o seu interesse nacional na região.

Em adição, de acordo com Olczak (2025), a OCX também tem promovido a cooperação económica. Tanto a Rússia como a China reconhecem a importância geoestratégica da Ásia Central, não só como uma região vital para a prática da hegemonia regional russa, como também para a segurança energética de ambas as potências. Não obstante, o alinhamento económico na organização, tem sido um tema mais retórico do que prático, visto as ambições unilaterais de Pequim e Moscovo. Por um lado, desde a década de 2000, Pequim tem procurado investir de forma significativa na construção de infraestruturas energéticas na Ásia Central, com o fim de reduzir a dependência dos Estados por Moscovo. Esta ideia foi refletida por exemplo, na construção do oleoduto Cazaquistão-China, após o financiamento da CPNP, em 2005, evidenciando como a China tem recorrido à cooperação bilateral com os Estados da Ásia Central, fora do enquadramento da OCX.

De tal modo, do lado de Moscovo criou-se progressivamente uma interpretação negativa face à crescente influencia chinesa na região, resultando no constante bloqueio de iniciativas económicas chinesas na organização. O exemplo mais atual prende-se na iniciativa chinesa de criar uma zona de comércio livre entre os Estados-membros, em 2016 e proposta pelo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang. Contudo, a proposta foi rejeitada por Moscovo, visto que tal iniciativa poderia diluir a margem de influência da integração económica por parte da União Económica Eurasiática (UEE), que até a data, a China não faz parte. Assim, a rejeição da proposta chinesa reflete que Moscovo procura reduzir os mecanismos que reforcem desproporcionalmente a expansão chinesa na Ásia Central (Šćepanović, 2021).

Por último, como verificado a partir da tabela 3 a Rússia e a China têm uma visão comum na dimensão securitária no espaço da OCX, visto que ambos têm vindo a promover conjuntamente o espírito de Xangai, como um mecanismo multilateral na estabilização da Ásia Central. Conforme salienta Facon (2013), Moscovo e Pequim convergem na oposição à presença ocidental, ao ser acompanhada de uma agenda de democratização externa, classificada como ameaça aos regimes da região. Por isso, a cooperação russo-chinesa promove os princípios de não interferência nos assuntos internos e identificam que prioridades como o combate aos três males: separatismo, extremismo e terrorismo. Estas prioridades atribuem as

mesmas características às “revoluções coloridas”, entendidas como estratégias de interferência externa, com o fim de debilitar os regimes da Ásia Central, e substituir os mesmos por governos pró-ocidentais, através da democratização. Assim, na dimensão securitária, a OCX é um instrumento multilateral onde Moscovo e Pequim alinham-se na contenção de dinâmicas desestabilizadoras da região asiática.

Contudo, simultaneamente vieram a refletir-se as diferenças entre a Rússia e a China, quanto à direção a tomar na organização. Efetivamente, esta separação de interesses manifesta-se, na resistência de Pequim no consenso para uma coordenação militar institucionalizada, junto às estruturas lideradas por Moscovo. A primeira ocasião exibiu-se em 2007, quando a China rejeitou acompanhar as missões de paz da OCX, em conjunto com os elementos da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Do mesmo modo, em 2014, a China recusou a mesma iniciativa, proposta pelo então Ministro da Defesa russa, Sergei Shoigu, para exercer uma fusão parcial entre a OCX e a OTSC, nas estratégias de contenção das “revoluções coloridas” (Lanteigne, 2018). Assim, a posição chinesa quanto às iniciativas securitárias russas, evidenciam um carácter de cautela em respeito à militarização da organização, visto que não se alinha totalmente com os seus interesses estratégicos.

Embora exista uma dinâmica de cooperação derivada de uma visão comum, também existem fatores que têm limitado o progresso do eixo russo-chinês na OCX. De acordo com Kolotova et al. (2020), a crescente integração económica da China na Ásia Central, tem gerado uma fricção com o interesse hegemónico da Rússia, receando uma marginalização do seu papel na região. Além disso, ainda coexistem diferenças quanto ao planeamento sobre a futura direção da organização. Isto manifesta-se na preferência natural de Moscovo para instrumentalizar a OCX como plataforma de poder regional face à expansão ocidental. Do mesmo modo, a China demonstra um interesse privilegiado na dimensão económica, como vetor prioritário do seu interesse nacional. Nesse sentido, como Freire (2021) salienta, a OCX é uma ferramenta de contenção dupla, ao identificar-se por um lado, como um meio de gestão competitiva, entre a Rússia e a China; por outro lado, funciona como um obstáculo à interferência ocidental, na Ásia Central, particularmente os Estados Unidos.

Conclusão

O presente estudo, centrado na temática do vetor asiático da política externa russa, teve como objetivo principal, compreender as relações bilaterais com a China, no período entre 2014 e 2022, com o fim de determinar de que modo a política asiática russa tem moldado a estratégia externa de Moscovo. Neste capítulo, pretende-se interpretar e dar significado ao conteúdo dos capítulos anteriores, fundamentando os mesmos teoricamente.

Tendo em consideração o conteúdo da dissertação, é perceptível que a política externa russa não é exclusiva ao eixo europeu, visto que ao integrar uma agenda multivetorial, inclui o vetor asiático, presente historicamente e adquirindo protagonismo desde a anexação da Crimeia. Nesse sentido, a relação bilateral com a China é interpretada como o motor do processo de orientação para Ásia, marcada por uma linha pragmática, visto que para Moscovo, Pequim representa um potencial parceiro estratégico para mitigar o impacto do isolamento ocidental e contribuir para a defesa de uma ordem multipolar. Não obstante, apesar do reforço do vetor asiático, a cooperação com a China expõe vulnerabilidades internas da Rússia, bem como assimetrias na relação bilateral.

No seguimento dos objetivos específicos do estudo, pretendeu-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: De que modo, a orientação do vetor asiático, influenciou a política externa russa nas relações bilaterais russo-chinesas entre 2014 e 2022? Por um lado, considerou-se a necessidade de analisar a influencia do vetor asiático no eixo russo-chinês, considerando as implicações de uma cooperação multidimensional, dando origem à hipótese 1. Na análise do tema, confirma-se que durante o período proposto para o estudo, ocorreu uma intensificação das relações russo-chinesas, como efeito da orientação do vetor asiático, confirmando a hipótese em questão.

Em primeiro lugar, verificou-se que a crise ucraniana afetou as relações russo-ocidentais, como efeito dos impactos das sanções económicas na Rússia. Face a uma recessão económica, refletiu-se uma queda significativa do PIB comparativamente às restantes potências globais, bem como o impacto na atratividade financeira russa, detalhada na redução do IDE, como resultado dos riscos associados à instabilidade geoeconómica (Hanson, 2019; Havlik, 2019). Neste contexto, o vetor asiático traduziu-se como parte de uma estratégia multidimensional de revitalização da economia russa.

Por um lado, em detrimento da dependência por exportações de recursos energéticos no mercado ocidental, a Ásia-Pacífico foi classificada como destino estratégico, visto a sua crescente centralidade geoeconómica e mais-valia para o interesse energético russo (Mitrova &

Yermakov, 2019; Connolly, 2021). Tal foi reiterado, em documentos oficiais, como é o caso da *Estratégia de Segurança Nacional* (2015; 2021), salientando a região para minimizar os riscos externos, bem como para estimular o desenvolvimento económico de sub-regiões asiáticas russas, neste caso, o Extremo Oriente Russo.

Por outro lado, a política asiática russa no período pós-2014, refletiu uma crescente estratégia de reconfiguração da estrutura do sistema internacional para a promoção de uma ordem multipolar. Dessa forma, a intensificação da cooperação com os Estados asiáticos, faz parte de uma estratégia de contenção da ordem internacional liberal, definida pela interpretação de um “mundo sem o ocidente”, com o fim de defender um sistema normativo oposto ao modelo liberal (Lukin, 2016b; Tomé, 2021). Nesse sentido, o eixo russo-chinês é um exemplo da influência do vetor asiático, destacando-se a cooperação bilateral em três dimensões: político-diplomática, económica e multilateral.

Relativamente à cooperação político-diplomática, a política asiática russa, contribuiu para uma aproximação à China, refletida na crescente coordenação estratégica. A assinatura da *Declaração Conjunta sobre a Promoção do Direito Internacional* (2016), evidenciou ser um exemplo relevante, na medida em que o documento reflete o alinhamento mútuo na legitimação de ambos regimes, face a um ocidente crítico das suas políticas de governação, nomeadamente os Estados Unidos (Heller, 2024). Em adição, a declaração refletiu a disposição do eixo russo-chinês para a promoção de um sistema normativo alternativo, baseado na defesa dos princípios de não ingerência e soberania. Igualmente, como efeito da progressiva cooperação, o eixo russo-chinês atingiu o seu ponto mais alto, em 2022, quando ambos Estados classificaram a sua relação como uma parceria “sem limites”. Como tal, a declaração salientou a ascensão da aproximação entre os Estados em causa, desde então definida como uma parceria superior às alianças políticas e militares da Guerra Fria, e cooperação sem áreas interdidas (Wishnick, 2022; Lo, 2023).

Por outro lado, no plano económico, a análise do vetor asiático da política externa russa, também evidencia o seu impacto no aprofundamento da relação bilateral com a China. O setor energético continuou a destacar-se como o eixo central das relações russo-chinesas, uma vez que ambas as partes têm interesses estratégicos compatíveis. Para o Kremlin, as limitações do mercado internacional, subjacentes às sanções ocidentais, originou uma crescente necessidade de escoar recursos energéticos, como detalhado na *Estratégia Energética da Rússia até 2035* (2020). Igualmente, a política energética chinesa assumiu um papel relevante, visto que é definida como o maior importador de energia a nível global. Dessa forma, o perfil chinês de consumo energético contribuiu para a complementaridade entre a procura chinesa e a oferta

rusa (Lukin, 2021; Lilkov, 2023). Entre os vários acordos, destaca-se que o acordo de gás, em 2014, marcou o início de um período de crescente cooperação energética, na medida em que o acordo prevê o fornecimento de gás através do gasoduto *Power of Siberia*, ao longo de 30 anos (Skalamera, 2018).

Além disso, registou-se um crescimento na diversificação do comércio bilateral, nomeadamente produtos do setor agrícola, onde a capacidade de desenvolvimento agroalimentar do Extremo Oriente Russo tem sido o fator crucial (Guan, 2022). Por fim, salientou-se a crescente dimensão financeira da parceria sino-russa, evidenciada nas políticas de desdolarização e no aumento exponencial do recurso ao yuan, como moeda principal de troca de bens e serviços. A desdolarização intensificou-se com a celebração de um acordo de troca de divisas, em 2014, seguido de incentivos conjuntos de meios de pagamentos alternativos aos sistemas ocidentais, neste caso o UnionPay-Mir. Dessa forma, em 2022, o yuan tornou-se a principal moeda de trocas comerciais entre a Rússia e China, atingindo uma participação de 35%, em 2023 comparativamente a uma cota de 0,3%, em 2021 (Gricius, 2020; Prokopenko, 2024).

Na dimensão multilateral, a política asiática russa, refletiu-se no compromisso para reforçar a cooperação com a China, através de plataformas multilaterais. Efetivamente, na ONU, os dois Estados consolidaram coordenação diplomática na gestão conjunta de intervenções em órgãos como o CSNU, através da crescente utilização conjunta do direito de veto. Esta coordenação sistemática, traduziu-se sobretudo em questões de crises humanitárias, como o caso sírio, uma vez que reforçaram a interpretação de que o ocidente, instrumentaliza a R2P, com o fim impactar o sistema de governação de outros regimes não ocidentais. Dessa forma, o uso de veto em ambos casos, é interpretado como um meio face ao intervencionismo ocidental, enquanto também promovem uma ideia de solidariedade estratégica (Blackwill & Fontaine, 2024; Roschin, 2025).

Além do quadro onusiano, os BRICS foram mais uma plataforma, onde a parceria russo-chinesa ganhou visibilidade, já que para o Kremlin é mais um meio de reafirmação do estatuto internacional russo, através de uma associação comparativa dos seus interesses com os interesses das demais potências emergentes (Srinivas, 2022). Evidência disso é a publicação do *Conceito estratégico da participação da Federação Russa nos BRICS* (2013) ao formalizar o envolvimento dos BRICS como uma parte constituinte da política externa russa. Por efeito, a mesma medida refletiu-se no compromisso russo-chinês para assemelhar o fórum internacional à definição de “sul global”, como instrumento alternativo aos mecanismos multilaterais dominados pelas potências ocidentais. Tal evidenciou-se na disposição do grupo de Estados

para a articulação em outros órgãos internacionais, como o caso das consecutivas abstenções dos Estados-membros nas resoluções do CSNU ou da Assembleia Geral das Nações Unidas (Wang, 2022; Baranov, 2023; Sjoli, 2023).

Por último, ainda no quadro multilateral, a OCX evidenciou-se como mais um meio de reafirmação da parceria russo-chinesa, nomeadamente no que diz respeito à prática de coordenação estratégica regional. Enquanto a organização reforça a capacidade de gerir os equilíbrios de poder da China e da Rússia na região, também contribui para o desenvolvimento de uma narrativa de multipolaridade, promovendo a ideia de uma Ásia Central distante da influência ocidental (Weitz, 2025). Nesse sentido, a nível da retórica, a organização sustenta-se na promoção russo-chinesa do denominado “espírito de Xangai”, como esquema de normas, que legitima a cooperação entre os Estados-membros, para diferenciar os mesmos e a organização das instituições ocidentais (Ambrosio, 2008).

Como complemento, o presente estudo também considerou as motivações identitárias para a orientação asiática, bem como o papel da China na reformulação da identidade russa, num quadro de uma cooperação multidimensional. A abordagem construtivista detalhou a identidade russa, salientando que desde o fim da Guerra Fria, encontra-se num processo de reinterpretação, a fim de consolidar a posição do Kremlin no sistema internacional, como uma potência global.

Como resultado, a identidade russa foi sendo marcada por uma crescente orientação conservadora e processo de redefinição civilizacional. Tal foi evidenciado, pela crescente corrente neo-eurasianista, ao promover a assemelhação de traços eurasiáticos na identidade russa. Igualmente, os relatórios publicados pelo Valdai Club, nomeadamente *Em Direção ao Grande Oceano, ou uma Nova Globalização da Rússia* (2012) e *Rumo ao Grande Oceano – 2*, ou a *Incursão da Rússia na Ásia* (2014), refletem esta corrente, ao identificarem em ambos casos a necessidade de Moscovo diversificar a agenda da sua política externa, com os Estados asiáticos, principalmente com a China.

Além disso, a investigação demonstrou que a aproximação estratégica de Moscovo a Pequim, insere-se parcialmente numa perceção de intersubjetividade, nomeadamente através do incremento de interações político-diplomáticas, narrativas em representação do “Outro” e sondagens da opinião pública russa (Lukin, 2016a; Tsygankov, 2016). Como referido no capítulo 3, a anexação da Crimeia, foi classificada como um fator catalisador na intensificação da identidade russa, em oposição ao ocidente. Sob a pressão das sanções ocidentais, a perceção pública da Rússia interiorizou gradualmente a China, como parceiro estratégico preferencial, legitimando o vetor asiático. Esta construção ideacional, foi reforçada tanto na dimensão da

retórica oficial, como mediática, projetando a imagem positiva de Pequim, em contraste à crescente representação negativa dos Estados Unidos e aliados ocidentais (Kolosov & Zotova, 2021). Paralelamente, até 2022, a narrativa oficial chinesa representou a Rússia como um parceiro indispensável na reforma do sistema internacional, evidenciando a intersubjetividade que fundamenta o eixo sino-russo. Deste modo, a presente dissertação incluiu os fatores materiais, que embora permaneçam essenciais ao pragmatismo russo, complementam-se pela análise de fatores ideacionais, como percepções partilhadas em respeito ao sistema internacional.

Relativamente ao segundo objetivo deste capítulo, pretendeu-se analisar as limitações e implicações do crescente eixo sino-russo. O conteúdo da presente dissertação confirma a hipótese 2, indo ao encontro da evidência. Sabe-se que na dimensão económica, o Kremlin selecionou a China como alternativa estratégica, porém, a assimetria comercial tornou-se cada vez mais evidente. Deste ponto vista, Pequim surge como o parceiro dominante, não apenas pelo seu crescimento geoeconómico, mas igualmente pela discrepância do seu peso no comércio bilateral com Moscovo. De acordo com os dados, a China depende menos da Rússia, do que a Rússia depende da China, colocando o estado russo numa posição de maior risco económico-financeiro (Fong & Maizland, 2024).

Por outro lado, dado as limitações no mercado ocidental, o subdesenvolvimento do Extremo Oriente Russo tornou-se um fator essencial de entrada para o mercado asiático, porém foi condicionado à receção de investimento estrangeiro, incluindo o IDE chinês (Zhou, 2021b). Por último, o recurso crescente ao yuan, como moeda principal de troca de bens e serviços, beneficia mais a China, uma vez que além de contribuir para a estratégia deliberada de desdolarização, confere maior estabilidade à moeda nacional chinesa. Para a Rússia, trata-se principalmente de uma solução pragmática à exclusão parcial do sistema SWIFT, visto que a limitação do acesso ao dólar e euro influenciou uma adaptação à moeda chinesa (Kluge, 2024; Prokopenko, 2024).

De outro modo, no plano político-diplomático, a parceria caracteriza-se como “sem limites”, contudo reflete divergências estratégicas, nomeadamente na gestão de equilíbrio de poder regional. Embora a OCX atue como um mecanismo de conciliação de princípios e contrapeso à influência ocidental na Ásia-central, permanece o risco de uma sobreposição de interesses estratégicos na região. Tal evidencia-se no caso em que Moscovo privilegia a dimensão securitária na organização através da iniciativa conjunta com a OTSC, enquanto Pequim valoriza o desenvolvimento de iniciativas económicas, subjacentes à BRI (Lanteigne, 2018; Olczak, 2025). Como tal, entende-se que a OCX é um mecanismo de contenção dupla, na medida em que atua como um meio de gestão da rivalidade estratégica, entre a Rússia e a

China, e como meio de contenção da interferência ocidental.

Em suma, dado a confirmação da hipótese 1 e hipótese 2, conclui-se que a China é um eixo central do vetor asiático da política externa russa, não obstante a aproximação a Pequim salientou as limitações da parceria russo-chinesa. Dessa forma, a articulação entre estes aspetos proporcionou uma compreensão mais detalhada da linha estratégica do Kremlin na Ásia, e a forma como a par da China, procura legitimar a sua autorrepresentação de grande potência.

Por outro lado, é imprescindível fazer referência a algumas recomendações para estudos futuros que envolvam o mesmo tema. Em primeiro lugar, sugere-se que em estudos futuros a amostra do vetor asiático da política externa russa, contemple uma análise mais ampla, alargando o foco para outros Estados constituintes da região. De tal modo, esta abordagem permitiria identificar os padrões de convergência ou divergência entre a Rússia e os restantes Estados asiáticos, revelando se o foco na China é uma exceção, ou parte de uma estratégia de política externa regional.

Em adição, tendo em consideração que a presente dissertação adotou uma perspetiva construtivista e principalmente qualitativa, seria relevante desenvolver uma análise de carácter quantitativo em respeito à retórica oficial da Rússia e da China. Nesse sentido, formar-se-ia um estudo sistemático de narrativas e documentos oficiais, evidenciando a correlação entre padrões de palavras-chave e políticas estratégicas mencionadas nos anteriores capítulos. Assim, esta metodologia complementar a análise do tema em questão através de evidência empírica, enquanto abordada por uma interpretação construtivista.

Referências Bibliográficas

- A.Tarasova, Yuliya, Lyubov S. Bolshakova, Igor A. Yasenitsky and Marija B. Larionova (2016). The American Aid to the Russian Reforms at the End of the Twentieth Century. *International Journal of Environmental and Science Education*, 11 (15), 703-714. <http://www.ijese.net/makale/1058.html>
- Abdelal, R. (2009). Constructivism as an approach to international political economy. In Blyth, M. (1^a ed.), *Routledge Handbook of International Political Economy: IPE as a Global Conversation* (62-76). Routledge. <https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-International-Political-Economy-IPE-IPE-as-a-Global-Conversation/Blyth/p/book/9780415781411>
- Abdelal, R., Blyth, M., & Parsons, C. (2005). *Chapter One: The Case for a Constructivist International Political Economy*. Research Gate. https://www.researchgate.net/publication/265158222_Constructivist_Political_Economy
- Aboyade, A. S. (2018). The Changing Pattern of The Foreign Policy of the New Russia Since 1991. *Historia Actual On-line*, 45(1), 73–83. <https://doi.org/10.36132/hao.v0i45.1329>
- Alden. C., & Aran, A. (2017). *Foreign Policy Analysis New Approaches*. (2^a ed.). Routledge. <https://www.routledge.com/Foreign-Policy-Analysis-New-approaches/Alden-Aran-Alves/p/book/9781138934290>
- Alexeeva, O., & Lasserre, F. (2018b). An analysis on Sino-Russian cooperation in the Arctic in the BRI era. *Advances in Polar Science*, 29(4) 269–282. <https://doi.org/10.13679/j.advps.2018.4.00269>
- Ambrosio, T. (2008). Catching the “Shanghai Spirit”: How the Shanghai Cooperation Organization Promotes Authoritarian Norms in Central Asia. *Europe-Asia Studies*, 60(8), 1321–1344. <http://www.jstor.org/stable/20451609>
- Ambrosio, T. (2017). The architecture of alignment: the Russia–China relationship and international agreements. *Europe Asia Studies*, 69(1), 110–156. <https://doi.org/10.1080/09668136.2016.1273318>

- Anderson, J. (2016). Religion, state and ‘sovereign democracy’ in Putin’s Russia. *Journal of Religious and Political Practice*, 2(2), 249–266.
<https://doi.org/10.1080/20566093.2016.1181360>
- Arbatov, A. (1994). The START I and START II Treaties. In A. G. Arbatov (1^a ed.), *Russian Arms Control Compliance and Implementation: Center for Geopolitical and Military Forecasts Moscow, Russian Federation* (pp. 1–14). Stimson Center.
<http://www.jstor.org/stable/resrep10976.8>
- Aridici, N. (2018). The power of civilizational nationalism in Russian foreign policy making. *International Politics*, 56(5), 605–621. <https://doi.org/10.1057/s41311-018-0159-8>
- Aris, S. (2009). The Shanghai Cooperation Organisation: ‘Tackling the Three Evils’. A Regional Response to Non-traditional Security Challenges or an Anti-Western Bloc? *Europe-Asia Studies*, 61(3), 457–482.
<https://doi.org/10.1080/09668130902753309>
- ASEAN & Russian Federation. (2005). *Declaração Conjunta dos Chefes de Estado/Governo dos Países da Associação das Nações do Sudeste Asiático e do Chefe de Estado da Federação Russa sobre a Parceria Progressiva e Abrangente* (Kuala Lumpur, 13 de dezembro, 2005). <https://asean.org/joint-declaration-of-the-heads-of-state-government-of-the-member-countries-of-the-association-of-southeast-asian-nations-and-the-head-of-state-of-the-russian-federation-on-progressive-and-comprehensiv/>
- Åslund, A., & Snegovaya, M. (2021). *The Impact of Western Sanctions on Russia and how they can be made even more effective*. Atlantic Council.
<https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/the-impact-of-western-sanctions-on-russia/>
- Avdeev, I. (2017). The free port of Vladivostok. *Problems of Economic Transition*, 59(10), 707–726. <https://doi.org/10.1080/10611991.2017.1416832>
- Balaam, D., & Dillman, B. (2019). Constructivism. In Balaam, D., & Dillman, B. (7^a ed.), *Introduction to International Political Economy* (97-125). Routledge.
<https://www.routledge.com/Introduction-to-International-Political-Economy/Balaam-Dillman/p/book/9781138206991>

- Barabanov, O. (2023). *BRICS Expansion as Non-West Consolidation? The Example of Voting in the UN General Assembly*. Valdai Club. <https://valdaiclub.com/a/highlights/brics-expansion-as-non-west-consolidation/>
- Barisitz, S. & Evdokimova, T. (2023). *Dedollarization efforts in Russia's foreign trade against the backdrop of Russia's war in Ukraine and intensifying Western sanctions (2013–2023)*. Ideas. <https://ideas.repec.org/a/onb/oenbf/y2023iq3-23b2.html>
- Bassin, M. (2008). Eurasianism “Classical” and “Neo”: The Lines of Continuity. In Mochizuki, T (1sted.), *Beyond the Empire: Images of Russia in the Eurasian Cultural Context* (pp. 279-294). Slavic Research Center. https://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no17_ses/contents.html
- Baum, M. A., & Potter, P. B. (2008). The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: Toward a theoretical synthesis. *Annual Review of Political Science*, 11(1), 39–65. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.060406.214132>
- Beaumont, P. D., Wilhelmsen, J., & Gjerde, K. L. (2024). Reimagining NATO after Crimea: Defender of the rule-based order and truth? *Contemporary Security Policy*, 45(3), 396–425. <https://doi.org/10.1080/13523260.2024.2349393>
- Biersack, J., & O’Lear, S. (2014). The geopolitics of Russia’s annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy. *Eurasian Geography and Economics*, 55(3), 247–269. <https://doi.org/10.1080/15387216.2014.985241>
- Bílková, V. (2015). *The Use of Force by the Russian Federation in Crimea*. Social Science Research Network. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2601998
- Bindra, S. S. (2019). Analysing Foreign Policy: A Theoretical Perspective . *World Affairs: The Journal of International Issues*, 23(3), 26–43. <https://www.jstor.org/stable/48531048>
- Blackburn, M. (2020). Mainstream Russian Nationalism and the “State-Civilization” Identity: Perspectives from Below. *Nationalities Papers*, 49(1), 89–107. <https://doi.org/10.1017/nps.2020.8>

- Blackwill, R. & Fontaine, R. (2024). *No limits? The China-Russia Relationship and U.S Foreign Policy*. Council of Foreign Relations. <https://www.cfr.org/report/no-limits-china-russia-relationship-and-us-foreign-policy#chapter-title-0-3>
- Blakkisrud, H., Rowe, E., & Vakulchuk, R. (2018). *Russia's Far East Initiatives in Troubled Geopolitical Times*. Valdai Club. <https://valdaiclub.com/files/19177/>
- Blank, S. (2017). *Russia's "Pivot to Asia": The Multilateral Dimension*. The National Bureau of Asian Research. <https://www.nbr.org/>
- Blank, S. (2020). The Un-Holy Russo-Chinese alliance. *Defense and Security Analysis*, 36(3), 249–274. <https://doi.org/10.1080/14751798.2020.1790805>
- Bock, C. (2016). *International Law In Brief Russia and China Joint Declaration on Promotion and Principles of International Law*. American Society of International Law. <https://ASIL.org/>
- Bogomolov, A., & Lytvynenko, O. (2012). *A Ghost in the Mirror: Russian Soft Power in Ukraine*. Chatham House
https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Russia%20and%20Eurasia/0812bp_grigas.pdf
- Bojang, A. (2018) The Foreign Policy in International Relations. *Journal of Political Sciences & Public Affairs*, 6 (4). <https://doi.org/10.4172/2332-0761.1000337>
- Bolt, P., & Cross, S. (2019). *China, Russia, and Twenty-First Century Global Geopolitics* (1sted.). OUP Oxford. <https://global.oup.com/academic/product/china-russia-and-twenty-first-century-global-geopolitics-9780198719519?cc=pt&lang=en&>
- Bosworth, K. (2002). The effect of 11 September on Russia-NATO relations. *Perspectives on European Politics and Society*, 3(3), 361–387.
<https://doi.org/10.1080/15705850208438842>
- Brands, H., & Suri, J. (2016). Introduction: Thinking about History and Foreign Policy. In H. Brands & J. Suri (1sted.), *The Power of the Past: History and Statecraft* (pp.1–24). Brookings Institution Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt15hvr27.3>

- Brooks, R. (2022). *What is Foreign Policy*. Online York.
<https://online.york.ac.uk/what-is-foreign-policy/>
- Broome, A. (2013). Constructivism in International Political Economy. In Palan, R. (2^a ed.), *Global political Economy: Contemporary Theories* (193-204). Routledge.
<https://www.routledge.com/Global-Political-Economy-Contemporary-Theories/Palan/p/book/9780415694117>
- Brulé, D., & Mintz, A. (2010). Foreign Policy Decision Making: Evolution, Models, and Methods. In R. Denemark, & R. Bennet (1^aed.), *The International Studies Encyclopedia*(pp.1-23).Wiley-Blackwell.
<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191842665.001.0001/acref-9780191842665-e-0134>
- Brunnée, J. (2018). Multilateralism in Crisis. *Proceedings of the ASIL Annual Meeting*, 112(1), 335–339. <https://doi.org/10.1017/amp.2019.35>
- Brzezinski, Z., & Sullivan, P. (1997). *Russia and the Commonwealth of Independents States Documents, Data, Analysis*. (1^aed.). M.E Sharpe.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111268>
- Buszynski, L. (1996). *Russian Foreign Policy After the Cold War*. (1ed). Greenwood Publishing Group. <https://www.bloomsbury.com/us/russian-foreign-policy-after-the-cold-war-9780275955854/>
- Butt, A. I. (2019). Why did the United States Invade Iraq in 2003? *Security Studies*, 28(2), 250–285. <https://doi.org/10.1080/09636412.2019.1551567>
- Casier, T. (2006). Putin’s policy towards the West: Reflections on the nature of Russian foreign policy. *International Politics*, 43(3), 384–401.
<https://doi.org/10.1057/palgrave.ip.8800153>
- Casula, P. (2013). Sovereign democracy, populism, and depoliticization in Russia. *Problems of Post-Communism*, 60(3), 3–15.
<https://doi.org/10.2753/ppc1075-8216600301>
- Charap, S., Drennan, J., & Noël, P. (2017). Russia and China: a new model of Great-Power Relations. *Survival*, 59(1), 25–42. <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1282670>

- Chatterjee, A. (2023). 'Sovereign Democracy': Russian response to Western democracy promotion in the Post-Soviet space. *Jadavpur Journal of International Relations*, 27(2), 143–168. <https://doi.org/10.1177/09735984231179257>
- Chaziza, M. (2014). Soft balancing strategy in the Middle East. *China Report*, 50(3), 243–258. <https://doi.org/10.1177/0009445514534126>
- Chebarkova, E. (2017). Russia's idea of the multipolar world order: origins and main dimensions. *Post-Soviet Affairs*, 33(3), 217–234. <https://doi.org/10.1080/1060586X.2017.1293394>
- Checkel, J. T. (1997). International Norms and Domestic Politics:: Bridging the Rationalist—Constructivist Divide. *European Journal of International Relations*, 3(4), 473–495. <https://doi.org/10.1177/1354066197003004003>
- Checkel, J. T. (1998). The Constructive turn in International Relations Theory. *World Politics*, 50(2), 324–348. <https://doi.org/10.1017/s0043887100008133>
- Checkel, J. T. (2005). International Institutions and Socialization in Europe: Introduction and Framework. *International Organization*, 59(4), 801–826. <http://www.jstor.org/stable/3877829>
- Chen, Z., & Yin, H. (2020). China and Russia in R2P debates at the UN Security Council. *International Affairs*, 96(3), 787–805. <https://doi.org/10.1093/ia/iiz229>
- Christie, E. H. (2016). The Design and Impact of Western Economic Sanctions against Russia. *The RUSI Journal*, 161(3), 52–64. <https://doi.org/10.1080/03071847.2016.1193359>
- Claessen, E. (2021). The making of a narrative: The use of geopolitical othering in Russian strategic narratives during the Ukraine crisis. *Media War & Conflict*, 16(1), 82–99. <https://doi.org/10.1177/17506352211029529>
- Connolly, R. (2018). *Russia's. Response to Sanctions How Western Economic Statecraft in Reshaping Political Economy in Russia* (1sted.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108227346>
- Connolly, R. (2021). *Russia's Economic Pivot to Asia in a Shifting Regional Environment*. Royal United Services Institute for Defence and Security Studies. https://static.rusi.org/297_EI_RFE.pdf

- Connolly, R., & Hanson, P. (2016). *Import Substitution and Economic Sovereignty in Russia*. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/>
- Cross, S. (2006). Russia's Relationship with the United States/NATO in the US-led Global War on Terrorism. *The Journal of Slavic Military Studies*, 19(2), 175–192. <https://doi.org/10.1080/13518040600697738>
- Dadabaev, T. (2013). Shanghai Cooperation Organization (SCO) Regional Identity Formation from the Perspective of the Central Asia States. *Journal of Contemporary China*, 23(85), 102–118. <https://doi.org/10.1080/10670564.2013.809982>
- Davies, N. (2020). Russia, the West and Sanctions. *Survival*, 62(1), 7–28. <https://doi.org/10.1080/00396338.2020.1715060>
- Delong, M. (2020). The Concept of Russian Federation Foreign and Security Policy by Eugene Primakov. *Internal Security*, 12(1), 307–318. <https://doi.org/10.5604/01.3001.0014.3205>
- Desai, P. (1996). Shock Therapy and After: Prospects for Russian Reform. In Kraus, M., & Liebowitz, R. (1^a ed.), *Russia and Eastern Europe After Communism: The Search for New Political, Economical, and Security Systems* (pp. 147-165). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429305207>
- Desai, P. (2005). Russian Retrospectives on Reforms from Yeltsin to Putin. *The Journal of Economic Perspectives*, 19(1), 87–106. <http://www.jstor.org/stable/4134994>
- Donaldson, R. (1999). Boris Yeltsin's Foreign Policy Legacy. *Tulsa Journal of Comparative and International Law*, 7(2), 285-326. <https://digitalcommons.law.utulsa.edu/tjcil/vol7/iss2/2>
- Dormer, R. (2018). The impact of constructivism on international relations theory: a history. *Kwansei Gakuin University social sciences review*, 22(1), 51-64. oai:kwansei.repo.nii.ac.jp:00026460
- Duffy, C. (2023). Food security in times of war: Double discourse and violent conflicts. The case of Russia, 2014–2022. *International Sociology*, 38(6), 722–739. <https://doi.org/10.1177/02685809231203196>
- Duncan, P. J. S. (2005). Contemporary Russian Identity Between East and West. *The Historical Journal*, 48(1), 277–294. <https://doi.org/10.1017/s0018246x04004303>

- Dyner, A. (2017). *The Russian Federation's New Foreign Policy Concept*. The Polish Institute of International Affairs.
https://pism.pl/publications/The_Russian_Federation_s_New_Foreign_Policy_Concept
- Ecolex. (2018). *Sino-Russian Cooperation and Development in Russia's Far East Region*.
<https://www.ecolex.org/details/legislation/sino-russian-cooperation-and-development-plan-in-russias-far-east-region-2018-2024-lex-faoc189986/>
- Efimova, A., & Strebkov, D. (2020). Linking Public Opinion and Foreign Policy in Russia. *The International Spectator*, 55(1), 93–111.
<https://doi.org/10.1080/03932729.2019.1700040>
- Engström, M. (2014). Contemporary Russian Messianism and New Russian Foreign Policy. *Contemporary Security Policy*, 35(3), 356–379.
<https://doi.org/10.1080/13523260.2014.965888>
- Engström, M. (2014). Contemporary Russian Messianism and new Russian foreign policy. *Contemporary Security Policy*, 35(3), 356–379.
<https://doi.org/10.1080/13523260.2014.965888>
- Essen, H. (2023). *Russia-China Economic Relations Since the Full-Scale Invasion of Ukraine*. Stockholm Centre for Eastern European Studies. <https://sceeus.se/publikationer/russia-china-economic-relations-since-the-full-scale-invasion-of-ukraine-2/>
- Facon, I. (2013). Moscow's Global Foreign and Security Strategy: Does the Shanghai Cooperation Organization Meet Russian Interests? *Asian Survey*, 53(3), 461–483. <https://doi.org/10.1525/as.2013.53.3.461>
- Finnemore, M. (1993). International organizations as teachers of norms: the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization and science policy. *International Organization*, 47(4), 565–597. doi:10.1017/S0020818300028101
- Finnemore, M., & Sikkink, K. (1998). International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, 52(4), 887–917.
doi:10.1162/002081898550789

- Finnemore, M., & Sikkink, K. (2001). Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, 4(1), 391–416. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.391>
- Fisher, S. (2014). *Sovereign democracy: Russia's response to the color revolutions*. The University of Louisville's Institutional Repository. <https://ir.library.louisville.edu/honors/90/>
- Folarin, S. (2017). *Foreign Policy*. E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2017/12/20/student-feature-foreign-policy/>
- Fong, C. & Maizland, L. (2024). *China and Russia: Exploring Ties Between Two Authoritarian Powers*. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/background/china-russia-relationship-xi-putin-taiwan-ukraine#chapter-title-0-4>
- Forsberg, T., & Herd, G. (2015). Russia and NATO: From windows of opportunities to closed doors. *Journal of Contemporary European Studies*, 23(1), 41–57. <https://doi.org/10.1080/14782804.2014.1001824>
- Fortescue, S. (2015). Russia's "turn to the east": a study in policy making. *Post-Soviet Affairs*, 32(5), 423–454. <https://doi.org/10.1080/1060586x.2015.1051750>
- Foyle, D. C. (1997). Public opinion and foreign policy: elite beliefs as a mediating variable. *International Studies Quarterly*, 41(1), 141–170. <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00036>
- Freire, M. (2009). A Política Externa em Transição: O Caso da Federação Russa. *Relações Internacionais*, 23(5), 75-89. <https://hdl.handle.net/10316/101704>
- Freire, M. (2013). A Política Russa para a Ásia-Pacífico: as Relações Rússia-Japão. *Nação e Defesa*, 134(5), 43-57. <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/view/38396>
- Freire, M. (2014). A Evolução da Política Externa da Rússia. In P. Daehnhardt & M, Freire (1ªed), *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e Competição num Espaço Alargado* (29-55). Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0712-2_1
- Freire, M. (2021). China-Russia Relations in a Framework of Strategic Containment. *Revista R:I, special issue 2021*, 53-68. <https://doi.org/10.23906/ri2021.sia04>

- Freire, M. R. (2017). Política externa russa no «interméstico»: uma abordagem construtivista. *Relações Internacionais*, 55, 35–49. <https://doi.org/10.23906/ri2017.55a03>
- Freire, R., & Vinha, L. (2011). Política Externa: modelos, actores e dinâmicas. In Freire, M. (1st ed), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (pp.13-55). Imprensa da Universidade de Coimbra. 10.14195/978-989-26-0086-4
- Fu, J., & Tong, G. (2024). Status of Sino–Russian trade in Agricultural Products: Dual consideration based on characteristics and growth. *Sustainability*, 16(2), 1-20. <https://doi.org/10.3390/su16020822>
- Gabuev, A. (2016). *Friends with Benefits?. Russian-Chinese Relations After the Ukraine Crisis*. Carnegie Endowment for International Peace. <http://www.jstor.org/stable/resrep13017>
- Gajić, A. (2019). Consequences of NATO’s Kosovo War on Russia’s Policy. In Vuković, N., (1sted.), *David vs. Goliath: NATO war against Yugoslavia and its implications* (pp.277-291). Institute of International Politics and Economics. <https://www.diplomacy.bg.ac.rs/wp-content/uploads/2019/03/David-protiv-Golijata.pdf#page=226>
- Gavrilova, S., Melnikova, J., Nechaeva, L., Gryzlov, G., Sibul, D., Trotskaya, K. & Rastegaev, D. (2024). *Russian Chinese Dialogue: The 2024 Model* (1sted.). Russian International Affairs Council. <https://russiancouncil.ru/>
- Gerber, T. P., & Hout, M. (1998). More Shock than Therapy: Market Transition, Employment, and Income in Russia, 1991–1995. *American Journal of Sociology*, 104(1), 1–50. <https://doi.org/10.1086/210001>
- Gidadhubli, R. G., & Arun Mohanty. (2002). Continuing Debate over “Shock Therapy.” *Economic and Political Weekly*, 37(50), 4998–5002. <http://www.jstor.org/stable/4412958>
- Ginsburg, T. (2020). Authoritarian International Law? *American Journal of International Law*, 114(2), 221-260. <https://doi.org/10.1017/ajil.2020.3>
- Gnedina, E. (2015). ‘Multi-Vector’ foreign policies in Europe: balancing, bandwagoning or bargaining? *Europe Asia Studies*, 67(7), 1007–1029. <https://doi.org/10.1080/09668136.2015.1066313>

- Goncharov, S., & Volkov, D. (2019). Russians Want Crimea; Prefer Luhansk and Donetsk Independent. Chicago Council on Global Affairs.
<http://www.jstor.org/stable/resrep21290>
- Gricius, G. (2020). Russia New's Soft Power The Mir Card System. *Journal of Liberty and International Affairs Institute for Research and European Studies*, 2(2), 32–44. <https://doi.org/10.47305/jlia2020032g>
- Guan, G. (2022). Thirty years of China–Russia strategic relations: achievements, characteristics and prospects. *China International Strategy Review*, 4(1), 21–38.
<https://doi.org/10.1007/s42533-022-00101-6>
- Gvosdev, N. K., & Marsh, C. (2014). *Russian Foreign Policy: Interests, Vectors, and Sectors*. CQ Press. <https://doi.org/10.4135/9781506335391>
- Hamilton, R. (2018). *August 2008 and Everything After: A Ten-Year Retrospective on the Russia-Georgia War*. Foreign Policy. Research Institute. <https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2018/10/final-bssp-1-hamilton.pdf>
- Hanson, P. (1999). The Russian Economic Crisis and the Future of Russian Economic Reform. *Europe-Asia Studies*, 51(7), 1141–1166.
<http://www.jstor.org/stable/154116>
- Hanson, P. (2019). *Russian Economic Policy and the Russian Economic System Stability Versus Growth*. Chatam House. <https://www.chathamhouse.org/>
- Harrison, J. F., & Black, J. L. (2005). Vladimir Putin and the new world Order: looking east, looking west? *International Journal Canada S Journal of Global Policy Analysis*, 60(2), 610. <https://doi.org/10.2307/40204327>
- Havlik, P. (2019). *EU-Russia sanctions exchange has had important economic and political consequences*. Vienna Institute for International Economic Studies.
<https://wiiw.ac.at/>
- Headley, J. (2003). Sarajevo, February 1994: the first Russia-NATO crisis of the post-Cold War era. *Review of International Studies*, 29(2), 209–227.
<https://doi.org/10.1017/s0260210503002092>

- Heller, K. (2024). The “Great Powers” and The Formation of International Law. *Chinese Journal of International Law*, 33(4), 637-687.
<https://doi.org/10.1093/chinesejil/jmae038>
- Helm, B., Burakovsky, A., & Wojtowicz, L. (2019). *Americans and Russians are Mostly disinterested and Disengaged with Each Other*. The Chicago Council on Global Affairs.
https://globalaffairs.org/sites/default/files/2020-11/report_americans-russians-mostly-disinterested-disengaged-with-each-other.pdf
- Henderson, J. & Mitrova, T. (2016). *Energy Relations between Russia and China: Playing Chess with the Dragon*. The Oxford Institute for Energy Studies.
<https://doi.org/10.26889/9781784670641>
- Henderson, J. (2019). *Russian LNG: Becoming a Global Force*. The Oxford Institute for Energy Studies. <https://ora.ox.ac.uk/>
- Hesary, F., Rasoulinezhad, E., Yoshino, N., Sarker, T., & Mirza, N. (2021). Determinants of the Russia and Asia–Pacific energy trade. *Energy Strategy Reviews*, 38(1), 1-9.
<https://doi.org/10.1016/j.esr.2021.100681>
- Hopf, T. (1998). The promise of constructivism in international Relations theory. *International Security*, 23(1), 171–200. <https://doi.org/10.1162/isec.23.1.171>
- Hopkirk, P. (1984). *Setting the East Ablaze Lenin’s Dream of an Empire in Asia* (1st ed.). John Murray. <https://archive.org/details/settingeastablaz0000hopk>
- Houghton, D. P. (2007). Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach. *Foreign Policy Analysis*, 3(1), 24–45.
<http://www.jstor.org/stable/24907219>
- Hudson, V., & Day, B. (2019). *Foreign Policy Analysis Classic and Temporary Theory*. (3rd ed.). Rowman & Littlefield. <https://rowman.com/ISBN/9781442277915/Foreign-Policy-Analysis-Classic-and-Contemporary-Theory-Third-Edition>
- Hughes, J. (2013). Russia and the secession of Kosovo: power, norms and the failure of multilateralism. *Europe Asia Studies*, 65(5), 992–1016.
<https://doi.org/10.1080/09668136.2013.792448>

- Hunter, R. (2003). NATO-Russia relations after 11 September. *Southeast European and Black Sea Studies*, 3(3), 28–54. <https://doi.org/10.1080/14683850412331321638>
- Hussain, Z. (2011). *The Effect of Domestic Politics on Foreign Policy Decision Making*. E-International Relations. https://www.e-ir.info/2011/02/07/the-effect-of-domestic-politics-on-foreign-policy-decision-making/#google_vignette
- Huygen, C. (2012). One step forward, two steps back: Boris Yeltsin and the failure of shock therapy. *Constellations*, 3(1), 63–73. <https://doi.org/10.29173/cons16287>
- Ikenberry, G. J. (2003). Is American Multilateralism in Decline? *Perspectives on Politics*, 1(3), 533–550. <http://www.jstor.org/stable/3688710>
- Jackson, R., Sørensen, G., & Møller, J. (2022). Social Constructivism. In Jackson, R., Sørensen, G., & Møller, J. (8^a ed.), *Introduction to International Relations Theories and Approaches* (191–2020). Oxford University Press.
<https://global.oup.com/academic/product/introduction-to-international-relations-9780198862208?cc=pt&lang=en&>
- Jayaprakash, R. (2025). *A Decadal Review of Russia-China Economic Relations*. Observer Research Foundation. <https://www.orfonline.org/research/a-decadal-review-of-russia-china-economic-relations>
- Jervis, R. (2005). Why the Bush Doctrine Cannot Be Sustained. *Political Science Quarterly*, 120(3), 351–377. <http://www.jstor.org/stable/20202556>
- Johnson, J. C. (2015). The cost of security: Foreign policy concessions and military alliances. *Journal of Peace Research*, 52(5), 665–679. <http://www.jstor.org/stable/24557510>
- Jung, H. (2019). The evolution of social constructivism in Political Science: Past to present. *SAGE Open*, 9(1), 1–10. <https://doi.org/10.1177/2158244019832703>
- Kanet, R. E. (2017). Russia and global governance: the challenge to the existing liberal order. *International Politics*, 55(2), 177–188. <https://doi.org/10.1057/s41311-017-0075-3>
- Kanet, R. E., & Birgersson, S. M. (1997). The Domestic-Foreign Policy Linkage in Russian Politics: Nationalist Influences on Russian Foreign Policy. *Communist and Post-Communist Studies*, 30(4), 335–344.
<http://www.jstor.org/stable/45302040>

- Kanet, R., & Larivé, M. (2012). NATO and Russia: A Perpetual New Beginning. *Journal of International Affairs*, 17(1).
<https://dergipark.org.tr/en/pub/perception/issue/48985/625020>
- Kapoor, N. (2022). *Russia's Pivot to Asia – A 10 – Year Policy Review*. Valdai Club.
<https://valdaiclub.com/a/highlights/russia-s-pivot-to-asia-a-decadal-policy-review/>
- Kapoor, N., & Iyer (2020). *East Meets East: An Assesment of The Proposed Chennai-Vladivostok Maritime Corridor*. Observer Research Foundation
<https://www.orfonline.org/research/east-meets-east-an-assessment-of-the-proposed-chennai-vladivostok-maritime-corridor>
- Karaganov, S., & Suslov, D. (2018). *A New World Order: A View from Russia*. Russia in Global Affairs. <https://eng.globalaffairs.ru/articles/a-new-world-order-a-view-from-russia/>
- Katz, M. (2006). Primakov Redux? Putin's pursuit of "Multipolarism" in Asia. *Demokratizatsiya the Journal of Post-Soviet Democratization*, 14(1), 144–152.
<https://doi.org/10.3200/demo.14.1.144-152>
- Kemp, J., & Sestanovich, S. (2006). *Russia's Wrong Direction: What the United States Can and Should Do* (1sted). Council on Foreign Relations Press.
<https://www.cfr.org/report/russias-wrong-direction>
- Khan, A. (2025). Russia's Increasing Aligment with China: Implications for U.S. Foreign Policy. *Policy Research Journal*, 3(2), 721-729.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.15344922>
- Khevtsuriani, A. (2018). Foreign Policy Concepts of Russia. *European Political and Law Discourse*, 5(1), 41-48. https://eppd13.cz/?page_id=1169
- Kirkham, K. (2016). The formation of the Eurasian Economic Union: How successful is the Russian regional hegemony? *Journal of Eurasian Studies*, 7(2), 111–128.
<https://doi.org/10.1016/j.euras.2015.06.002>
- Kluge, J. (2024). *Russia-China Economic Relations Moscow's Road to Economic Dependence*. German Institute for International and Security Affairs. <https://www.swp-berlin.org/en>
- Kneuer, M., & Demmelhuber, T. (2015). Gravity centres of authoritarian rule: a conceptual approach. *Democratization*, 23(5), 775–796.
<https://doi.org/10.1080/13510347.2015.1018898>

- Kolosov, V., & Zotova, M. (2021). The 'Pivot to the East' and China in Russian Discourse. *Geopolitics*, 28(2), 879–903. <https://doi.org/10.1080/14650045.2021.1952184>
- Kolotova, A., Dongchen, Z., & Li, W. (2020). China and Russia in the SCO: Consensus & divergence. *Human Affairs*, 30(2), 189–198. <https://doi.org/10.1515/humaff-2020-0018>
- Korhonen, L. (2019). *Economic Sanctions on Russia and Their Effects*. Ifo Institute. <https://www.ifo.de/en/about-ifo>
- Korolev, A. (2015). Bringing Geopolitics Back In: Russia's Foreign Policy and Its Relations with the Post-Soviet Space. *International Studies Review*, 17(2), 298– 312. <https://doi.org/10.1111/misr.12219>
- Korolev, A. (2016). Russia's Reorientation to Asia: Causes and Strategic Implications. *Pacific Affairs*, 89(1), 53–73. <http://www.jstor.org/stable/24779265>
- Korolev, A. (2019). How closely aligned are China and Russia? Measuring strategic cooperation in IR. *International Politics*, 57(5), 760–789. <https://doi.org/10.1057/s41311-019-00178-8>
- Kortukov, D. (2020). 'Sovereign democracy' and the politics of ideology in Putin's Russia. *Russian Politics*, 5(1), 81–104. <https://doi.org/10.30965/24518921-00501004>
- Kowert, P. (1998). Toward a Constructivist Theory of Foreign Policy. In Kubalkova, V. (1^a ed.), *International Relations in a Constructed World* (266-288). Routledge. <https://www.routledge.com/International-Relations-in-a-Constructed-World/Kubalkova/p/book/9780765602985>
- Kozyrev, V. (2021). *Russo-Sino Relations in the Vladimir Putin and Xi Jinping Eras: the US Factor*. National University of Singapore. <https://nus.edu.sg/research>
- Kremlin. (2000). *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation* . <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>
- Kremlin. (2008). *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation*. https://viennamission.mid.ru/en/news/15-07-2008_the-foreign-_bb328f6a31a9e4cdf767438942b1108d/

- Kremlin. (2013). *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation*.
https://beijing.mid.ru/en/countries/rossiya/kontseptsiya_vneshney_politiki_rossii/
- Kremlin. (2016). *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation*. Russia Matters.
- Kubálková, V. (1998). Soviet "New Thinking" and the End of the Cold War: Five Explanations. In Kubálková, V. (1^a ed.). *Foreign Policy in a Constructed World* (99-145). Routledge.
<https://www.routledge.com/International-Relations-in-a-Constructed-World/Kubalkova/p/book/9780765602985>
- Kuchins, A. C., & Zevelev, I. A. (2011). Russian Foreign Policy: Continuity in change. *The Washington Quarterly*, 35(1), 147–161.
<https://doi.org/10.1080/0163660x.2012.642787>
- Kuhrt, N. (2018) Asia-Pacific and China. In Tsygankov, A. (1^aed.), *Routledge Handbook of Russian Foreign Policy* (pp. 254-269). Routledge.
<https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Russian-Foreign-Policy/Tsygankov/p/book/9780367580773>
- Kulhanek, J. (2009). Putin's Foreign Policy and the Founding of the NATO-Russia Council. *Central European Journal of International and Security Studies*, 3(3), 136-153.
<https://cejiss.org/putin-s-foreign-policy-and-the-founding-of-the-nato-russia-council>
- Kumar, R. (2016). Russia's foreign policy. *International Studies*, 53(3–4), 210–226.
<https://doi.org/10.1177/0020881717745961>
- Kutcherov, V., Morgunova, M., Bessel, V., & Lopatin, A. (2020). Russian natural gas exports: An analysis of challenges and opportunities. *Energy Strategy Reviews*, 30, 1-10.
<https://doi.org/10.1016/j.esr.2020.100511>
- Lanteigne, M. (2018). Russia, China and the Shanghai Cooperation Organization: Diverging Security Interests and the "Crimea Effect". In H. Blakkisrud, E. Rowe (1^aed.), *Russia's Turn to the East* (pp. 119-138). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-319-69790-1_7
- Larin, V. (2020). Russia–China economic relations in the 21st century: unrealized potential or predetermined outcome? *Chinese Journal of International Review*, 02(01), 2050001.
<https://doi.org/10.1142/s2630531320500018>

- Larson, D. W., & Shevchenko, A. (2014). Russia says no: Power, status, and emotions in foreign policy. *Communist and Post-communist Studies*, 47(3–4), 269–279.
<https://doi.org/10.1016/j.postcomstud.2014.09.003>
- Lavrov, S. (2006). *The Rise of Asia, and the Eastern Vector of Russia's Foreign policy*. Russia In Global Affairs. <https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-rise-of-asia-and-the-eastern-vector-of-russias-foreign-policy/>
- Lavrov, S. (2010). *Russia and the ASEAN can Achieve a Great Deal Together*. International Affairs. <https://interaffairs.ru/>
- Lavrov, S. (2012). *BRICS: a new-generation forum with a global reach*. University of Toronto. <http://www.brics.utoronto.ca/newsdesk/delhi/lavrov.html>
- Lavrov, S. (2019). *Russia, China not seeking military alliance – lavrov*. Russian News Agency. <https://tass.com/politics/1086654>
- Lee, R. (2013). *The Russian Far East: Opportunities and Challenges*. Foreign Policy Research Institute. <https://www.fpri.org/article/2013/04/the-russian-far-east-opportunities-and-challenges/>
- Legucka, A. (2023). *Russia Turns Towards Eurasia in New Foreign Policy Concept*. Polish Institute of International Affairs. <https://pism.pl/publications/russia-turns-towards-eurasia-in-new-foreign-policy-concept>
- Leira, H. (2019). The emergence of foreign policy. *International Studies Quarterly*, 63(1), 187–198. <https://doi.org/10.1093/isq/sqy049>
- Levada Center. (2014). *Western Devaluations*. <https://www.levada.ru/2014/10/28/zapadnye-obestsennosti/>
- Levy, J. S., & Thompson, W. R. (2010). Balancing on Land and at Sea : Do States Ally against the Leading Global Power? *International Security*, 35(1), 7–43.
<http://www.jstor.org/stable/40784645>
- Lewis, D. (2019). *Strategic Culture and Russia's "Pivot to the East": Russia, China and "Greater Eurasia"*. University of Exeter. <https://ore.exeter.ac.uk/repository/>

- Li, Y. (2018). The greater Eurasian partnership and the Belt and Road Initiative: Can the two be linked? *Journal of Eurasian Studies*, 9(2), 94–99.
<https://doi.org/10.1016/j.euras.2018.07.004>
- Light, M. (2015). Russian Foreign Policy Themes in Official Documents and Speeches: Tracing Continuity and Change. In D. Cadier & M. Light (1sted), *Russia's Foreign Policy Ideas, Domestic Politics and External Relations* (pp.13-29). Springer Nature. https://doi.org/10.1057/9781137468888_2
- Lilkov, D. (2023). *Evaluating China's Energy Outlook The red are Far From Green*. Wilfried Martens Centre for European Studies. <https://www.martenscentre.eu/>
- Litera, B. (1994). The Kozyrev Doctrine - a Russian Variation on the Monroe Doctrine. *Perspectives*, 4, 45–52. <http://www.jstor.org/stable/23615773>
- Liu, F. (2022). Russia's Foreign Policy Over the Past Three Decades: Change and Continuity. *Chinese Journal of Slavic Studies*, 2(1), 86-99. <https://doi.org/10.1515/cjss-2022-0004>
- Liu, Z., & Papa, M. (2022). *The Anti-Dollar Axis Russia and China's Plans to avoid U.S Economic Power*. Foreign Affairs. <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/anti-dollar-axis>
- Lo, B. (2023). *The Sino-Russian Partnership Assumptions, Myths and Realities*. Institut français des relations internationales. <https://www.ifri.org/fr>
- Lukin, A. (2016a). Russia's pivot to Asia: myth or reality? *Strategic Analysis*, 40(6), 573–589. <https://doi.org/10.1080/09700161.2016.1224065>
- Lukin, A. (2016b). Russia in a Post-Bipolar world. *Survival*, 58(1), 91–112. <https://doi.org/10.1080/00396338.2016.1142141>
- Lukin, A. (2018). A Russian perspective on the Sino-Russian rapprochement. *Asia Policy*, 13(1), 19–25. <https://doi.org/10.1353/asp.2018.0004>
- Lukin, A. (2021). Have we passed the peak of Sino-Russian rapprochement? *The Washington Quarterly*, 44(3), 155–173. <https://doi.org/10.1080/0163660x.2021.1970904>
- Lukin, A., & Lee, R. (2015). The Russian Far East and the future of Asian security. *Orbis*, 59(2), 167–180. <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2015.02.004>

- Lukonin, S. (2023). Russia-China relations: an asymmetrical partnership? *MGIMO Review of International Relations*, 16(2), 65–86. <https://doi.org/10.24833/2071-8160-2023-2-89-65-86>
- Lukyanov, F. (2016). *Putin's Foreign Policy*. Russia In Global Affairs. <https://eng.globalaffairs.ru/articles/putins-foreign-policy/>
- Lynch, A. C. (2001). The Realism of Russia's Foreign Policy. *Europe-Asia Studies*, 53(1), 7–31. <http://www.jstor.org/stable/826237>
- Lynch, A. C. (2002). The evolution of Russian foreign policy in the 1990s. *The Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 18(1), 161–182. <https://doi.org/10.1080/13523270209696372>
- Machaffie, J. P. (2022). Russian–Chinese cooperation at the United Nations Security Council: costly signalling and trust building in the strategic partnership. *China Report*, 58(4), 431–447. <https://doi.org/10.1177/00094455221128349> ~
- Maduz, L. (2018). *Flexibility by Design: The Shanghai Cooperation Organization and the Future of Eurasian Cooperation*. Center for Security Studies. <https://css.ethz.ch/>
- Makarov, I. A. (2018a). Accelerated development of the Russian Far East. *Russia in Global Affairs*, 16(3), 110–129. <https://doi.org/10.31278/1810-6374-2018-16-3-110-129>
- Makarov, I. A. (2018b). Russian-Chinese Cooperation in Agriculture. *Problems of Economic Transition*, 60(4), 286–306. <https://doi.org/10.1080/10611991.2018.1497276>
- Makarychev, A. S. (2008). Russia's search for international identity through the sovereign democracy concept. *The International Spectator*, 43(2), 49–62. <https://doi.org/10.1080/03932720802057125>
- Maksimov, S., & Pyataev, M. (2023). Transport infrastructure of Russia: International corridors and transport hubs. *International Scientific Conference on Biotechnology and Food Technology*, 460(16), 1-12. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202346006016>
- Malinova, O. (2018). Russian identity and the “Pivot to the East.” *Problems of Post-Communism*, 66(4), 227–239. <https://doi.org/10.1080/10758216.2018.1502613>
- Mankoff, J. (2009). *Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics* (2nded). Rowman & Littlefield Publishers.

<https://rowman.com/ISBN/9781442208261/Russian-Foreign-Policy-The-Return-of-Great-Power-Politics-Second-Edition>

- Marangos, J. (2002). The political economy of shock therapy. *Journal of Economic Surveys*, 16(1), 41–76. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00159>
- Marangos, J. (2005). Shock Therapy and its Consequences in Transition Economies. *Development*, 48(2), 70–78. <https://doi.org/10.1057/palgrave.development.1100136>
- March, L. (2012). Nationalism for export? The Domestic and Foreign-Policy Implications of the new ‘Russian Idea.’ *Europe Asia Studies*, 64(3), 401–425. <https://doi.org/10.1080/09668136.2012.661927>
- Marten, K. (2020). NATO enlargement: evaluating its consequences in Russia. *International Politics*, 57(3), 401–426. <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00233-9>
- Marxsen, C. (2014). *The Crimea Crisis – An International Law Perspective*. Social Science Research Network. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2520530#paper-references-widget
- McFaul, M. (1999). Russia’s many foreign policies. *Demokratizatsiya*, 7(3), 393–412. https://demokratizatsiya.pub/archives/07-3_mcfaul.pdf
- McFaul, M. (2000). Yeltsin’s Legacy. *The Wilson Quarterly* (1976-), 24(2), 42–58. <http://www.jstor.org/stable/40260037>
- McFaul, M. (2020). Putin, Putinism, and the Domestic Determinants of Russian Foreign Policy. *International Security* 45(2), 95–139. <https://muse.jhu.edu/article/771526>.
- Mearsheimer, J. J. (2019). Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. *International security*, 43(4), 7–50. https://doi.org/10.1162/isec_a_00342
- Medvedev, D. (2011). *News Conference Following Russian- Chinese Talks*. President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/11594>

- Menkiszak, M. (2014). *The Putin Doctrine: The Formation of a Conceptual Framework for Russian Dominance in the Post-Soviet Area*. Archive of European Integration. <https://aei.pitt.edu/57947/>
- Minakir, P., & Prokapalo, O. (2018). *The Russian Far East: Post-Crisis Dynamics of Social-Economic Development*. The Atlantic Press. <https://www.atlantispress.com/proceedings/iscfec-18/55912330>
- Minasyan, S. (2012). Multi-vectorism in the foreign policy of post-Soviet Eurasian states. *Demokratizatsiya*, 20(3), 268.
- Ming, J., & Kang, B. (2018). Promoting New Growth: “Advanced Special Economic Zones” in the Russian Far East. In H. Blakkisrud & E. Rowe (1sted.), *Russia’s Turn to the East* (pp. 51-74). Springer Link. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3319-69790-1>
- Ministry of Foreign Affairs People’s Republic of China. (2001). *Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation Between the People’s Republic of China and The Russian Federation*. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367098.html
- Mintz, A. (2005). Applied decision analysis: Utilizing poliheuristic theory to explain and predict foreign policy and national security decisions. *International Studies Perspectives*, 6(1), 94-98. <http://www.jstor.org/stable/44218354>
- Mintz, A., & Derouen, K. (2010). *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511757761>
- Miskimmon, A., & O’Loughlin, B. (2017). Russia’s Narratives of Global Order: Great Power legacies in a Polycentric world. *Politics and Governance*, 5(3), 111–120. <https://doi.org/10.17645/pag.v5i3.1017>
- Mitrova, T., & Yermakov, V. (2019). *Russia’s Energy Strategy-2035 Struggling to Remain Relevant*. Russia/NIS Center. <https://www.ifri.org/en/studies/russias-energy-strategy-2035-struggling-remain-relevant>
- Monaghan, A. (2012). The vertikal: power and authority in Russia. *International Affairs*, 88(1), 1–16. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2012.01053.x>

- Monaghan, A. (2013). *The New Russian Foreign Policy Concept: Evolving Continuity*. Chatam House. <https://www.chathamhouse.org/>
- Moreland, W. (2019). *The Purpose of Multilateralism a Framework for democracies in a geopolitically competitive world*. Brookings. <https://www.brookings.edu/articles/the-purpose-of-multilateralism/>
- Morgan, T. C., & Palmer, G. (2003). To Protect and to Serve: Alliances and Foreign Policy Portfolios. *The Journal of Conflict Resolution*, 47(2), 180–203.
<http://www.jstor.org/stable/3176166>
- Morin, J., & Paquin, J. (2018). *Foreign Policy Analysis a Toolbox*. (1st ed). Palgrave macmillan.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-61003-0>
- Müller, H. (2004). Arguing, Bargaining and all that: Communicative Action, Rationalist Theory and the Logic of Appropriateness in International Relations. *European Journal of International Relations*, 10(3), 395–435. <https://doi.org/10.1177/1354066104045542>
- Müller, T., & Albert, M. (2020). Whose balance? A constructivist approach to balance of power politics. *European Journal of International Security*, 6(1), 109–128.
<https://doi.org/10.1017/eis.2020.19>
- Nabil, R. (2020). *Evaluating Russia's Pivot to Asia*. Yale Journal of International Affairs.
<https://www.yalejournal.org/publications/evaluating-russias-pivot-to-asia>
- NATO (2002). *Rome Summit Declaration*. <https://www.nato.int/docu/comm/2002/0205-rome/rome-eng.pdf>
- Nelson, S. (2020). Constructivist IPE. In Vivares, E. (1^a ed.), *The Routledge Handbook to Global Political Economy: Conversations and Inquiries* (211-228). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781351064545>
- Neumann, I. B. (2016). Russia's Europe, 1991-2016: inferiority to superiority. *International Affairs*, 92(6), 1381–1399. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12752>
- Nguyen, T. T., & Hung, M., DO. (2021). Impact of economic sanctions and counter-sanctions on the Russian Federation's trade. *Economic Analysis and Policy*, 71, 267–278. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2021.05.004>

- Nikoladze, M., & Bhusari, M. (2023). *Russia and China have been teaming up to reduce reliance on the dollar*. Atlantic Council. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/russia-and-china-have-been-teaming-up-to-reduce-reliance-on-the-dollar-heres-how-its-going/>
- O'Loughlin, J., Tuathail, G. O., & Kolossov, V. (2004). A 'Risky Westward turn'? Putin's 9–11 script and ordinary Russians. *Europe Asia Studies*, 56(1), 3–34. <https://doi.org/10.1080/0966813032000161428>
- Olczak, N. (2025). *The Shanghai Cooperation Organization (SCO): An Evolving Platform that Should not be Overlooked*. Swedish Institute of Foreign Policy. <https://www.ui.se/butiken/uis-publikationer/ui-report/2025/>
- Omelicheva, M. Y. (2016). Critical geopolitics on Russian foreign policy: Uncovering the imagery of Moscow's international relations. *International Politics*, 53(6), 708–726. <https://doi.org/10.1057/s41311-016-0009-5>
- Onuf, N. (2021). Bewitching the world: remarks on 'Inter-disciplinarity, the epistemological ideal of incontrovertible foundations, and the problem of praxis. *International Theory*, 13(3), 522–529. doi:10.1017/S1752971920000664
- Pandey, S. K. (2007). Asia in the debate on Russian identity. *International Studies*, 44(4), 317–337. <https://doi.org/10.1177/002088170704400403>
- Park, S. (2005). Norm diffusion within international organizations: a case study of the World Bank. *Journal of International Relations & Development*, 8(2), 111–141. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800051>
- Petrič, E. (2013). *Foreign Diplomacy From Conception to Diplomatic Practice* (1st ed). Brill. <https://doi.org/10.1163/9789004245501>
- Pikayev, A. A. (1999). *The Rise and Fall of START II: The Russian View*. Carnegie Endowment for International Peace. <http://www.jstor.org/stable/resrep12997>
- Pincus, R. (2020). Three-Way Power Dynamics in the Arctic. Air University. https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-14_Issue1/Pincus.pdf
- President of Russia. (2013). *Concept of participation of the Russian Federation in BRICS*. <http://kremlin.ru/>

- Prokopenko, A. (2024). *What are the Limits to Russia's "Yuanization"?*. Carnegie Endowment.
<https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2024/05/china-russia-yuan?lang=en>
- Putin, V (2012b). *Address to the Federal Assembly. President of Russia.*
<http://en.kremlin.ru/events/president/news/17118>
- Putin, V. (2002). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21567>
- Putin, V. (2007). *Speech and The Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy.* Munich Conference on Security Policy.
<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>
- Putin, V. (2012a). *Vladivostok 2012: Russia's Agenda for the APEC Forum.* President of Russia. <http://kremlin.ru/events/president/news/16390>
- Putin, V. (2013). *Message from the President the Federal Assembly.* President of Russia. <http://kremlin.ru/events/president/news/19825>
- Putin, V. (2014). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>
- Putin, V. (2014a). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>
- Putin, V. (2014b). *Address by President of the Russian Federation.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>
- Putin, V. (2015). *Press statements following Russian-Chinese talks.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/49433>
- Putin, V. (2016). *Meeting of the Valdai International Discussion Club.* President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/53151>
- Putin, V. (2024). *Xi, Putin Kick Off SCO Summit In Kazakhstan With Belarus Set To Join.* Radio Free Europe Radio Liberty. <https://www.rferl.org/a/xi-putin-sco-summit-kazakhstan-china-russia/33019941.html>
- Rangsimaporn, P. (2006). Interpretations of Eurasianism: Justifying Russia's Role in East Asia. *Europe-Asia Studies*, 58(3), 371–389. <http://www.jstor.org/stable/20451203>

- Rangsimaporn, P. (2008). Russian perceptions and policies in a multipolar East Asia under Yeltsin and Putin. *International Relations of the Asia-Pacific*, 9(2), 207–244.
<https://doi.org/10.1093/irap/lcn027>
- Rhoden, T. (2013). The liberal in liberal democracy. *Democratization*, 22(3), 560–578.
<https://doi.org/10.1080/13510347.2013.851672>
- Roberts, K. (2017). Understanding Putin: The politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. *International Journal Canada S Journal of Global Policy Analysis*, 72(1), 28–55. <https://doi.org/10.1177/0020702017692609>
- Roberts, R. (2024). *Understanding Russian Foreign Policy: The Case for Constructivism*. Rutgers-New Brunswick School of Arts and Sciences. <https://polisci.rutgers.edu/>
- Robinson, N. (2011). Political barriers to economic development in Russia. *International Journal of Development Issues*, 10(1), 5–19.
<https://doi.org/10.1108/14468951111123300>
- Robinson, P. (2020). *Russia's Emergence as an International Conservative Power*. Russia in Global Affairs. <https://eng.globalaffairs.ru/articles/russias-conservative-power/>
- Rodkiewicz, W. (2016). *Threatening a Pivot Towards Asia: A New Foreign Policy Concept of The Russian Federation*. Centre for Eastern Studies.
<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2016-12-07/threatening-a-pivot-towards-asia-a-new-foreign-policy-concept>
- Røseth, T. (2017). Russia's energy relations with China: passing the strategic threshold? *Eurasian Geography and Economics*, 58(1), 23–55.
<https://doi.org/10.1080/15387216.2017.1304229>
- Roshchin, E. (2025). *The Implications for Global Governance of China and Russia's Post-2022 Alignment*. Center for European Policy Analysis. <https://cepa.org/insights-analysis/comprehensive-reports/>
- Rozman, G. (2014). *The Russian Pivot to Asia*. The Asan Forum.
<https://theasanforum.org/the-russian-pivot-to-asia/>
- Rozman, G. (2018). The Russian Pivot to Asia. In, G. Rozman & Radchenko, S. (1st ed.), *International Relations and Asia's Northern Tier*. Springer Nature.
<https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-10-3144-1>

- Rudnik, F. (2025). *China-Russia Trade: Asymmetrical, yet Indispensable*. Stockholm Centre for Eastern European Studies. <https://sceeus.se/en/publications/china-russia-trade-asymmetrical-yet-indispensable/>
- Rumelili, B., & Todd, J. (2018). Paradoxes of identity change: Integrating macro, meso, and micro research on identity in conflict processes. *Politics*, 38(1), 3-18. <https://doi.org/10.1177/0263395717734445>
- Rumer, E. (2019) *The Primakov (Not Gerasimov) Doctrine in Action* (1sted.). Carnegie Endowment for International Peace. <https://theological-geography.net/wp-content/uploads/2023/08/Rumer-Primakov-Doctrine.pdf>
- Rumer, E., & Sokolsky, R. (2019). *Thirty Years of U.S. Policy Toward Russia: Can the Vicious Circle Be Broken?*. Carnegie Endowment For International Peace. <https://carnegieendowment.org/>
- Russian Federation & People's Republic of China. (2016). *The Declaration of the Russian Federation and the People's Republic of China on the Promotion of International Law*. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. https://archive.mid.ru/en/web/guest/main_en
- Russian Federation & People's Republic of China. (2022). *Joint Statement of The Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*. President of Russia. <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>
- Saaida, M. B. E. (2023). The role of culture and identity in international relations. *East African Journal of Education and Social Sciences*, 4(1), 49–57. <https://doi.org/10.46606/eajess2023v04i01.0255>
- Sakwa, R. (2003). 'Putin's Foreign Policy: Transforming the East'. In Gorodetsky, G. (1sted.), *Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of Twenty-First Century* (pp. 166-187). London: Frank Cass. <https://search.worldcat.org/pt/title/51194459>
- Sakwa, R. (2008). 'New Cold War' or twenty years' crisis? Russia and international politics. *International Affairs*, 84(2), 241–267. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2008.00702.x>

- Sakwa, R. (2019). Russian Neo-Revisionism. *Russian Politics*, 4(1), 1–21.
<https://doi.org/10.1163/2451-8921-00401001>
- Saxena, A. (2024). *75 Years of China-Russia Relations: Indeed a “No Limits” Partnership*. Institute for Security & Development Policy. <https://www.isdp.eu/75-years-of-china-russia-relations-indeed-a-no-limits-partnership/>
- Šćepanović, J. (2021). Russia and the Shanghai Cooperation Organization: a question of the commitment capacity. *European Politics and Society*, 23(5), 712–734.
<https://doi.org/10.1080/23745118.2021.1932081>
- Schneider, B. (2012). *Russian Foreign Policy in the Middle East: Priorities and Effectiveness* (Dissertação de Mestrado, University of Denver). Digital Commons.
<https://digitalcommons.du.edu/etd/>
- Seabrooke, L. (2007). Varieties of economic constructivism in political economy: Uncertain times call for disparate measures. *Review of International Political Economy*, 14(2), 371–385. <https://doi.org/10.1080/09692290701203748>
- Sénica, S. (2025a). A invasão russa da Ucrânia e a emergência do eixo da conveniência sino-russo. *Relações Internacionais*, 85, 25–35. <https://doi.org/10.23906/ri2025.85a03>
- Sénica, S. (2025b). *A Ordem Tripolar O Mundo dos Grandes Poderes* (1ªed.). Planeta.
<https://www.planetadelivros.pt/livro-ordem-tripolar/426945>
- Sergeeva, N. & Prudnikova, A. (2020). Development Prospects for the Russian Segment of the World Financial Market: Eastern Vector. In E. Popkova & M. Alpidovskaya, *Human and Technological Progress Towards the Socio-Economic Paradigm of the Future* (pp. 121-130). De Gruyter Brill. <https://doi.org/10.1515/9783110692075-012>
- Shagina, M. (2020a). *Drifting East: Russia’s Import Substitution and Its Pivot to Asia*. Center for European Studies. <https://www.cees.uzh.ch/de.html>
- Shagina, M. (2020b). *Russia’s Pivot to Asia: Between Rhetoric and Substance*. Foreign Policy Reserach Institute. <https://www.fpri.org/article/2020/07/russias-pivot-to-asia-between-rhetoric-and-substance/>
- Shangai Cooperation Organization (2002). *Charter of the Shanghai Cooperation Organization*. United Nations Treaty Collection. <https://treaties.un.org/>

- Shaolei, F., & Heng, C. (2019). *Developing the Far East and Chinese-Russian Relations: New Perceptions and New Practices*. Valdaic Club. <https://valdaicclub.com/files/26177/>
- Shevtsova, L. (2005). *Putin's Russia* (1st ed). Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/research/2004/12/putins-russia-revised-and-expanded-edition?lang=en¢er=russia-eurasia>
- Shiffrinson, J. R. (2020). NATO enlargement and US foreign policy: the origins, durability, and impact of an idea. *International Politics*, 57(3), 342–370.
<https://doi.org/10.1057/s41311-020-00224-w>
- Siddiqui, K. (2021). *The Bilateral Swap Agreements, Chinese Currency and the Demise of the US Dollar*. The World Financial Review <https://worldfinancialreview.com/the-bilateral-swap-agreements-chinesecurrency-and-the-demise-of-the-us-dollar/>
- Simmons, B. A. (2000). International Law and State Behavior: Commitment and compliance in international monetary affairs. *The American Political Science Review*, 94(4), 819–835. <https://doi.org/10.2307/2586210>
- Simola, H. (2025). *Russia's ever-increasing economic dependence on China*. Leibniz Information Centre for Economics.
<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/318191/1/1926240235.pdf>
- Sjoli, J. (2023). *The BRICS: An Alliance for Peace?* University of Agder.
<https://uia.brage.unit.no/uia-xmlui/>
- Skalamera, M. (2018). Explaining the 2014 Sino–Russian Gas Breakthrough: The Primacy of Domestic Politics. *Europe-Asia Studies*, 70(1), 90–107.
<https://doi.org/10.1080/09668136.2017.1417356>
- Sloan, G. (2017). Geopolitics: Geography, History and Strategy, a Trinity of Relations. In Sloan, G. (1st ed.), *Geopolitics, Geography and Strategic History*. Routledge.
<https://www.routledge.com/Geopolitics-Geography-and-Strategic-History/Sloan/p/book/9781138339590>
- Smeets, M. (2019). The theory and practice of economic sanctions. In Sutyryn, S., Trofimenko, O., & Koval A. (1st ed), *Russian Trade Policy* (pp. 66–78). Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780429464041-5>

- Smeltz, D., & Baz, L. (2025). *Russians Rally Around Putin's Foreign Policy*. The Chicago Council on Global Affairs. <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/russians-rally-around-putins-foreign-policy>
- Smeltz, D., Baz, L., & Volkov, D. (2025). *Three in Four Russians Expect Military Victory over Ukraine*. The Chicago Council on Global Affairs. <https://globalaffairs.org/research/public-opinion-survey/three-four-russians-expect-military-victory-over-ukraine>
- Smith, S. (1998). Foreign Policy Is What States Make of It: Social Construction and International Relations Theory. In Kubáľková, V. (1^a ed.), *Foreign Policy in a Constructed World* (15-37). Routledge. <https://www.routledge.com/International-Relations-in-a-Constructed-World/Kubalkova/p/book/9780765602985>
- Sobell, V. (1995). NATO, Russia and the Yugoslav War. *The World Today*, 51(11), 210–215. <http://www.jstor.org/stable/40396660>
- Sosnovskikh, S. (2022). Implementation of the territories with special economic regimes in the Far East of Russia. *International Journal of Economic Policy in Emerging Economies*, 16(2/3/4), 344. <https://doi.org/10.1504/ijepee.2022.126608>
- Souva, M. (2005). Foreign Policy Determinants: Comparing Realist and Domestic-Political Models of Foreign Policy. *Conflict Management and Peace Science*, 22(2), 149–163. <http://www.jstor.org/stable/26273688>
- Sperling, J., & Webber, M. (2016). NATO and the Ukraine crisis: Collective Securitisation. *European Journal of International Security*, 2(2), 19-46. doi:10.1017/eis.2016.17
- Srinivas, J. (2022). *Future of the Brics and the Role of Russia and China*. (1^aed.). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-981-19-1115-6>
- Stallard, K. (2019). *Who Controls the Past Controls the Future: The political use of WWII history in Russia & China*. The Asan Forum. <https://theasanforum.org/who-controls-the-past-controls-the-future-the-political-use-of-wwii-history-in-russia-china/>
- Stanovaya, T. (2020). *Unconsolidated: The Five Russian Elites Shaping Putin's Transition*. Carnegie Russia Eurasia Center.

<https://carnegieendowment.org/posts/2020/02/unconsolidated-the-five-russian-elites-shaping-putins-transition?lang=en¢er=russia-eurasia>

Stent, A. (2020). *Russia and China: Axis of Revisionists?* Brookings.

https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/02/FP_202002_russia_china_stent.pdf

Strycharz, D. (2020). Dominant narratives, external shocks, and the Russian annexation of Crimea. *Problems of Post-Communism*, 69(2), 133–144.

<https://doi.org/10.1080/10758216.2020.1813594>

Surkov, V. (2018). *The Loneliness of the Half-Breed*. Russia in Global Affairs.

<https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-loneliness-of-the-half-breed/>

Surovell, J. (2005). Yevgenii Primakov: ‘hard-liner’ or casualty of the conventional wisdom? *The Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 21(2), 223–247. <https://doi.org/10.1080/13523270500108741>

Svetlov, N. (2022). The Role of Food Exports in Russia’s Economy. In S. Wegren & F. Nilssen (1st ed.), *Russia’s Role in the Contemporary International Agri-Food Trade System* (95–114). Palgrave Macmillan. <https://link.springer.com/bookseries/16141>

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In W. Austin, S. Worchel (1st ed.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33–47). Brooks Cole. <https://archive.org/details/psychologyofinte00unse>

TASS Russian News Agency. (2024). *Xi praises “old friend” Putin, highlighting how many meetings both leaders held*. <https://tass.com/politics/1375989>

Taubman, W. (2018). Gorbachev and Reagan / Bush 41. *Diplomatic History*, 42(4), 556–559. <https://www.jstor.org/stable/27199043>

Tayfur, M. F. (1994). Foreign Policy: A review. *METU studies in Development*, 21(1), 113–141. <https://users.metu.edu.tr/tayfur/>

Terry, P. (2020). Enforcing U.S Foreign Policy by Imposing Unilateral Secondary Sanctions: Is Might Right in Public International Law? *Washington International Law Journal*, 30(1), 1–27. <https://digitalcommons.law.uw.edu/wilj/vol30/iss1/4/>

- Tikhomirov, V. (2000). The Second Collapse of the Soviet Economy: Myths and Realities of the Russian Reform. *Europe-Asia Studies*, 52(2), 207–236.
<http://www.jstor.org/stable/153432>
- Timmermann, H. (1992). Russian foreign policy under Yeltsin: Priority for integration into the ‘community of civilized states.’ *Journal of Communist Studies*, 8(4), 163–185.
<https://doi.org/10.1080/13523279208415173>
- Tkachev, M. (2018). *Russians’ Changing Attitudes to the USA*. Riddle. <https://ridl.io/russians-changing-attitudes-to-the-usa/>
- Tolz, V., & Teper, Y. (2018). Broadcasting agitainment: a new media strategy of Putin’s third presidency. *Post-Soviet Affairs*, 34(4), 213–227.
<https://doi.org/10.1080/1060586x.2018.1459023>
- Tomé, L. (2018). Geopolítica da Rússia de Putin: Não é a União Soviética, mas gostava de ser.... *Relações Internacionais*, 60, 69–99. <https://doi.org/10.23906/ri2018.60a05>
- Tomé, L. (2021). Construção e Desconstrução da Ordem Internacional Liberal. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 12(2), 92-124. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0121.6>
- Torkunov, A., & Koldunova, E. (2021). Russia’s Pivot to the East: Achievements, Problems, and Prospects. *Social Sciences*, 52(2), 4-16. <http://dx.doi.org/10.21557/SSC.68515146>
- Torkunov, A., Streltsov, D., & Koldunova, E. (2024). *The “Asian Turn” in Russian Foreign Policy*. (1sted.). Palgrave Macmillan. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5392-5>
- Trenin, D. (2003). Pirouettes and Priorities: Distilling a Putin Doctrine. *The National Interest*, 74, 76–83. <http://www.jstor.org/stable/42895662>
- Trenin, D. (2014). *The Ukraine Crisis and The Resumption of Great-Power Rivalry*. Carnegie Moscow Center. https://carnegie-production-assets.s3.amazonaws.com/static/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf
- Trenin, D. (2016). *Russia’s Asia Strategy: Bolstering the Eagle’s Eastern Wing*. Carnegie Endowment for International Peace.
<https://carnegieendowment.org/posts/2016/06/russias-asia-strategy-bolstering-the-eagles-eastern-wing?lang=en>

- Troyakova, T. (2018). Primorskii Krai and Russia's 'Turn to the East': A Regional View. In in the Russian Far East. In H. Blakkisrud & E. Rowe (1sted.), *Russia's Turn to the East* (pp. 31-49). Springer Link. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3319-69790-1>
- Tsygankov, A. (2015). Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. *Post-Soviet Affairs*, 31(4), 279–303.
<https://doi.org/10.1080/1060586X.2015.1005903>
- Tsygankov, A. (2016a). Crafting the State-Civilization Vladimir Putin's turn to distinct values. *Problems of Post-Communism*, 63(3), 146–158.
<https://doi.org/10.1080/10758216.2015.1113884>
- Tsygankov, A. (2016b). *Russia's Foreign Policy in Historical and Cultural Perspective*. Institute of International and Strategic Studies Peking University.
<https://en.iiss.pku.edu.cn/info/1055/2539.htm>
- Tsygankov, A. P. (2007). Finding a civilisational idea: "West," Eurasia," and "Euro-East" in Russia's foreign policy. *Geopolitics*, 12(3), 375–399.
<https://doi.org/10.1080/14650040701305617>
- Tsygankov, A. P. (2008). Russia's international assertiveness: What does it mean for the West? *Problems of Post-Communism*, 55(2), 38–55.
<https://doi.org/10.2753/ppc1075-8216550204>
- Tsygankov, A. P. (2019). *Russia's foreign policy: Change and Continuity in National Identity* (6thed.). Rowman & Littlefield. ISBN: 9781538161487
- United Nations Trade and Development (2015). *Adoption of federal law granting Vladivostok "free port" status*. <https://investmentpolicy.unctad.org/investment-policy-monitor/measures/2733/russian-federation-adoption-of-federal-law-granting-vladivostok-free-port-status>
- United Nations. (2023). *Promote the Key Elements of Russian-Chinese Economic Cooperation until 2030*. <https://docs.un.org/>
- Uzuna, V., Shagaida, N., & Lerman, Z. (2019). Russian agriculture: Growth and institutional challenges. *Land Use Policy*, 83(2), 475–487.
<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.02.018>

- Vasileva, A. (2014). Continuity and change in Russian capitalism. In U. Becker (Ed.), *The BRICs and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalisation and institutional change* (100-122). Routledge.
<https://bricsandbeyond.files.wordpress.com/2014/10/beckerbrics2013-5russia.pdf>
- Volkov, D. (2024). *The Image of China in Russian Public Opinion*. Levada Center.
<https://www.levada.ru/2024/12/12/obraz-kitaya-v-rossijskom-obshhestvennom-mnenii/>
- Vucetic, S. (2017). *Identity and Foreign Policy*. Oxford Research Encyclopedias.
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.435>
- Wachtmeister, H. (2023). *Russia-China energy relations since 24 February: Consequences and options for Europe*. Swedish National China Centre.
<https://kinacentrum.se/en/publications/russia-china-energy-relations-since-24-february-consequences-and-options-for-europe/>
- Wæver, O. (2001). Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory. In L. Hansen & O. Wæver (1st ed.), *European Integration and National Identity* (20-49). Routledge. <https://www.routledge.com/European-Integration-and-National-Identity-The-Challenge-of-the-Nordic-States/Hansen-Wæver/p/book/9780415261845>
- Wang, Y. (2022). *Wang Yi Expounds China's Five Point Position on the Current Ukraine Issue*. Embassy of the People's Republic of China in The United States of America.
http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zgyw/202202/t20220226_10645855.htm
- Weber, C. (2010). Constructivism: is anarchy what states make of it. In Weber, C. (3rd ed.), *International Relations Theory: A critical Introduction* (61-81). Routledge.
<https://www.routledge.com/International-Relations-Theory-A-Critical-Introduction/Weber/p/book/9780367442712>
- Wegren, S. K., Nilssen, F., & Elvestad, C. (2016). The impact of Russian food security policy on the performance of the food system. *Eurasian Geography and Economics*, 57(6), 671–699. <https://doi.org/10.1080/15387216.2016.1222299>
- Weiss, C. (1997). Eurasia Letter: A Marshall Plan We Can Afford. *Foreign Policy*, 106, 94–109. <https://doi.org/10.2307/1149176>

- Weitz, R. (2025). *Sino-Russian Interactions Regarding the Shanghai Cooperation Organization*. Hudson Institute. <https://www.hudson.org/>
- Welberts, R. (2003). *Explaining NATO in Russia*. NATO Review. <https://www.nato.int/docu/review/articles/2003/09/01/explaining-nato-in-russia/index.html>
- Wicaksana, I. W., & Wahyu, G. (2009). The constructivist approach towards foreign policy analysis. *Indonesian Journal of Social Sciences*, 1(1), 01-17. <https://journal.unair.ac.id/>
- Wientzek, O. (2022). Cooperation Between Russia and China in Multilateral Organizations: A Tactical or a Strategic Alliance? In Kirchberger, S., Sinjen, S. & Wörmer, N. (1^a ed.), *Russia-China Relations Emerging Alliance or Eternal Rivals?* (223-245). Springer Nature. <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/57343/978-3-030-97012-3.pdf?sequence=1#page=176>
- Wishnick, E. (2016). In search of the ‘Other’ in Asia: Russia–China relations revisited. *The Pacific Review*, 30(1), 114–132. <https://doi.org/10.1080/09512748.2016.1201129>
- Wishnick, E. (2022). *Still “No Limits”? The China-Russia Partnership after Samarkand*. Russia Matters. <https://www.russiamatters.org/analysis/still-no-limits-china-russia-partnership-after-samarkand>
- Wolff, A. T. (2015). The future of NATO enlargement after the Ukraine crisis. *International Affairs*, 91(5), 1103–1121. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12400>
- World Bank Group. (2025). *World Bank Open Data*. <https://data.worldbank.org/>
- Xi, J. (2019). *Press Statements Following Russian-Chinese Talks*. President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/60672>
- Yu, L., & Sui, S. (2024). China-Russia Strategic Partnership: the strategic fulcrum of China’s rise? *International Journal: Canada’s Journal of Global Policy Analysis*, 79(1), 40–60. <https://doi.org/10.1177/00207020241232987>
- Yuan, D. (2010). China’s Role in Establishing and Building the Shanghai Cooperation Organization (SCO). *Journal of Contemporary China*, 19(67), 855–869. <https://doi.org/10.1080/10670564.2010.508587>

- Zagorski, A. (2010). Russian Approaches to Global Governance in the 21st Century. *The International Spectator*, 45(4), 27–42. <https://doi.org/10.1080/03932729.2010.527099>
- Zehfuss, M. (2004). Introduction. In Zehfuss, M. (2^a ed.), *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality* (1-33). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511491795>
- Zhou, J. (2021a). Naturalizing the state and symbolizing power in Russian agricultural land use. *Political Geography*, 93(8), 102545. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2021.102545>
- Zhou, J. (2021b). Prospects for Agri-Food Trade Between Russia and China. In S. Wegren & F. Nilssen (1^aed.), *Russia's Role in the Contemporary International Agri-Food Trade System* (95-114). Palgrave Macmillan.
<https://link.springer.com/bookseries/16141>
- Zhou, J. (2022). *Agricultural Land in Russia Territorial and Geopolitical Ambitions*. New Security Beat. <https://www.newsecuritybeat.org/2022/08/agricultural-land-russian-territorial-geopolitical-ambitions/>
- Ziegler, C. E. (2012). Conceptualizing sovereignty in Russian foreign policy: Realist and constructivist perspectives. *International Politics*, 49(4), 400–417.
<https://doi.org/10.1057/ip.2012.7>
- Zonova, T., & Reinhardt, R. (2014). Main vectors of Russia's foreign policy (1991-2014). *Rivista Di Studi Politici Internazionali*, 81(4 (324), 501–516.
<http://www.jstor.org/stable/43580683>
- Zubok, V. (1992). Tyranny of the Weak: Russia's New Foreign Policy. *World Policy Journal*, 9(2), 191–217. <http://www.jstor.org/stable/40209247>